

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Anderson de Souza Sant'Ana, André Martins Biancarelli, Andreas Karoly Gombert, Andreia Galvão, Ângelo Roberto Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Augusto César da Silveira, Bruno Gomes Ximenes, Cínthia Pereira Machado Tabchoury, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel Martins de Souza, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Eliana da Silva Souza, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco Hideo Aoki, Hernandes Faustino de Carvalho, Hugo Henrique Hernández Figueroa, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Joana Fróes Bragança Bastos, João Marcos Travassos Romano, José Antonio Rocha Gontijo, José Leonardo de Oliveira, José Luis Pio Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz Seabra Junior, Marcelo Alves da Silva Mori, Marcelo de Oliveira Terra Cunha, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Maria Luiza Moretti, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Odilon José Roble, Paulo José Rocha de Albuquerque, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rachel Zuanon Dias, Rafael Silva Marconato, Renê José Trentin Silveira, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodolfo Jardim de Azevedo, Rodrigo Ramos Catharino, Samuel Rocha de Oliveira, Sandro Dias, Silvia Cristina Franco Amaral, Verónica Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Alcides José Scaglia, Maria Gabriela Caffarena Celani, Maria Silvia Vicari Gatti, Mariana Freitas Nery, Mariano Francisco Laplane, Paulo César Montagner e Ricardo Dahab; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; o doutor Ricardo Sallai Viciania; os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva; e a acadêmica Sarah Moura Micoski. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Simone Appenzeller, sendo substituída pelo conselheiro Marcelo de Oliveira Terra Cunha; André Kaysel Velasco e Cruz, sendo substituído pela conselheira Rachel Zuanon Dias; Dirce Djanira Pacheco e Zan, sendo substituída pela conselheira Cínthia Pereira Machado Tabchoury; Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, sendo substituído pelo conselheiro Andreas Karoly Gombert; Cesar José Bonjuani Pagan; Marisa Masumi Beppu; e Maiane Junqueira Teixeira Neto, sendo substituída pelo conselheiro José Leonardo de Oliveira. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Octogésima Terceira Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma presencial. Face ao sistema de votação desenvolvido pela

1 Secretaria Geral, solicita aos conselheiros que façam *login* no *site* da Secretaria Geral e acessem
2 a guia Consu - Sessões, para fins de votação durante a reunião. Quando os conselheiros
3 estiverem logados, todos os cadeados dos documentos ficarão abertos e aparecerá uma
4 autorização de notificação, que deve ser permitida. É imprescindível que os conselheiros
5 utilizem os computadores da sala e que mantenham a página de Sessões sempre aberta, podendo
6 ser utilizada outra guia do navegador para eventual acesso de *e-mail* ou outras páginas
7 institucionais de internet. Caso a cédula de votação não apareça na tela de algum conselheiro,
8 ele deve aguardar a finalização da votação em curso e em seguida pedir a palavra para declarar
9 seu voto no microfone. As votações serão abertas, sendo que os conselheiros poderão conferir
10 seu voto após a divulgação do resultado. Ressalta que o voto é pessoal. Para manifestação, os
11 conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a
12 Ordem do Dia e três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente deve ser
13 realizada por meio do livro de inscrições que se encontra sobre a mesa lateral à sua direita.
14 Informa que estão disponíveis no *site* da Secretaria Geral os pareceres CLN referentes aos itens
15 06, 07 e 08 da Ordem do Dia e aos itens 01 e 03 da Ordem do Dia Suplementar. Informa também
16 que o conselheiro Renan Dias Oliveira, da representação discente de pós-graduação, passou a
17 ser membro titular deste Conselho em virtude do pedido de desligamento, a partir de agosto de
18 2023, da acadêmica Kellen Natalice Vilharva Guarani Kaiowá. Informa ainda que o professor
19 doutor Ignacio Maria Poveda Velasco e a professora doutora Liedi Legi Bariani Bernuci,
20 respectivamente titular e suplente, foram reconduzidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa
21 do Estado de São Paulo como membros da comunidade externa, cujos mandatos vão de 1º de
22 setembro de 2023 a 31 de agosto de 2025. O professor Ignacio Poveda Velasco é professor da
23 Faculdade de Direito Largo São Francisco da Universidade de São Paulo, e a professora Liedi
24 Bernuci é professora da Escola Politécnica e atual diretora do Instituto de Pesquisas
25 Tecnológicas - IPT. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Octogésima
26 Segunda Sessão Ordinária de 2023, realizada em 1º de agosto de 2023, consultando se há
27 observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 11
28 abstenções. Antes de passar à Ordem do Dia, passa a palavra ao conselheiro José Luis,
29 representante dos servidores técnico-administrativos, que fará uma proposta. O Conselheiro
30 JOSÉ LUIS PIO ROMERA propõe uma inversão da pauta, que começaria pelo Expediente. O
31 MAGNÍFICO REITOR diz que toma a liberdade de se manifestar contrariamente. A mudança
32 de colocar o Expediente após a Ordem do Dia foi feita duas gestões atrás porque na maioria das
33 reuniões do Conselho Universitário a maior parte do tempo estava envolvida na discussão do
34 Expediente e perdiam a oportunidade de discutir assuntos importantes, como é o caso hoje da
35 mudança de composição do Consu, a criação de duas diretorias e o orçamento da Universidade,
36 itens que pretendem destacar. Então a sua sugestão é que mantenham o padrão que seguem há
37 mais de sete anos, que é discutir a Ordem do Dia e depois o Expediente. Submete à votação a
38 proposta do senhor José Luis de colocar o Expediente na frente da Ordem do Dia, que é rejeitada
39 com 50 votos contrários, 10 votos favoráveis e 04 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 17
40 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 03 itens, informando que há destaques da Mesa aos

1 itens 01 – Proc. nº 02-P-20436/2023 –, 02 – Proc. nº 01-D-50813/2022 –, 03 – Proc. nº 01-P-
2 35389/2023 – e 04 – Proc. nº 01-P-34699/2023 – da Ordem do Dia, e aos itens 01 – Proc. nº
3 01-P-13090/2022 – e 02 – Proc. nº 01-P-18408/2017 – da Ordem do Dia Suplementar. Pergunta
4 se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA
5 RODRIGUES destaca o item 08 – Proc. nº 01-P-5646/2008. A Conselheira VERÓNICA
6 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ destaca o item 05 – Proc. nº 01-D-31877/2023, da
7 Coordenadoria Geral da Universidade. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR
8 submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia e da Ordem do Dia Suplementar,
9 sendo aprovados, por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: F –
10 Reposição Automática de Vagas – Carreiras MA, DEER, DEL, MST, MTS e Pq Deliberação
11 Consu-A-18/2013 – 06) Proc. nº 01-P-24250/1998 – que trata de proposta de alteração da
12 Deliberação Consu-A-18/2013, que dispõe sobre a Comissão de Vagas Docentes (CVD) e a
13 Comissão de Vagas Não Docentes (CVND) e o procedimento para o preenchimento de vagas
14 – Parecer PG-3187/23. G – Comissão Central de Recursos Humanos – CCRH – Deliberação
15 Consu-A-24/2013 – 07) Proc. nº 01-P-28278/2014 – que trata de proposta de alteração da
16 Deliberação Consu-A-24/2013, que institui a Comissão Central de Recursos Humanos – CCRH
17 – Despacho CCRH/CIDF-41/23 e Parecer PG-3144/23. I – Cessão de Uso de Bem Imóvel –
18 09) Proc. nº 01-P-22982/2023 – que trata de contrato de cessão de uso entre a Unicamp e a
19 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, por intermédio de sua Unidade
20 descentralizada denominada Embrapa Agricultura Digital, do imóvel localizado na Av. Dr.
21 André Tosello, 209, Cidade Universitária, Campinas/SP, CEP 13.083-886, no campus Zeferino
22 Vaz, de área de total de 10.159,48 m², contendo 6.705,20 m² de área construída, a título gratuito
23 e precário, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com possibilidade de prorrogação – Pareceres PG-
24 2424/23, 2807/23. J – Comissão Permanente de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa –
25 Indicação de Membros – Portaria GR-129/1979 - 10) Proc. nº 01-P-605/1968, da Comissão
26 Permanente de Dedicação Integral – Indicação de representantes titulares e suplentes das áreas
27 de Ciências da Engenharia e Ciências Humanas, Sociais e Artes, com mandato de 02 (dois)
28 anos a partir de 03.10.23 – Ofícios CPDI-04/23 e SG-11/23, como segue: Representação da
29 Área de Ciências da Engenharia: Titular: Prof. Dr. José Alexandre Diniz – Feec e Suplente:
30 Prof. Dr. Renato Pavanello – FEM. Representação da Área de Ciências Humanas, Sociais e
31 Artes: Titular: Prof. Dr. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim – FE e Suplente: Prof. Dr. Jesus
32 José Ranieri – IFCH. K – Indicação do Controlador Geral da Unicamp – 11) Proc. nº 01-D-
33 25232/2021 – Recondução do Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D’Antona para Controlador Geral
34 da Unicamp, nos termos do artigo 1º da Deliberação Consu-A-008/2019 – Ofício GR-302/23.
35 L – Recursos ao Consu – Nulidade – Concurso Público para Provimento de Cargo de Professor
36 Doutor – Artigo 25 da Deliberação Consu-A-30/2013 – 12) Proc. nº 36-P-44243/2022, de Maria
37 Laura Ferranty Mac Lennan – Recurso de nulidade interposto pela interessada contra o
38 resultado do concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor – nível MS-3.1 –
39 RTP – área de Administração junto à Faculdade de Ciências Aplicadas – Cota PG-685/23 e
40 Parecer PG-2861/23. 13) Proc. nº 06-P-41507/2022, de Silvia Amélia Scudeler Vedovelho –

1 Recurso de nulidade interposto pela interessada contra o resultado do concurso público para
2 provimento de cargo de Professor Doutor – nível MS-3.1 – RTP – área de Ortodontia junto à
3 Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Despacho PG-3589/23 e Parecer PG-3111/23. M –
4 Pós-Graduação – Inciso II do § 1º do Artigo 83 da Deliberação Consu-A-10/2015 – 14) Proc.
5 nº 01-P-32285/2013, da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de desativação do Programa
6 de Mestrado Profissional em Genética Humana – Aprovação pela Congregação em 28.04.23, a
7 partir de 01.05.23 – Deliberação CCPG-37/23 e Parecer Cepe-11/23. 15) Proc. nº 36-P-
8 48099/2022, da Faculdade de Ciências Aplicadas – Proposta de criação do Doutorado
9 Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e de Manufatura –
10 Homologação da aprovação *ad referendum* da Congregação em 09.08.23 – Deliberação CCPG-
11 40/23 e Parecer Cepe-12/23. 16) Proc. nº 01-P-2466/2007, da Faculdade de Ciências Médicas
12 – Proposta de extinção dos Cursos de Aprimoramento Profissional, a partir de março de 2019,
13 tendo em vista a descontinuidade na Universidade, em função da publicação do Decreto
14 Estadual nº 63.798/2018, conforme segue: Curso, Nível, Nome: 1, A, Adm. Unidades de
15 Alimentação Hospitalar; 2, A, Aprimoramento em Laboratório Clínico; 3, A, Aprimoramento
16 em Lípides; 4, A, Terapia Nutricional para Nutricionistas; 5, A, Serv. Social Saúde Mulher e
17 Recém-Nascido; 6, A, Acid. de Trabalho e Atend. Social Saúde; 7, A, Tuberculose, Saúde e
18 Serviço Social; 8, A, DST/HIV/AIDS, Serviço Social e Saúde; 9, A, Ciências Sociais em Saúde;
19 10, A, Desenvolv. Infantil: Linguagem e Surdez; 11, A, Diag.Microb.Imunol.Micoses End.e
20 Oportu.; 12, A, Enferm. Oncologia e Trat. Antineoplásico; 13, A, Física Médica em
21 Radioterapia; 14, A, Fisioterapia Aplic. à Neurolog. Infantil; 15, A,
22 Reab.Disfunç.Ortop.Traum.em Fisioterapia; 16, A, Fisioterapia em Pediatria; 17, A,
23 Assistência do Paciente em U.T.I.; 18, A, Fisiot. Disfunções Cardiorrespiratórias; 19, A,
24 Fonoaudiologia e Saúde Auditiva; 20, A, Fonoaudiologia em Neurologia; 21, A, Fonoaudiologia
25 na Área da Surdez; 22, A, Fono.com Pediátrica Enfoque em Disfagia; 23, A, Genética
26 Molecular e Citogenética; 24, A, Hemoterapia; 25, A,
27 Microb.Parasit.Clín.Aplic.Atênç.Prim.Saú; 26, A, Micr.Paras.Clín.Apli.Atênç.Sec.Terc.Saú;
28 27, A, Nutr.Doenças Crônicas não Transmissíveis; 28, A, Nutrição em Hematologia e
29 Oncologia; 29, A, Nutrição em Pediatria; 30, A, Nutrição Hospitalar; 31, A, Nutrição no
30 Sistema Digestório; 32, A, Ouvidoria Hospitalar; 33, A, Patologia Clínica; 34, A, Planej.
31 Administr. em Serviços de Saúde; 35, A, Prát.Polít.Soc.na Área da Saúde e Reab.; 36, A,
32 Psic.Clín.Aplicada à Neurologia Infantil; 37, A, Psic.Desenv.: Atend. Crianças e Adolesc.; 38,
33 A, Saúde Reprod. Mulher e Psic. Hospitalar; 39, A, Psicologia do Desenvolvimento e
34 Deficiência; 40, A, Psicopedagogia em Neurologia Infantil; 41, A, Oncologia e Psicologia; 42,
35 A, Habilit.Reabilit. Ativ. Sociais Pessoais; 43, A, Habilitação e Reabilitação Visual; 44, A,
36 Saúde Mental em Saúde Coletiva; 45, A, Saúde Mental e Serviço Social; 46, A, Incapacidades
37 Neurol., Serv.Social Saúde; 47, A, Oncologia, Serviço Social e Saúde; 48, A, Pediatria e
38 Serviço Social; 49, A, Serv. Social, Família e Reab. Área Saúde; 50, A, Saúde, Serviço Social
39 e Envelhecimento; 51, A, Violência, Serviço Social e Saúde; 52, A, Surdez: Desenvolvimento
40 e Inclusão; 53, A, Reabilitação em Deficiência – Visual; 54, A, Toxicologia Analítica; 55, A,

1 Toxicologia para Enfermeiros – Aprovação pela Congregação em 26.05.23 – Deliberação
2 CCPG-46/23 e Parecer Cepe-13/23. 17) Proc. nº 02-P-8685/2019, Faculdade de Ciências
3 Médicas – Proposta de extinção dos Cursos de Especialização Profissional na Área da Saúde,
4 tendo em vista que não foram oferecidos pois não houve financiamento formal junto à
5 Universidade, devido à alteração da forma de captação de bolsas do antigo programa estadual
6 de aprimoramento profissional, após a publicação do Decreto Estadual nº 63.798/2018,
7 conforme segue: 1) Administração em Unidades de Alimentação Hospitalar; 2) Laboratório
8 Clínico; 3) Terapia Nutricional para Nutricionistas; 4) Lípides; 5) Atendimento à Saúde da
9 Mulher e do recém-nascido; 6) Atendimento ao Acidentado de Trabalho; 7) Atendimento ao
10 Paciente com Tuberculose; 8) Atendimento ao Paciente Portador do Vírus HIV; 9) Ciências
11 Sociais em Saúde; 10) Desenvolvimento Infantil: Linguagem e Surdez; 11) Diagnóstico
12 Microbiológico e Imunológico de Micoses Endêmicas e Oportunistas; 12) Enfermagem em
13 Oncologia e Tratamento Antineoplásico; 13) Fisioterapia Aplicada à Ortopedia e
14 Traumatologia; 14) Fisioterapia em Neurologia Infantil; 15) Fisioterapia em Pediatria; 16)
15 Fisioterapia nas Disfunções Cardiorrespiratórias; 17) Fisioterapia em Unidade de Terapia
16 Intensiva Adulto; 18) Fonoaudiologia e Saúde Auditiva; 19) Fonoaudiologia Aplicada a
17 Neurologia Infantil; 20) Fonoaudiologia na Área de Surdez; 21) Fonoaudiologia Pediátrica; 22)
18 Genética Molecular e Citogenética; 23) Hemoterapia; 24) Microbiologia e Parasitologia Clínica
19 Aplicada à Atenção Primária à Saúde; 25) Microbiologia e Parasitologia Clínica Aplicada à
20 Atenção Secundária e Terciária à Saúde; 26) Nutrição em Hematologia e Oncologia; 27)
21 Nutrição em Pediatria; 28) Nutrição Hospitalar; 29) Ouvidoria Hospitalar; 30) Patologia
22 Clínica; 31) Práticas e Políticas Sociais na Área da Saúde e Reabilitação; 32) Psicologia Clínica
23 em Neurologia Infantil; 33) Psicologia Clínica na Saúde Reprodutiva da Mulher; 34) Psicologia
24 do Desenvolvimento e Deficiência; 35) Psicologia do Desenvolvimento: Atendimento à
25 Crianças e Adolescentes; 36) Psico-Oncologia; 37) Psicopedagogia Aplicada à Neurologia
26 Infantil; 38) Reabilitação em Atividades de Vida Diária; 39) Reabilitação em Saúde Ocular; 40)
27 Serviço Social e Saúde Mental; 41) Serviço Social em Incapacidades Neurológicas: Prevenção
28 e Assistência; 42) Serviço Social em Oncologia; 43) Serviço Social em Pediatria; 44) Serviço
29 Social, Família e Reabilitação na Área da Saúde; 45) Serviço Social, Saúde e Envelhecimento;
30 46) Serviço Social, Saúde e Violência; 47) Surdez: Desenvolvimento e Inclusão; 48) Terapia
31 Ocupacional e Reabilitação; 49) Toxicologia Analítica; 50) Toxicologia para Enfermeiros –
32 Aprovação pela Congregação em 26.05.23 e CCPG em 09.08.23 – Deliberação CCPG-47/23 e
33 Parecer Cepe-14/23. Ordem do Dia Suplementar – C – Prêmio Pibic de Mérito Científico – 03)
34 Proc. nº 01-P-25451/2023 - Proposta de Deliberação Consu que institui o Prêmio Pibic de
35 Mérito Científico – Ofício PRP-36/23, Pareceres PG-3141/23, Informação Aeplan-1702/23 e
36 Parecer COP-19/23. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 da Ordem do Dia – Proc. nº
37 02-P-20436/2023 –, que trata de proposta de concessão do Título de Professor Emérito, nos
38 termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, apresentada pelo Departamento de
39 Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas, ao professor doutor Luis Guillermo
40 Bahamondes. O assunto necessita de 2/3 dos votos para aprovação. Passa a palavra ao professor

1 Claudio Coy. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que vai fazer um
 2 breve relato sobre a atuação do professor Luis Guillermo Bahamondes, de quem foi aluno,
 3 destacando a relevância de sua atuação junto à Universidade. O professor Luis Guillermo
 4 Bahamondes foi contratado pela Unicamp em 1978 para atuar no Departamento de
 5 Tocoginecologia da FCM. Após um breve retorno ao seu país de origem, Argentina, voltou para
 6 a Universidade em 1989 como pesquisador do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de
 7 Campinas – Cemicamp, instituição vinculada ao Departamento de Tocoginecologia da FCM.
 8 Obteve o título de doutor em 1982, professor livre-docente em 1997 e professor titular em 2003.
 9 Em mais de 50 anos de atuação acadêmica, foi coordenador do Ambulatório de Reprodução
 10 Humana do Caism, preceptor dos médicos residentes, coordenador do programa de pós-
 11 graduação, chefe do Departamento de Tocoginecologia, membro da CCD, representante
 12 docente junto à congregação da FCM, e membro do Comitê de Avaliação da Medicina III da
 13 Capes. Desenvolveu as suas atividades de ensino e pesquisa voltados à saúde da mulher,
 14 particularmente na anticoncepção, segurança e benefícios não contraceptivos dos
 15 medicamentos anticoncepcionais. Ele foi responsável por dois projetos temáticos da Fapesp,
 16 um deles vigente, e pesquisador de vários projetos da Organização Mundial de Saúde
 17 associados ao uso e difusão de contraceptivos de baixo custo, injetáveis e de autoadministração
 18 que possibilitou o seu uso, além do Brasil, em vários países da América Latina e Ásia. Foi
 19 *chairman* do Steering Committee da Aliança Estratégica do Programa de Reprodução Humana
 20 da OMS, responsável por políticas de distribuição de recursos e diretrizes para o
 21 desenvolvimento de pesquisas. Foi também pesquisador beneficiário de um subsídio outorgado
 22 pela OMS por dez anos, com o objetivo de aumentar a capacidade de pesquisa em países em
 23 desenvolvimento, que possibilitou a capacitação de muitos docentes e alunos da pós-graduação
 24 da Unicamp e contribuiu de forma significativa para que o Programa de Pós-Graduação de
 25 Tocoginecologia obtivesse a nota 7 junto à Capes. Destacam-se entre as suas atividades 261
 26 artigos internacionais com 8.407 citações e um índice H de 48. Autor de dois livros, 11 capítulos
 27 de livros e 22 artigos realizados a convite de editores de revistas especializadas. Orientou 67
 28 alunos de pós-graduação, 13 bolsistas de mestrado e doutorado provenientes do Haiti,
 29 Guatemala, Moçambique, Angola e Equador. Em 2013, recebeu o Prêmio de Reconhecimento
 30 Acadêmico “Zeferino Vaz”, e de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao ensino de
 31 graduação na FCM. Após a concessão de sua aposentadoria, em 2016, manteve vínculo com a
 32 Universidade como professor colaborador voluntário, mantendo relevante atuação na pesquisa
 33 e pós-graduação. Assim, o professor Bahamondes constitui-se em liderança em sua área de
 34 atuação com grande reconhecimento nacional e internacional, importante papel como educador
 35 e difusor da ciência e inequívoca contribuição para a saúde da mulher. A Conselheira MARIA
 36 LUIZA MORETTI reafirma as palavras do professor Coy em relação à proposta de concessão
 37 do Título de Professor Emérito ao Professor Luis Guillermo Bahamondes. Teve a oportunidade
 38 de conviver com ele por muitos anos durante o seu trabalho dentro da FCM e realmente pode
 39 atestar todas as qualidades que foram citadas pelo professor Coy, lembrando a importante
 40 atuação que ele teve em graduação, pós-graduação, internacionalização, contribuindo para a

1 difusão e o conhecimento do Caism e da saúde da mulher dentro de programas nacionais e
2 internacionais. Mesmo após sua aposentadoria, ele manteve esse vínculo com a Instituição,
3 continuando como pesquisador e orientador. O professor Bahamondes levou o nome da
4 Unicamp para todo o Brasil e muitos locais da América Latina. Ele é argentino mas desenvolveu
5 a sua carreira, basicamente, toda aqui no Brasil dentro da Unicamp. Foi um prazer ter tido a
6 convivência com esse professor e o aprendizado que obteve não só pelos conhecimentos que
7 ele trouxe à Universidade e pela sua vida acadêmica, mas também pela pessoa do professor
8 Bahamondes, um exemplo de professor para a Faculdade de Ciências Médicas. Dessa forma,
9 endossa completamente as palavras do professor Coy. A Conselheira JOANA FRÓES
10 BRAGANÇA BASTOS diz que também foi aluna dele, que além de ser um exímio pesquisador
11 e ajudar fortemente a pós-graduação da Tocoginecologia a alcançar a nota 7, o primeiro do país,
12 teve uma atuação muito importante na luta pelos direitos reprodutivos femininos. O professor
13 Bahamondes teve uma atuação muito grande no Brasil e na América Latina ligada à
14 Organização Pan-Americana da Saúde e à Organização Mundial de Saúde, inclusive
15 conseguindo financiamento e sendo conselheiro da OMS. Foi sua aluna no início da década de
16 1990 e desde então ele é um lutador para a difusão e o acesso aos meios anticoncepcionais para
17 as mulheres, direitos reprodutivos, discussão de aborto seguro, prevenção de violência,
18 discussão do acesso da mulher ao serviço de saúde. Então, além de ser um exímio pesquisador,
19 ele possui essa trajetória muito importante e com impacto muito grande em Campinas, no Brasil
20 e na América Latina. Sendo ele um argentino, atuou muito inclusive na formação de
21 pesquisadores internacionais na América Latina. Endossa a proposta, como fizeram a
22 professora Maria Luiza e o professor Coy, acha que ele é uma figura muito importante na
23 Universidade e tem todas as qualidades para ser um professor emérito. O Conselheiro JOSÉ
24 ANTONIO ROCHA GONTIJO diz que também endossa a proposta. Trabalhou por um longo
25 tempo durante a diretoria associada e diretoria da FCM com o professor Bahamondes. Além de
26 uma pessoa muito gentil e com todos esses méritos já citados, cita um que talvez tenha sido
27 mais trabalhoso para ele, o de ter sido presidente da Comissão Permanente de Dedicção
28 Integral à Docência e à Pesquisa da Universidade. Foi um período muito difícil, a CPDI dava
29 muito trabalho, na época, e ele trabalhou assiduamente e com bastante critério durante a
30 avaliação dos relatórios de tempo integral. Recomenda também a aprovação do nome do
31 professor Bahamondes para professor emérito desta Universidade. O Conselheiro FERNANDO
32 ANTONIO SANTOS COELHO diz que teve a oportunidade de conviver com o professor
33 Bahamondes exatamente na época em que ele era presidente da CPDI. Foi um período
34 extremamente agradável de convívio, não só do ponto de vista acadêmico, mas do ponto de
35 vista humano. O professor Bahamondes sempre estava disposto a fazer discussões muito bem
36 qualificadas e realmente foi um grande prazer conviver com ele. Então se junta à comunidade
37 e cumprimenta a Faculdade de Ciências Médicas pela indicação do nome do professor
38 Bahamondes para professor emérito. O MAGNÍFICO REITOR diz que as quatro manifestações
39 de professores da FCM deixaram claro o valor da atividade do professor Bahamondes na
40 Unicamp, e o professor Coelho deu uma visão de alguém que conviveu com ele um pouco

afastado da especificidade profissional, mas de toda forma também contribuiu. Destaca que uma pessoa que tem mais de oito mil citações possui um currículo bastante relevante do ponto de vista científico. E o outro aspecto, muito interessante, é o fato de ser uma pessoa capaz de combinar isso com uma ação social e institucional. Então é uma prova adicional de que é possível ter boa pesquisa, boa atividade associada a questões que tenham impacto não só de conhecimento na sociedade, mas um impacto efetivo em organizações como a OMS, na defesa dos direitos reprodutivos das mulheres. Então é algo cujo mérito precisam reconhecer, e incentivar que os docentes tenham, cada vez mais, uma abordagem que envolva as grandes atividades que a Universidade deve ter. Isso é possível e a prova está na carreira que o professor Bahamondes traçou dentro da Unicamp. Ainda bem que às vezes possuem esse potencial também de atrair pessoas de fora, é algo que devem valorizar cada vez mais na Universidade.

A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que sente uma enorme admiração pelo professor Luis como pessoa, que é um entusiasta em termos da ciência, um defensor das causas reprodutivas femininas e um grande amigo seu. Ele é uma referência que precisam considerar como ser humano, como pesquisador, e principalmente por esse entusiasmo que ele tem pela ciência. Parabeniza a FCM ter tomado essa iniciativa e toda a Reitoria, pois se sente muito representada neste ato. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que necessita de maioria qualificada, sendo aprovada por unanimidade, com 64 votos favoráveis, conforme lista anexa (contendo 61 votos favoráveis), e mais 03 votos declarados no microfone (Maria Luiza Moretti, Leandro Aparecido Villas e Eliana da Silva Souza). Parabeniza o professor Bahamondes e diz que hoje possuem a felicidade de ter os três representantes externos aqui, professora Eliana, professor Poveda e o doutor Gurgel representando as entidades que compõem a representação externa do Conselho Universitário. Agradece a eles pela presença e diz que é uma honra que eles estejam aqui interferindo nos destinos da Unicamp também. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-D-50813/2022 –, que trata da segunda revisão do orçamento 2023, com Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a Unicamp tem esse instrumento muito útil que é, a partir da distribuição orçamentária inicial, a partir das primeiras informações, a Secretaria de Fazenda poder, ao longo do ano, ir promovendo as revisões. Isso permite adequar a execução do orçamento da Universidade às receitas, tanto a receita própria financeira quanto as receitas vindas do Tesouro. O relatório já apresentado na COP e na CAD sinaliza para um déficit no exercício de 2023 da ordem de R\$270 milhões, que tem como uma causa importante a redução de receita. A Secretaria tinha uma previsão para 2023 de arrecadação dentro da quota-parte do estado da ordem de R\$150 bilhões, dos quais caberiam à Unicamp R\$2,3 bilhões, correspondentes a 2,1958% dessa parcela. E a própria Secretaria já fez uma revisão de R\$150 bilhões para R\$144 bilhões, ainda no semestre passado, o que já constou da primeira revisão orçamentária. Na segunda revisão, que hoje está em pauta para ser votada, mantiveram a previsão de arrecadação de R\$144 bilhões, até porque a Secretaria não lhes passou nenhuma outra informação mais decisiva sobre o desempenho. Acompanhando praticamente todos os dias essa evolução, vai

1 passar alguns números, porque havia uma expectativa sobre o desempenho no segundo semestre
2 da arrecadação. De janeiro a agosto deste ano, comparado com janeiro a agosto de 2022, a
3 queda de arrecadação em termos nominais foi de 7,5%. Se consideram a inflação, deflacionando
4 pelo IPC da Fipe, a queda real foi de 11,5%. Havia uma expectativa de que no segundo semestre
5 pudesse melhorar, fecharam ontem os números da Secretaria relativos à arrecadação de agosto,
6 e entre o que a Secretaria tinha previsto e lhes repassado e o que foi arrecadado o total foi de
7 R\$12,237 bilhões. Isso é quase quatro pontos abaixo da própria previsão da Secretaria para o
8 mês de agosto. Então aquela expectativa relativamente otimista de que agosto já apontaria, por
9 conta da mudança na desoneração de combustíveis, em direção ao aumento da arrecadação,
10 ainda não se verificou. Para setembro mantêm as expectativas, para ver qual vai ser o
11 comportamento, a Secretaria já fez a previsão de uma arrecadação de R\$12,308 bilhões, que é
12 abaixo do que foi arrecadado também em 2022. Há uma frustração do ponto de vista de receita,
13 mas também houve um acréscimo do ponto de vista das despesas, associado ao reajuste de
14 10,51% em 2023. Além das progressões tanto Paepe quanto de docentes e pesquisadores, que
15 aproximadamente representam dois pontos percentuais dos Recursos do Tesouro. E também a
16 instituição do vale-refeição, que era uma demanda antiga da própria comunidade que também
17 está em torno de dois pontos percentuais. Então de um lado há uma frustração de receita, de
18 outro uma elevação de despesa. Os números não estão no informe, mas têm circulado muito o
19 dado em relação ao comprometimento da folha em relação aos Recursos do Tesouro, que hoje
20 está da ordem de 90,7%; ele está disponível no informe Cruesp para todos poderem ter acesso.
21 A Aeplan e a PRDU em geral tentam sempre trabalhar com um panorama de divisão das
22 despesas da ordem de 85% em folha, 10% em custeio e 5% em investimento. Mas essa gestão
23 adotou, desde o primeiro momento, aprovado inicialmente na COP, muito discutido na COP e
24 depois aqui dentro do próprio Conselho Universitário, a criação do Plano Plurianual de
25 Investimentos, em que utilizaram aquele saldo que foi gerado pela arrecadação de 2021 e 2022.
26 Reserva essa que, descontado o Grupo X do orçamento, que são os recursos já compromissados
27 na Universidade, embora ainda não executados, soma cerca de R\$1,5 bilhão. Desse valor, o
28 Consu aprovou que três folhas de pagamento deveriam ser reservadas para momentos como
29 este de retração, de frustração do ponto de vista de receita. Ou mesmo já pensando no que
30 poderia vir a acontecer em relação à transição durante a reforma tributária. Portanto, estão
31 reservadas três folhas, que são algo em torno de R\$720 milhões, para lidarem com esses
32 momentos. Uma parte importante também dos recursos é destinada à assistência e permanência
33 estudantil, particularmente a questão da moradia. E o restante dos recursos foi destinado para o
34 fundo de investimento, em torno de R\$700 milhões também, sendo que uma parte já foi
35 distribuída aqui pelo próprio Consu, da ordem de R\$300 milhões a R\$350 milhões. Obviamente
36 que não conseguiram ainda gastar nem 10% disso, porque todos sabem a dificuldade que se
37 enfrenta nas licitações e depois na execução dos projetos. Mas possuem ainda um fundo
38 bastante razoável, o que significa que estão realizando o objetivo de ter 5% de investimento.
39 Isso os alivia, dado que os recursos para investimento não estão dentro da distribuição
40 orçamentária. Essa é uma diferença importante, que ajudou muito a gestão na execução do

orçamento, mas é sempre importante ressaltar isso porque é uma mudança que reflete, inclusive, nos indicadores da Universidade. Sobre as receitas financeiras, em reunião da Aeplan, DGA e PRDU com os responsáveis pela gestão do fundo da Universidade, que é o Banco do Brasil, tomaram a decisão de manter o fundo Tulipa em cima do que foi trabalhado, que é um fundo conservador do Banco do Brasil, basicamente em cima de LFTs, que são títulos pós-fixados, e uma parte desses também com operações compromissadas. Mantiveram a decisão de não mudar de conservador para o moderado, como fez a USP, e acha que foram felizes na decisão, porque dentro do fundo moderado existe uma parcela importante de ativos associados a crédito, e todos acompanharam pela imprensa o problema de algumas grandes empresas no Brasil, em particular as Americanas. Isso stressou todo o mercado financeiro, provocando uma queda bastante significativa nesses títulos, e o fundo moderado rendeu menos que o fundo conservador. Então foi a decisão da Universidade, orientada pelo Banco do Brasil e consultando os economistas da própria Universidade, entre eles o professor André Biancarelli. Avaliando qual seria a evolução das reduções da taxa Selic, o mercado está apontando para mais duas reduções, portanto vale a pena permanecer nos títulos pós-fixados, porque o pré-fixado já estava trabalhando abaixo de 9,5%, e acreditam que terão ainda um rendimento em torno de 11,5% até o final de 2024. Portanto, também estão fazendo essa gestão dos recursos financeiros da Universidade, que são significativos. Feitas essas primeiras observações, passa a palavra ao senhor Thiago para que ele detalhe a execução do primeiro semestre e as previsões em termos de receitas e despesas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o documento da segunda revisão orçamentária apresenta um déficit de R\$270 milhões das despesas aprovadas em 2023, o que significa que as despesas estão, na média, 116% das receitas do Tesouro do Estado. Lembra que o Grupo X traz os saldos de despesas de anos anteriores aprovados, somando mais de R\$280 milhões de despesas aprovadas. Caso essas despesas ocorram todas no exercício, vai aumentar a despesa do exercício atual. As receitas totais da Universidade apresentam uma queda de aproximadamente R\$100 milhões, quase 3% das receitas orçamentárias. Na primeira revisão orçamentária, seguindo as previsões da Secretaria da Fazenda, já fizeram um ajuste nas receitas de ICMS de R\$150,5 bilhões de arrecadação estadual para R\$144,100 bilhões, o que foi mantido nesta segunda revisão orçamentária. Isso significa que estão recebendo R\$120 milhões a menos do que foi estimado inicialmente. A previsão mensal que a Secretaria da Fazenda enviou para o mês de agosto foi de R\$12,7 bilhões, mas ela não aconteceu; essa arrecadação chegou a quase R\$12,4 bilhões e a previsão para o mês de setembro está em R\$12,3 bilhões. Portanto, será preciso haver um bom crescimento para chegarem aos R\$144 bilhões no final do exercício. Observa que após a segunda revisão ser aprovada pela COP, a Secretaria da Fazenda informou um número de R\$145,1 bilhões de previsão para o ano, o que explica porque em junho e setembro ela estava com uma previsão muito acima do que vem sendo realizado de fato. Ela havia considerado essa mudança, com base no impacto da mudança dos combustíveis, mas esse impacto não aconteceu. A informação que possuem é que no início do próximo mês virá uma nova previsão, muito provavelmente reduzindo de R\$145 bilhões para R\$144 bilhões, o que os deixa confortáveis em utilizar esse número até o final do ano, apesar de todas as dificuldades e

da queda de quase 8% da arrecadação em 2023 perante 2022. Em valores nominais, quando se usa o deflator do IPC Fipe, verificam que na arrecadação anual estão perdendo por volta de R\$13 bilhões no estado de arrecadação frente ao ano de 2022. E a arrecadação do estado e das universidades ficará abaixo do arrecadado em valores reais tanto de 2022 como de 2021, o que explica a razão de o déficit da Universidade estar um pouco maior do que o esperado pela comunidade. A arrecadação deste ano está muito próxima do que aconteceu no último trimestre de 2022, quando houve a queda das alíquotas de ICMS, mostrando que, apesar do otimismo, o aumento da arrecadação acabou não acontecendo. Já as receitas próprias apresentaram um leve crescimento, muito baseado nas aplicações financeiras. São previsões até um pouco conservadoras, que talvez estejam estimadas com uma queda da taxa de juros maior do que aconteceu e que deve acontecer no exercício. Então esse é um número que tende a aumentar até o final do exercício. Passando para as despesas, informa que elas se situam 4% acima do inicial previsto em cerca de R\$155 milhões. De forma geral, todas as despesas da Universidade estão mantidas, com alguma transferência de recursos de um grupo para outro. Houve uma queda nas despesas de utilidade pública, restaurantes e transporte, muito porque os reajustes foram menores em razão da queda da inflação no período. E houve uma queda de consumo mesmo de água, energia elétrica, e até dos gastos com restaurante, muito devido à aplicação do VR. A despesa que apresenta maior diferença é a de Pessoal, com aumento de R\$200 milhões, muito em função do reajuste salarial, e também porque os 10,51% foram aplicados também nos recursos para contratação e progressão de servidores. Também cita o aumento no VR em razão das mudanças nas normativas aprovadas pelo Consu. Um item que estão trazendo ultimamente é o déficit dos hospitais no quesito de horas extras, uma despesa que não veio orçada mas que vem acontecendo, e representou pouco mais de R\$10 milhões no primeiro semestre, mas provavelmente esse valor vai ser bem maior para fechar o exercício. No Grupo VII - Manutenção das Atividades, que são os recursos de custeio, quando veem a execução parece que há um grande impacto, mas esclarece que não existe nenhum aumento de despesas para a Universidade. O aumento que se apresenta é referente a suplementações feitas em investimentos especiais, principalmente no HC, que acabam sendo transferidas para cobrir o custeio dos hospitais. Além dos valores já aprovados, que já passaram aqui no Consu nesta segunda revisão, estão incrementando em R\$15 milhões para as despesas dos meses de setembro e outubro. E além disso está entrando um valor de R\$8 milhões que o Hospital conseguiu receber da Secretaria Estadual de Saúde para a ampliação da UTI pediátrica. Também R\$12,8 milhões do Grupo X voltam para algum outro grupo, geralmente VIII ou IX, para ser executado de fato, por isso a redução desse montante no Grupo X. Isso vai gerar uma diferença no sentido de que quando pensarem só em despesas aprovadas no exercício, o déficit cai de R\$270 milhões para R\$257 milhões. Se hoje os R\$280 milhões que estão no Grupo X forem executados, mesmo com todas as despesas do exercício em equilíbrio, a Universidade vai apresentar um déficit. Em relação à reserva financeira, em 31.08 ela fecha em R\$1,819 bilhão. As despesas e receitas da Universidade no mês apresentam um equilíbrio, e não há mais aquela sobra de recursos que tinham anteriormente. Dessa forma, as receitas estão pagando as despesas, não estão

1 conseguindo fazer igual aos anos anteriores, aquele acúmulo de novos recursos nas reservas
2 financeiras. Fica à disposição para maiores questionamentos. O Conselheiro FERNANDO
3 SARTI lembra que a reserva incorpora o Grupo X, que são os R\$300 milhões já distribuídos e
4 ainda não executados, por isso fez referência a R\$1,5 bilhão. Para quem gosta de acompanhar,
5 como o senhor José Luis, observa que cada aumento ou queda de R\$1 bilhão em arrecadação
6 representa R\$22 milhões para a Universidade, para mais ou para menos. Assim, se tinham uma
7 previsão de R\$150 bilhões e ela está sendo revista para R\$144 bilhões, são R\$6 bilhões a menos,
8 que representam R\$120 milhões a menos para a Universidade. Para dezembro tinham
9 expectativa de alguma recuperação, mas tudo está sinalizando que terão, provavelmente, essa
10 estabilidade em R\$144 bilhões, que é o valor com o qual vêm trabalhando desde a primeira
11 revisão. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que o que está ocorrendo este ano é em
12 função das leis complementares 194, 192 e a emenda constitucional 123 do ano passado. Elas
13 foram uma tentativa frustrada de dar um golpe na eleição no que diz respeito à redução dos
14 combustíveis e uma série de outras reduções que foram jogadas para os estados com a redução
15 da alíquota de 25% para 18%. Só que nas leis tinha uma compensação, o total que o estado
16 recebeu de compensação é R\$7 bilhões, o que daria um recurso significativo para as
17 universidades. O Fórum das Seis cobrou esse repasse dos estados, a argumentação que veio foi
18 que por conta de se transformar em redução da dívida do estado o repasse não seria feito.
19 Tentaram também na Assembleia Legislativa recuperar esse recurso, não conseguiram, mas
20 ainda está em pauta a recuperação dessa perda dos seis meses do ano passado e de todo este
21 ano. A compensação parou em maio, depois que houve um acordo no Confaz de subir a alíquota
22 do combustível novamente, mas que ainda não recuperou. Pensa que a Secretaria ainda tem
23 instrumento para chegar nos R\$150 bilhões, que é o Refis; quando começou a haver queda na
24 arrecadação, o governador Tarcísio chegou a declarar que faria um Refis para tentar atingir a
25 meta orçamentária que está na LOA deste ano, que são os R\$150 bilhões. Até agora a Secretaria
26 da Fazenda não apresentou, mas acredita que é possível. Além disso, como foi demonstrado, a
27 média de gasto do Grupo X é bem baixa, então pensa que não vai chegar a haver déficit este
28 ano, vai terminar em equilíbrio. Nesse sentido, coloca que o STU protocolou junto com a
29 ADunicamp o pedido do bônus; no caso de servidores, de R\$10 mil, e a proposta da ADunicamp
30 é um valor diferenciado pela data de entrada no concurso, de 2003 a 2012 e de 2013 em diante.
31 Também há outro pedido conjunto com a ADunicamp que é o auxílio-saúde; a bancada de
32 servidores técnico-administrativos vai fazer uma proposta para ser apresentada à COP do final
33 do ano de auxílio-saúde para os titulares. Essa é uma discussão que ainda está na pauta porque
34 não se trata da arrecadação, mas do dinheiro que está em caixa, e é perfeitamente possível
35 despender esses recursos, algo que a USP fez e a Unicamp ainda não fez. É óbvio que há essa
36 discussão das progressões que foram feitas aqui, viu a resposta do professor Sarti a um
37 questionamento na COP da conselheira Marisa Beppu, mas pensa que essa é uma tratativa que
38 deveriam seguir discutindo com a Reitoria. Em relação à arrecadação, em setembro ela está
39 melhorando; seriam necessários, para chegar nos R\$144 bilhões, R\$13 bilhões, em média, nos
40 últimos quatro meses, de quota-parte do estado. No último mês sempre é superior a isso, mas

1 precisam acompanhar, há uma reunião técnica agendada com o Cruesp no dia 06 de outubro,
2 na Reitoria da Unesp, e vai estar acompanhado esse debate. O Conselheiro RODOLFO
3 JARDIM DE AZEVEDO diz que sempre é importante destacar que as reservas são feitas
4 justamente para suportar os momentos de crise. A Unicamp já teve essa experiência no passado,
5 acredita que está na memória de todos esse efeito, e é o que os leva sempre a ter essa gestão
6 conservadora da aplicação dos recursos, uma boa decisão tomada. Obviamente, quando se toma
7 a decisão, não possuem bola de cristal, mas foi uma decisão muito boa e é algo importante para
8 fazer tanto no investimento quanto nos usos. Pergunta se precisam tomar alguma ação neste
9 momento, diante da queda da arrecadação, e caso possam aguardar, quanto tempo conseguem
10 aguardar. Do ponto de vista do PPI, entendeu a questão de fatorar, o que foi uma boa decisão,
11 que dá um planejamento de mais longo prazo, mas sabem que a próxima janela de PPI precisará
12 ter recurso de reserva, porque é o modelo que foi trazido. Então pergunta qual seria a
13 perspectiva dessas duas coisas caminhando juntas. Fez uma sugestão para as duas últimas
14 gestões, então vai aproveitar a oportunidade e fazer para o professor Antonio José aqui neste
15 momento também. Sempre fazem essa revisão orçamentária, mas sabem que existem recursos
16 extraorçamentários que estão disponíveis para serem feitas atividades e ações emergenciais,
17 especificamente o Pids, por exemplo, do qual nunca trazem um extrato ou uma movimentação
18 no Consu. Vem fazendo essa solicitação há dez anos, e faz novamente o pedido para que tragam
19 um pouco desse recurso para tentarem entender o que está sendo feito dele. O Conselheiro
20 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que o déficit apresentado é preocupante, então pergunta quais
21 ações a Universidade está tomando junto ao governo do estado para cobri-lo. A Universidade,
22 quando implantou o *campus* da FCA em Limeira, teve a promessa do governo de acréscimo de
23 0,05% de arrecadação no orçamento anual, o que nunca aconteceu. Pergunta se é possível
24 negociar essa situação, visto que o orçamento teve retrocesso financeiro devido à redução do
25 ICMS. É necessário o diálogo com o governo do estado e cobrar essa promessa. Sobre a
26 contratação de servidores pela Universidade, pergunta qual a projeção para 2024, se há
27 estimativa de qual o número de contratações para o próximo ano, visto a necessidade das
28 unidades, assim como da área da Saúde e órgãos da Administração. Em relação ao auxílio-
29 saúde, que o senhor José Luis comentou, é justa a inclusão dos aposentados na concessão desse
30 auxílio, se um dia ocorrer, pois os servidores que se aposentaram deram a vida por esta
31 Instituição. Diz que há rumores na Universidade de que há um Programa de Demissão
32 Voluntária - PDV à vista, o que não sabe se de fato vai ocorrer, mas se for, pergunta se já
33 possuem informações de qual seria o gasto. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA
34 manifesta apoio à proposta da ADunicamp, entende a resposta do professor Sarti de que a
35 Reitoria tem apostado mais nas promoções, mas não acha que isso é uma coisa ou outra, acha
36 que podem ser as duas coisas, pois a Universidade possui recursos para valorizar um pouco a
37 carreira de docentes e funcionários. Não é um gasto perene, ele não ficaria para sempre no
38 orçamento, e daria um reconhecimento e corrigiria algumas distorções que percebem,
39 especialmente alguns contratados na Unicamp. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO
40 solicita a palavra à professora Silvia Gatti, presidente da ADunicamp. A Professora MARIA

1 SILVIA VICCARI GATTI lembra que a ADunicamp e o STU encaminharam uma solicitação
2 oficial à Reitoria no sentido daquilo que uns chamam prêmio, outros chamam bonificação,
3 outros chamam reconhecimento, dê-se o nome que queiram a essa reivindicação. Ela aparece
4 em função do que aconteceu na USP, e acha que é direito das três universidades buscarem
5 formas iguais de se relacionarem, suas Reitorias e seus servidores de maneira geral.
6 Reconhecendo isso, fizeram um encaminhamento oficial à Reitoria, após um estudo detalhado,
7 cuidadoso, sério, após uma discussão com docentes. Isso foi em julho de 2023. De lá para cá, a
8 cada semana, espera, assim como o STU, serem chamados pela Reitoria para discutirem isso.
9 Várias vezes, nas reuniões do Consu, da Cepe, da CAD, da COP, o professor Sarti explica o
10 porquê da negativa a essa reivindicação, algo já esperado. Desde o início sabiam quais seriam
11 as falas da atual Administração com relação a esse pleito, mas é possível contestá-las, apresentar
12 outros dados. Mas se não forem ouvidos, se não forem chamados, só terão este espaço, onde
13 possuem direito à voz, para colocar isso, porém as entidades possuem as suas formas, os seus
14 mecanismos de responder a essas colocações. O que não pode é haver uma não resposta, ou
15 uma resposta que não lhes chega oficialmente, porque se encaminharam uma proposta
16 oficialmente, acha que devem ter um retorno respeitoso oficialmente. Então é isso o que espera,
17 inclusive esta semana a ADunicamp e o STU reiteraram a solicitação à Reitoria, no sentido de
18 que sejam ouvidos, que a resposta venha de forma explícita e oficial, mas que ela seja não só
19 “não”. Estão vendo o que estão passando por causa de um “não”. “Não” é muito definitivo,
20 então pede que os chamem, conversem, tragam propostas, permitam-lhes a apresentação de
21 propostas. As entidades representam as categorias de todos os trabalhadores e trabalhadoras na
22 Universidade, entendem e respeitam a Universidade, e considera-se muito institucional, mas
23 tem uma instituição a cuidar que é a ADunicamp, e quer representar bem esse seu papel. Então,
24 solicita ao senhor Reitor um retorno o mais rápido possível para que possam discutir, avaliar,
25 propor coisas para as suas bases e assim seguirem, cada um com o seu papel. O Conselheiro
26 MARCELO ALVES DA SILVA MORI diz que se inscreveu no Expediente para tratar sobre
27 esse assunto, mas como a discussão foi antecipada, vai se manifestar neste momento. Gostaria
28 de cobrar uma consideração e uma resposta a essa proposta da ADunicamp e também do STU,
29 a professora Silvia já se manifestou nesse sentido, então apoia a manifestação dela. Também
30 aproveita para colocar alguns argumentos que vão talvez em detrimento dos argumentos que
31 foram colocados em respostas anteriores, quando pediram que esse ponto fosse discutido. Acha
32 que o que precisa ficar bastante claro é que uma grande motivação dessa proposta, e está se
33 referindo especificamente à proposta dos docentes, os quais representa aqui, tem a ver com as
34 diferenças previdenciárias e salariais de docentes contratados depois de 2003 e antes de 2003.
35 Essa proposta de bonificação seria o primeiro passo para tentar valorizar os docentes com o
36 principal foco em docentes contratados após 2003. Acha que precisam fomentar esse debate
37 aqui porque é uma questão bastante importante, as diferenças são grandes e isso precisa ser
38 discutido para que busquem mecanismos para que consigam diminuir essas diferenças. Tende
39 a discordar do argumento de investimento em progressão como valorização, porque progressão
40 é um direito previsto nos Estatutos para todos os docentes e funcionários. O mérito da

progressão é o mérito do indivíduo, do servidor, e estratégias de valorização de docentes ou servidores não docentes direcionadas para um objetivo, que nesse caso é tentar diminuir algumas diferenças, devidas ao regime previdenciário, principalmente no período de contratação, não podem ser resolvidas com investimento em progressão. Precisam criar outros mecanismos e essa proposta de bonificação é um deles, é o primeiro passo do que espera que seja uma discussão um pouco mais ampla para conseguirem atrair, manter, fixar docentes na Universidade, tornar a vida acadêmica mais motivante. Sabem que vários docentes estão preterindo o ingresso na vida acadêmica ou saindo da Unicamp para assumir cargos em outras instituições, e acha que precisam criar mecanismos para fixá-los. E nesse ponto considera que valorização salarial é algo chave, além de investimentos para que o docente se sinta valorizado do ponto de vista financeiro também, além de todo o suporte e infraestrutura. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece aos conselheiros pelas perguntas, que dão possibilidade para esclarecerem alguns pontos que ao longo da apresentação não foi possível mencionar. Começando pela última, do professor Marcelo Mori, sobre a questão da bonificação como uma política previdenciária, confessa que tem dificuldade de entender o argumento, depois talvez ele possa lhe explicar melhor. Mas entende essa diferença entre quem entrou no regime depois de 2003, e não é à toa que esta gestão fez um investimento muito importante no Programa de Incentivo aos Novos Docentes, que está oferecendo recursos da ordem de R\$75 mil para projetos individuais, para que os docentes possam desenvolvê-los. Acredita que um projeto que é avaliado por uma comissão, um projeto que pode ser destinado ao ensino, à pesquisa, à extensão, tem muito mais mérito, tem muito mais justificativa à sociedade, porque estão usando recurso público, do que uma bonificação. Portanto, estão, sim, muito preocupados em manter, em fixar os docentes aqui dentro. O Pind foi pensado exatamente nessas condições, que certamente foram agravadas não só pela mudança na legislação, mas pela própria pandemia, pela crise econômica que o país viveu durante oito anos, e pela própria estratégia das agências de fomento. Tentaram suprir um pouco dessas deficiências das agências com recursos da Universidade, recursos orçamentários, para exatamente incentivar e tentar fixar os docentes e atrair, inclusive, docentes nos novos concursos. Então acredita que não foi apenas a questão associada à progressão. Fizeram uma política de progressão bastante agressiva, diferente do que fizeram a Unesp e a USP; para terem ideia, 80% dos pesquisadores progrediram, fecharam agora uma progressão que totaliza quatro mil servidores Paepe, de um total de 6.500, e vão fazer uma terceira rodada. Já progrediram 908 docentes MS, contando livre-docência, titularidade e progressões intermediárias, e nas carreiras especiais passou de 80% a progressão. É uma política agressiva, isso está nos números, está naqueles indicadores de folha de pagamento a que o senhor Thiago fez referência. Do ponto de vista Paepe, para um servidor do nível médio que tenha feito o primeiro salto, do 1A para 1C, a variação salarial é da ordem de R\$456 reais para quem fez a última progressão agora. Se pegar R\$456 reais, que é definitivo, está incorporado ao salário, vai se aposentar com isso, no caso dos estatutários, multiplicados por 13 meses, em cinco anos isso daria um valor de R\$30 mil, em dez anos R\$60 mil, em vinte anos R\$118 mil, mas não é assim que trabalham em finanças, precisam capitalizar esse valor.

1 Se capitalizar em 0,5% ao mês, em um ano esse servidor ganhou R\$6 mil, em cinco anos R\$34
2 mil, em dez anos R\$81 mil, em vinte anos R\$330 mil, sendo nível médio, por conta dessa
3 progressão. Se considerarem um de nível superior, que ganhou progressão horizontal – e todos
4 sabem que houve um equilíbrio nessa última progressão entre horizontal e vertical, cujo valor
5 é bem maior –, o *ticket* de R\$860 representaria em cinco anos, já capitalizados, R\$65 mil, em
6 dez anos R\$150 mil, em vinte anos R\$40 mil. Para docentes, pegando a média desses 908 MS
7 que progrediram, na passagem de MS-5.1 para 5.2, 3.1 para 3.2, com um acréscimo médio de
8 R\$1.400, isso capitalizado a 0,5% dá em um ano R\$18 mil, em cinco anos R\$107 mil, em dez
9 anos R\$250 mil, em vinte anos R\$500 mil. Respondendo à professora Silvia Gatti, diz que
10 receberam o pedido da ADunicamp, que era da ordem da bonificação de R\$35 milhões, que por
11 docente dava alguma coisa em torno de R\$20 mil a R\$30 mil. Os números que apresentou são
12 muito superiores a isso. É verdade que não atinge a todos, mas isso também tem uma outra
13 política que torna muito mais fácil honrar o seu compromisso de fazer uma gestão com
14 responsabilidade fiscal e social, porque é uma política que envolve mérito. Um processo de
15 progressão é dado em cima dos esforços que são feitos dentro da carreira, com todas as
16 dificuldades que o conselheiro Adilton conhece muito bem, estão tentando aprimorar e
17 modificar. Mas é totalmente diferente de dizer à sociedade que recebem já o salário e terão
18 também direito a uma bonificação. A Universidade não é uma empresa privada que tem lucro,
19 não estão distribuindo lucro. Aliás, até onde sabe, a ADusp e o Sintusp foram contra a
20 bonificação, então acha interessante que a ADunicamp e o STU sejam favoráveis, mas tudo
21 bem, as categorias podem divergir e devem divergir, não vê problema nenhum em relação a
22 isso. Somando a bonificação solicitada pela Adunicamp e pelo STU, daria algo da ordem de
23 R\$100 milhões. Quem vai decidir isso não será a PRDU, não será a gestão, pois este é um
24 conselho soberano. Tem apresentado em todas as reuniões o seu posicionamento sobre isso,
25 possui uma preocupação muito grande com o comportamento da arrecadação do primeiro
26 semestre e foram, através da primeira e segunda revisão, colocando esses números para a
27 sociedade. Posicionou-se o tempo inteiro favorável à manutenção da política de valorização
28 profissional através de reajuste e de progressão, e que não havia espaço para uma política que
29 pode ser justa de bonificação, como é justa a demanda que também tem sido apresentada por
30 alguns servidores de um plano de saúde, como a USP colocou. Solicita que os conselheiros
31 olhem para o orçamento da Universidade e digam onde cabem essas demandas, e vão votar.
32 Um plano de saúde hoje, mais ou menos como já apresentado aqui, até bem mais simples do
33 que o da USP, representaria uma despesa de mais R\$100 milhões permanentes no orçamento.
34 Então vão olhar para aquele orçamento, um orçamento que está sinalizando, nos níveis atuais
35 previstos de arrecadação, para um déficit de R\$250 milhões, e dizer onde cabem mais R\$100
36 milhões permanentes para plano de saúde, mais R\$100 milhões de bonificação. É o Consu que
37 decide isso, o papel da PRDU é trazer o quadro financeiro, as previsões de arrecadação e de
38 despesa para que as conselheiras e os conselheiros tomem essas decisões de forma muito
39 tranquila. Então, diz à professora Silvia que não se trata de falta de diálogo, pode sentar
40 tranquilamente para conversar, tem se expressado em todas as sessões sobre isso, sobre os

valores, mostrando a evolução. A sua posição é muito clara sobre a bonificação, nunca teve outro posicionamento, defende outra forma de valorização. E concorda com o professor Marcelo Mori que devem se preocupar muito com a questão da fixação, e a melhor forma de fixar é realmente prover recursos para as pessoas desenvolverem a sua carreira, mas recursos que vão para a carreira, para um projeto de pesquisa, para um projeto de desenvolvimento do ensino, para um projeto de desenvolvimento de extensão, porque isso fica fácil justificar para a sociedade lá fora. Respondendo ao professor Rodolfo, em relação ao contingenciamento, essa é uma questão que estão aventando mesmo, a depender da posição da Secretaria da Fazenda, a partir do momento em que ela sinalize qual é o número com que ela está trabalhando realmente para 2023. Entretanto, devem separar a questão da estrutura orçamentária da estrutura financeira. O estado sinalizou que teria a previsão de R\$150 bilhões e disse que a Unicamp, portanto, deveria pensar em como utilizar R\$3,3 bilhões no seu orçamento, é isso que fazem. Ao longo do período, há mudanças nessa previsão e a Universidade tem de ir se adequando a isso, é isso que estão fazendo aqui e ainda bem que a Unicamp tem esse instrumento muito útil que são as suas revisões orçamentárias. Quando fizeram em dezembro, dentro do Conselho Universitário, essa distribuição, tinham uma previsão, e discutiram bastante, sobretudo com os diretores, mas também com a bancada Paepe, a questão das contratações. Tinha a intenção de fazer contratações bastante substantivas já a partir de março, colocaram no orçamento a previsão de contratar 120 professores, também para fazer uma nova rodada de contratação no nível médio, que já está com todo o processo pronto e deve se iniciar, em final de setembro, também o concurso para nível superior. No entanto, como já estão em setembro, o que vão conseguir contratar de funcionários e docentes não vai ser o que imaginavam, mas os recursos já foram previstos. Tranquilizando o professor Rodolfo, diz que são obrigados a colocar isso no orçamento, mas certamente chegarão no final do ano com um déficit menor que o previsto, porque não terão toda essa despesa em relação à folha. Preferia que estivessem contratando mais docentes, mais servidores, obviamente. Isso vai ter de se adequar também. Portanto, vão ter de olhar para o comportamento da receita até o final do ano, isso vai vir na terceira revisão, que fazem no ano que vem, mas também já na previsão para o orçamento do próximo ano. Então, em relação ao que foi previsto no início do ano, a despesa deve ser um pouco menor. Em relação ao PPI, que considera uma das ações mais importantes tomadas dentro da COP, separaram uma parte importante das reservas, e isso foi um debate dentro da comunidade, pois nem todos concordavam, especificamente para o investimento. Havia um represamento muito grande de investimentos na Universidade, uma deterioração visível de sua estrutura, portanto precisavam voltar a investir em prédios, reformar, precisavam voltar a investir em tecnologia da informação, e também em novas salas e prédios como é o caso da FOP e da FCA. Esses investimentos não eram possíveis de serem contemplados dentro do orçamento, e em situações em que o orçamento estivesse com uma sinalização negativa teriam de interromper esses investimentos e contingenciar. Por isso decidiram pegar parte daquela reserva e criar três motivos a que fez aqui referência antes, sendo o primeiro uma precaução para situações exatamente de queda de arrecadação, para a qual separaram o equivalente a três folhas salariais,

1 são R\$720 milhões que estão exatamente para lidar com isso. Então, supondo que esse déficit
2 chegue a R\$150 milhões, possuem hoje sobrevivência para cerca de cinco anos. Imaginam que
3 não vão ser R\$150 milhões de déficit daqui para frente, pois em algum momento terão,
4 evidentemente, uma melhoria de receita, senão também poderão contingenciar as despesas para
5 2024 e 2025. Então desse ponto de vista não vê problema. Para investimentos já destinaram
6 quase R\$400 milhões, incluindo prédio da FCA, da FOP, investimentos em tecnologia de
7 informação, recursos que ainda não foram gastos, evidentemente, mas que já estão
8 programados, inclusive alguns em processo de licitação. E sobram, ainda, recursos da ordem
9 de R\$350 milhões para pensar em investimentos, que não vão ter a mesma intensidade do que
10 os que tiveram pelo fato de haver esse represamento. Portanto, existem, até do ponto de vista
11 de investimentos, recursos para pensar a Universidade nos próximos cinco anos sem
12 interrompê-los. O PPI foi uma decisão coletiva da comunidade de manter parte importante da
13 reserva para situações como esta que estão vivendo, e uma parte dos recursos para destinar a
14 investimentos, para que eles não tenham de ser interrompidos, como ocorreu com as trinta obras
15 que estavam inacabadas na Universidade. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz
16 que realmente tem muita dúvida, até externou isso na reunião que a ADunicamp chamou a
17 respeito desse tema, sobre como podem dar conta de uma situação muito difícil que não foi
18 colocada por desejo da Universidade, mas foi imposta por alterações na legislação
19 previdenciária que aconteceram nos últimos vinte anos. Outro dia conversou com uma colega
20 professora já aposentada da Universidade, que questionou a respeito dos tais bônus, ou seja lá
21 o nome que for. Ela estava indignada porque isso não chegaria aos aposentados e aposentadas,
22 e ele observou que as pessoas que ingressaram na Universidade a partir de 2013 só terão, a não
23 ser que invistam em previdência privada, como sua previdência o teto do INSS. Ela respondeu
24 que nunca havia pensado nisso. Então há um descompasso, um problema real que está colocado,
25 e por isso as preocupações com relação a como trazem pessoas para a Universidade, mas acha
26 que precisam dar uma vazão mínima para essa questão que está colocada para eles aqui.
27 Corroborar o apelo feito pela professora Silvia Gatti, pois a ADunicamp e o STU, ao colocarem
28 uma proposta, esperam uma resposta oficial. Então acha que isso é muito importante para que
29 possam preservar as instituições dentro da Universidade, e preservar a capacidade e o nível de
30 diálogo. Esse assunto recorrentemente é colocado na CAD, no Consu, na COP, e não
31 necessariamente precisariam estar nessas instâncias se houvesse uma resposta oficial da
32 Administração com relação aos pleitos que foram colocados. Então acha que esse é um aspecto
33 fundamental, e o segundo aspecto é a necessidade de tratar da questão previdenciária na
34 Universidade, tratar desses *gaps* que existem com relação à comunidade. Propõe que se faça
35 um grande seminário em que a Administração possa trazer os seus elementos, assim como a
36 ADunicamp, o STU, a SPPrev, o governo estadual, o governo federal. Acha que devem discutir
37 esse tema, que não é um tema qualquer, então sugere que possam tentar discutir com mais
38 profundidade, pensar alternativas. Hoje ou caem na SPPrev ou caem na previdência privada, ou
39 então guardam recursos por conta própria. Esse é um problema sério, que afeta a comunidade,
40 portanto precisam dar andamento a essa questão, discutir melhor, ver se conseguem construir

1 algo que possa ser mais consequente, possa ter alguma solução mais duradoura. O Conselheiro
2 FERNANDO SARTI concorda com o professor Wagner, mas a questão é um pouco mais
3 complexa. Não devem olhar só para a questão previdenciária, mas também para a questão
4 atuarial, e há um GT que tem feito essa discussão dentro da Universidade, composto por colegas
5 como o professor André, a professora Milena, o professor Ricardo e o senhor Thiago. Inclusive
6 estão contratando um estudo para fazer esse cálculo atuarial, que é uma outra questão que vão
7 ter de colocar também na Universidade, porque senão não sabe onde vão parar. Lembra que
8 parte das pessoas ainda tem o direito à aposentadoria integral, elas não vão para a SPPrev, e
9 que quando se aposentam permanecem na folha, e ao mesmo tempo a Universidade está
10 repondo. No caso dos docentes, para quem é pré-2003, isso se coloca, são os que estão se
11 aposentando, não são os mais recentes. Do corpo de funcionários Paepe, metade é celetista e
12 metade é estatutária, e os estatutários que estão se aposentando permanecem na folha, o que vai
13 gerando comprometimento. Hoje o gasto na folha já é 40% com os aposentados, e pergunta até
14 onde vai esse número, quando isso começa a inverter. Isso terá de ser pensado, é uma política
15 de longo prazo que não é para uma gestão, não é para duas, então reforça que essa questão
16 previdenciária tem de vir junto com a atuarial. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA
17 GAVIRA agradece ao professor Sarti pelos esclarecimentos, mas sente-se na obrigação de
18 externar alguns incômodos que têm tido aqui. O professor Sarti colocou e ela sempre louva
19 essas iniciativas de apoio às atividades-fim dos docentes, esses editais têm sido bastante
20 interessantes, importantes para o trabalho dos professores, inclusive até com alguns deles
21 valorizando a questão da maternidade, como é o caso do Pind, que o professor Sarti comentou.
22 Entretanto, na sua perspectiva, como uma pessoa formada em Administração, a Unicamp carece
23 de gestão de pessoas. Há a DGRH, mas funciona mais como um departamento pessoal, não
24 possuem um local onde analisam como reter talentos, como selecionar e recrutar bons talentos.
25 Não fazem uma reflexão profunda sobre isso, e faz falta demais para a Universidade, inclusive
26 na questão do ponto eletrônico, tão comentada. Percebem que existem, hoje, práticas de gestão
27 de pessoas bem mais avançadas e modernas, gestão por objetivos, uma série de coisas, das quais
28 a Universidade está se distanciando cada vez mais, talvez pela falta de uma centralização desse
29 planejamento. Atividade-fim é importante, mas acha que isso é diferente da valorização da
30 carreira docente. Como o professor Wagner já colocou, há um problema previdenciário grave,
31 ela própria paga 100% de uma previdência para ter 60% quando se aposentar, então isso não é
32 motivador. Pode ser que no futuro, como o professor Sarti colocou, isso seja equacionado, mas
33 até agora têm visto um crescimento de gastos no âmbito da Universidade sem se refletir na
34 contratação de pessoas, na previdência, a carga de trabalho só se expande, inclusive agravada
35 pela carência de apoio técnico, de apoio de funcionários. Então não tem visto nos últimos anos,
36 e está na Unicamp há treze anos, o seu trabalho, de alguma forma, ser mais valorizado durante
37 esse período. Só veem essa expansão da carga de trabalho, com carência de apoio técnico, em
38 todos os âmbitos, no caso da FCA todos os funcionários e docentes muito sobrecarregados, e
39 não enxergam uma luz no fim do túnel. Talvez essa gestão de pessoas ajude, entende que o
40 apoio às atividades-fim é importante, mas a valorização da carreira docente e às outras carreiras

1 está ficando para trás. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA concorda com o que a
 2 professora Muriel falou, mas é uma perspectiva de alguém que está aqui há menos tempo do
 3 que ela, que vai completar trinta anos de docência mês que vem. E o que pode dizer, como
 4 alguém que sempre tentou acompanhar o que acontecia em carreira e tudo o mais, é que há uma
 5 mudança de paradigma, e defende o trabalho da DGRH. Ela deixou de ser um departamento de
 6 pessoal há muito tempo, no IFGW trouxeram um projeto piloto que faz toda essa análise de
 7 gestão de pessoas e processos dentro da unidade. Há um desconhecimento, porque ao mesmo
 8 tempo em que esses projetos estão sendo feitos, eles também têm de girar a roda, tem um
 9 operacional gigantesco, existe, obviamente, um cobertor curto porque faltam funcionários,
 10 então faz uma espécie de um desagravo aqui. Esse tipo de reflexão faltou há muito tempo atrás,
 11 hoje ainda é incipiente, porque há um volume operacional que não está sendo coberto da forma
 12 como deveria, mas discorda totalmente da avaliação de que a DGRH é um departamento
 13 pessoal. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA pede desculpas e diz que não foi
 14 isso o que quis dizer. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que como
 15 docente aqui há vinte anos, presenciou o período muito grande de contingenciamento de
 16 recursos pelo qual passaram, que teve impacto sobre os salários, e começaram esse processo de
 17 descontingenciamento recentemente. Acha que devem levar isso em consideração, houve uma
 18 série de medidas de muita contenção em relação à carreira docente, às carreiras em geral e à
 19 própria Administração da Universidade. Acha que entre os docentes precisa haver mais
 20 discussão sobre o problema previdenciário. A questão da bonificação não foi consensual entre
 21 os docentes, e em uma das reuniões em que ouviu isso se manifestou contrariamente, porque
 22 acha que de fato não devem pedir bonificação. Essa é a sua posição, mas tem certeza de que é
 23 a posição de um conjunto de docentes, e possuem visões conflitantes aqui dentro em relação a
 24 isso. Nesse sentido, precisam pensar que estão no serviço público, e que a carreira docente no
 25 serviço público é uma carreira de valorização em relação a muitas outras carreiras docentes fora
 26 daqui. Se pensarem na relação com as universidades federais, estão mais ou menos parecidos,
 27 mas em relação às universidades privadas não podem nem pensar em comparação. Perdem um
 28 pouco a noção do contexto mais geral quando ficam falando essas coisas aqui de desvalorização
 29 da carreira, de não se sentir valorizado etc. Acha que precisam conversar mais internamente
 30 entre os docentes para pensarem em que tipo de noção de docentes no serviço público desejam
 31 propagar para as pessoas. Devem sim pensar sempre na sua valorização, mas a valorização no
 32 serviço público não se dá da mesma maneira que fora daqui. Acha difícil que no serviço público
 33 tenham uma valorização tão forte como tiveram nos últimos anos aqui dentro da Unicamp. Isso
 34 é preciso reconhecer, porque senão ficam em um *looping* de reclamação que não é bom nem
 35 para eles, nem para quem os vê fora daqui. As condições de trabalho têm melhorado um pouco,
 36 os docentes trabalham muito mais do que a sua carga horária de dedicação exclusiva, mas tem
 37 a impressão de que isso tem a ver muito com a sua ideologia em relação a essa questão. Por
 38 exemplo, para elaborar um parecer para a Fapesp levam bastante tempo, e não são remunerados
 39 para isso, mas é para a Fapesp. Precisam pensar que talvez as suas relações e o seu acúmulo no
 40 trabalho tenham muito menos a ver com as atividades-fim que desenvolvem aqui e mais a ver

1 com muitas coisas que precisam fazer para valorizar essa carreira. Por exemplo, a quantidade
2 de índices e fatores de produtividade que colocam para si, porque são eles mesmos que colocam,
3 inclusive é muito interessante porque a carreira docente é a única em que eles próprios fazem
4 os seus índices de produtividade. Então é muito importante que comecem a pensar sobre isso e
5 na relação com a instituição. As condições de trabalho na Unicamp são boas, se compararem
6 com outras universidades, mesmo a USP e a Unesp, para a qual as pessoas precisam se deslocar,
7 então precisam ter um pouco de consciência e discutir. Considera importantíssimo organizar
8 seminário para discutir o problema previdenciário, pois precisam achar uma saída, e possuem
9 condições de achar uma saída política para isso. Mas precisam discutir mais um pouco o que
10 pensam que é o trabalho docente no serviço público. O Conselheiro DANIEL MARTINS DE
11 SOUZA diz que vai comentar um pouco sobre o esclarecimento que o professor Sarti pediu
12 pela não compreensão desse pleito do bônus. E é claro que vai colocar uma visão restrita aos
13 docentes, que é quem representa aqui. Acha que o bônus pode ser colocado como parte desse
14 investimento citado pelo professor Sarti de se investir na carreira. Para atrair bons profissionais,
15 precisam oferecer boas condições de trabalho, adequadas, assim como tem sido feito com esses
16 diferentes editais citados, mas também valorização pessoal. Tudo isso vai no bojo da questão
17 previdenciária, e vai citar um exemplo que acha que é o que muitos dos seus colegas passam
18 aqui, próximos da metade dos docentes que estão na Universidade hoje na ativa. Docentes como
19 ele, que ingressaram há dez anos, iniciam a vida profissional tardiamente. Hoje em dia, para se
20 conseguir êxito em um concurso público aqui, estão falando de profissionais que entram depois
21 dos 30, 35 anos de idade. Ou seja, começa-se uma construção de vida após os 35 anos de idade,
22 e muitos docentes que representa estão na seguinte fase: filhos pequenos, escola para pagar,
23 vários financiamentos e a perspectiva de uma aposentadoria pelo INSS. No seu caso, com 75
24 anos de idade, vai atingir 92% do teto do INSS, e acha que isso é bastante verdade para muitos
25 docentes. Particularmente pegaria esse bônus e colocaria na sua previdência privada, pois não
26 tem como guardar pelo seu salário, por conta de todos esses gastos que mencionou da
27 construção de vida. Como o professor Wagner bem colocou, quando conversam com os
28 aposentados ou quem está na ativa e que vai ter aposentadoria integral, é fácil perceber que
29 existe uma grande diferença nesse sentido. Então o bônus ajudaria a construir um futuro
30 minimamente digno para quem está trabalhando e construindo a sua carreira, acha que essa
31 seria a resposta. Como bem o professor Wagner e outros colegas colocaram, precisam falar
32 sobre a questão previdenciária na Universidade. Sempre pautam e dizem que vão discutir, mas
33 alguém lembra que é uma questão complicada e ela vai sendo adiada. Precisam propor um
34 fórum, um GT, alguma coisa que comece a discutir, de fato, esse ponto. Como o professor Sarti
35 mencionou, para que seja votada por este Conselho, ela tem de chegar aqui, e talvez essa tenha
36 sido a dificuldade que a professora Silvia relatou da não resposta, pois para que apreciem ela
37 tem de chegar aqui, e para isso tem de haver um diálogo prévio entre os sindicatos e a
38 Administração. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a
39 consulta enviada pela ADunicamp ao Gabinete foi encaminhada à Procuradoria Geral no dia 7
40 de agosto. Realmente se atrasaram porque tiveram de analisar todos os convênios da nova

1 celebração dos convênios com a Funcamp, o que deu um trabalho enorme e acabou os
2 atrasando, mas isso vai ser agora priorizado, e tão logo seja feita a análise, vão devolver para o
3 Gabinete. O MAGNÍFICO REITOR diz que, como a professora Anna Bentes falou, a
4 Universidade passou por um processo grande de contenção, e se lembra bem disso porque
5 pegou esse processo como diretor da FEA e depois como membro do Conselho Universitário.
6 Tiveram uma discussão séria aqui sobre o corte das GRs em 30%, e na ocasião fez uma fala
7 observando que esse corte representava 1% da folha salarial da Unicamp. Se acumulassem isso
8 durante um grande tempo, não daria mais do que algumas dezenas de milhões. O piso das
9 reservas na gestão anterior era de R\$400 milhões, e como se projetava que em dez anos seria o
10 desastre, adiantaram o problema. Sua sugestão, na época, era bastante simples, fazer um acordo
11 do Conselho Universitário, uma coisa madura: se era 1% da folha salarial, quando o
12 comprometimento chegasse a 99% e não pudessem pagar, discutiriam de onde tirariam esse
13 dinheiro. Se não tinham reserva a mais e não podiam cumprir a folha, algum corte teria de ser
14 feito. No entanto, essa ideia não proliferou. Houve um outro momento em que decidiram
15 desconectar a livre-docência da progressão, portanto nesses dois momentos não foi que se
16 desvalorizou, mas se tirou dinheiro do bolso das pessoas. E isso esta gestão não fará, mas é
17 necessário ter racionalidade nessa discussão, pois não existe um cobertor que cubra tudo. Não
18 é possível os representantes docentes estarem aqui só para representarem os docentes, eles têm
19 de pensar na Universidade, pensar no que fazem, por exemplo, com permanência estudantil, já
20 que estão em um processo acelerado de inclusão de pessoas com baixa renda, vulneráveis.
21 Pergunta o que farão também com a manutenção, com o teatro do IA que está parado, com o
22 Paviartes, inclusive hoje saiu uma carta do DCE que abordava isso. Não podem só jogar o peso
23 disso tudo para a Reitoria, a responsabilidade é de todos e devem decidir essas coisas olhando
24 o conjunto, caso contrário, não conseguem manter a comunidade unida, e é fato que existe uma
25 diferença de opinião. Não foi fácil, à luz do que aconteceu inclusive com os bônus prévios na
26 USP, conseguir 2,5% a mais em relação ao reajuste salarial. Não acha que é uma política
27 completa e perfeita, mas se vê algum horizonte à frente, ele é baseado em cautela e permite
28 recompor o salário acima da inflação. Essa seria sua aposta hoje, que não resolve o problema
29 de 2003 e a da diferença de aposentadoria, mas a considera uma aposta melhor, como acha a
30 aposta da progressão melhor. Isso, de fato, é dar às pessoas a chance de progredir rapidamente,
31 para isso elas precisam ter desempenho. E isso fica marcado no salário das pessoas, está lá
32 incorporado. No entanto, não tem nenhum problema, como disse o professor Fernando, que
33 votem isso aqui, mas como disse em vários momentos, acha que não podem responsabilizar
34 pessoas que discordam por aquilo que aprovam aqui. Uma vez aprovado, é importante que as
35 pessoas assumam a responsabilidade pelo impacto que isso tem no futuro da Universidade, não
36 tem como não ser assim. Não dá para ser culpado quando defende uma coisa e ser culpado
37 quando ganha a coisa contrária, essa responsabilidade tem de ser de cada um. Não é possível
38 dizer que vão tirar de investimento e depois os alunos reclamam que não tem Paviartes e depois
39 dizer que não há o que fazer, porque querem o bônus. Existe um limite no tamanho do cobertor,
40 podem mexer um pouco para cá, um pouco para lá, não tem problema com isso, mas essa

responsabilidade tem de ser de cada um que vota neste Conselho Universitário. Em nenhum momento vai deixar de lembrar isso, porque a comunidade que está aí fora vai cobrar, como cobra agora o bônus, vai cobrar se não tiver dinheiro para cumprir o salário em algum momento. Então precisam tomar essas decisões com completa clareza, e acha que é bem diferente falar que não é a valorização que todos desejam do que falar que as pessoas são desvalorizadas. Em nenhum momento concederam reajuste abaixo da inflação, ao contrário, deram acima; além disso, começou a ser pago o vale-refeição e colocaram recursos como nunca na promoção. Foram 900 docentes promovidos, mais da metade do quadro atual de docentes, estão com dois terços dos funcionários que progrediram e cumprirão a promessa de campanha: ano que vem vai ter progressão e recursos para permitir que o outro um terço, se tiver mérito, progrida. São compromissos que envolvem o bolso das pessoas. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA pergunta qual foi o rendimento da aplicação dos últimos 12 meses, se foi 13,61% do CDI. O Conselheiro FERNANDO SARTI responde que sim, por volta de 13,5%. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que então daria R\$200 milhões o resultado da aplicação financeira em 12 meses. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que isso se ficasse os 12 meses o valor integral, porque vão acumulando aos poucos. É preciso ter cuidado ao fazer essa conta. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que então o custo da demanda com bonificação seria 50% da aplicação financeira de 12 meses. O Conselheiro FERNANDO SARTI observa que o senhor José Luis confunde estoque com fluxo. Acabaram de informar como está destinado esse R\$1,5 bilhão, que tem uma parte que ainda não foi gasta, mas que já está comprometida com investimentos. Existe uma tendência de redução da taxa de juros, podem projetar e ver qual será o ganho financeiro, mas lembra que esse déficit projetado de R\$270 milhões inclui toda a receita financeira. Portanto, é preciso ter cuidado ao fazer propostas. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que na sua opinião se trata de equilíbrio financeiro, não há déficit ainda. Quando fecham o ano, apuram se houve déficit ou não. Discorda da projeção de déficit, podem apurar no fim do ano e ver quem tem razão. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que deixou muito claro que trabalhou o tempo inteiro com expectativa. Ressalta que o déficit projetado de R\$270 milhões inclui receita do tesouro e também as receitas próprias da Universidade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a segunda revisão do orçamento 2023, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-35389/2023 –, que trata de proposta de deliberação Consu que institui a Diretoria Executiva de Apoio e Permanência Estudantil – Deape. Passa a palavra ao professor Ivan. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que fará apenas uma pequena introdução, pois esse assunto já foi discutido em outras instâncias. Quando assumiu a PRG, encontrou uma pró-reitoria extremamente pesada, grande, tanto na sua estrutura financeira quanto de pessoal, pois mexem com mais de R\$100 milhões e há mais de cem pessoas envolvidas na estrutura. Uma das coisas que discutiu com a Reitoria foi a possibilidade de reestudar o papel da PRG, o Gabinete do Reitor criou um GT que foi presidido pelo professor Flávio Schmidt, da FEA, que estudou toda a PRG, o que ela faz, como poderia ter sido feito etc. E sugeriu, entre outras indicações, a criação de uma estrutura, uma diretoria executiva de

1 apoio e permanência estudantil, um tipo de estrutura que já existe em outras universidades
2 públicas estaduais e federais. Ela dá uma ênfase bastante importante na permanência de alunos,
3 não só da graduação, mas também da pós-graduação e dos colégios técnicos. Solicita à
4 professora Mariana, diretora do SAE, que faça uma apresentação sobre o tema, e depois
5 complementa as informações em cima das eventuais dúvidas dos conselheiros. A Professora
6 MARIANA FREITAS NERY diz que o SAE, desde sua criação, em 1976, está dentro da PRG.
7 O *slide* mostra a estrutura do SAE desde 2020, com a inclusão do Sappe, que é o Serviço de
8 Assistência Psicológica e Psiquiátrica ao Estudante e a moradia estudantil, que antes fazia parte
9 diretamente na PRG e que desde 2020 está dentro do SAE. Hoje o SAE se configura como o
10 maior e mais complexo órgão dentro da PRG por conta dos programas e das atividades que o
11 integram. A Unicamp tem demonstrado um compromisso muito sólido com o processo de
12 inclusão, em 2005 implementou o Paaís; em 2010 o ProFIS, que hoje é um programa de
13 absoluto sucesso, ela própria é docente do programa; em 2019 implementa as cotas, o vestibular
14 indígena, a entrada com o Enem e, como resultado disso tudo, em 2019 a Unicamp alcançou
15 um percentual de 60% de integrantes que vêm dessas políticas de acesso, sendo quase 50%
16 egressos de escolas públicas. Isso fez com que o perfil dos estudantes mudasse bastante, os
17 docentes conseguem atestar isso em sala de aula; apresenta um gráfico que mostra desde 2013
18 o aumento de estudantes provenientes de escolas públicas de estudantes pretos, pardos e
19 indígenas e de estudantes globais com renda *per capita* até um salário mínimo e meio. E essa
20 mudança de perfil socioeconômico, inclusive de localidades de origem dos ingressantes, gerou
21 um aumento muito grande na demanda pelos serviços do SAE. Houve um crescimento de 86%
22 no número de inscrições para as bolsas de auxílio social entre 2013 e 2023. Acompanhando
23 essa mudança e a adoção dessas políticas públicas, houve um incremento muito grande no
24 orçamento dedicado à permanência. Do valor hoje de quase R\$113 milhões destinados à
25 permanência, o SAE é responsável por R\$64 milhões, sendo quase R\$53 milhões somente em
26 bolsas e auxílios. Não vai detalhar as bolsas, mas mostra um *slide* com a diversidade das bolsas
27 oferecidas pelo SAE. Mas o SAE vai muito além das bolsas, as áreas do SAE têm assumido
28 várias atividades em resposta a essas novas demandas, expandindo serviços oferecidos à
29 comunidade estudantil. O Serviço Social, por exemplo, não realiza somente avaliação
30 socioeconômica das bolsas, mas tem uma atuação que vai além dos muros da Universidade,
31 cuida dos refugiados, dos indígenas, faz um acompanhamento social de discentes de graduação
32 e de pós-graduação. A Orientação Educacional realiza oficinas, palestras, disciplinas de
33 autorregulação e de aprendizagem, o programa de mentoria, o atendimento educacional
34 especializado, o acompanhamento de estudantes PCDs, o assessoramento acadêmico à DAC e
35 a coordenadores de graduação, e também realiza pesquisa na área educacional. O Sappe faz o
36 atendimento psiquiátrico e psicológico à comunidade estudantil de graduação e pós-graduação,
37 o assessoramento a professores e coordenadores sobre assuntos relacionados à saúde mental,
38 realiza uma assessoria e implementação dos espaços de acolhimento de cada unidade, realiza
39 ações de posvenção e tem várias ações vinculadas à Cader, Caiapi e SAVs. Além disso, há a
40 moradia estudantil que, claro, realiza atendimento a moradores e agora está em pleno processo

de planejamento da sua expansão. Também o SAE realiza assessoria cultural com o programa Aluno Artista, e talvez tenham já tido a sorte de encontrar pelo *campus* diversas ações desse programa maravilhoso. O Setor de Estágios realiza a gestão dos convênios com as empresas, que são muitas, a gestão de contratos de estágio de graduação e agora pós-graduação, e gerenciamento dos contratos do Programa Bolsa Pesquisa Empresa. Informa que em breve vai ser implementado um novo sistema de estágio. E finalmente a Coordenadoria Administrativa gerencia esses quase R\$64 milhões, elabora orçamento, realiza controle das operações financeiras, mas vai além, propondo, inclusive, diversas outras bolsas, que advêm de dinheiro extraorçamentário, como a Bolsa Qualcomm e a Bolsa Santander. Tudo isso faz com que hoje tenham como público principal 70% de estudantes de graduação e aproximadamente 30% de estudantes de pós-graduação. O escopo das atividades do SAE tem uma dimensão que extrapola os limites da PRG, ele tem um diálogo muito próximo e demandas que vêm não só da PRG, onde está alocado, mas praticamente de todos os órgãos da Universidade. Este ano, como o professor Ivan já comentou, foi realizado um GT que propôs uma reestruturação da PRG e a indicação desse GT foi pela desvinculação do SAE da PRG e a criação de uma estrutura de diretoria executiva. A criação dessa diretoria executiva está muito alinhada com o Planes em vigência, que tem como objetivo estratégico 01 ampliar o acesso à diversidade da comunidade universitária e as políticas de inclusão, permanência e apoio acadêmico. Já o objetivo estratégico 03 do Planes é desenvolver uma cultura de interação com os egressos, contribuindo para o aprimoramento da Universidade. Dessa forma, a Diretoria Executiva de Apoio à Permanência Estudantil abrangeria os serviços que o SAE já realiza e novos projetos e áreas como, por exemplo, uma área dentro de serviço social para tratar exclusivamente das políticas afirmativas, um núcleo de acessibilidade e inclusão para cuidar dos estudantes PCDs, uma área de acolhimento e orientação dentro do Sappe voltada para professores e coordenadores quando eles têm de lidar com uma situação de crise de saúde mental dos estudantes. Isso já é realizado de uma forma não institucionalizada, mas criariam, realmente, um braço dedicado a isso. Um núcleo de dados para realizar variações longitudinais dessas políticas de permanência para entender os impactos de curto, médio e longo prazo. E a incorporação de áreas que já existem, como a Central Tils, a permanência dos colégios técnicos, Cotil e Cotuca, e o Alumni. Destacou também a área de carreiras, porque embora ela já exista através de iniciativas mais pontuais que promovem a empregabilidade, e exista a estrutura do SAE nos estágios que já faz o acompanhamento de algumas situações, não possuem uma estrutura centralizada intencionalmente, como o escritório de carreiras que estão propondo. Esse escritório de carreiras é uma área estratégica que inclusive influencia bastante na avaliação dos *rankings* da Universidade. Oferece dados também disponíveis para a Instituição ter informação sobre a empregabilidade, os desfechos que podem ser informados para esses *rankings*. Promove aproximação com o mundo do trabalho, uma conexão mais próxima com as oportunidades laborais e fornece também apoio para tomadas de decisão na carreira dos estudantes. Como o professor Ivan comentou, a título de comparação, outras universidades possuem sua área de permanência estudantil em uma pró-reitoria. As universidades federais possuem pró-reitorias

de assuntos comunitários estudantis, e cita o exemplo da Unifesp e da UFSCar, e a USP possui a Prip, que é a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, que seria o equivalente, hoje, ao SAE mais Diretoria Executiva de Direitos Humanos. Para finalizar, ressalta que os motivos para a criação da Deape são: alinhar a política de permanência à política de inclusão; permitir uma reorganização da estrutura de permanência estudantil e uma adequação dessa organização com todas as demandas que possuem hoje; fomentar novas perspectivas para a questão das carreiras; a possibilidade de organizar uma política centralizada de relação com os egressos; e também implementar essa avaliação longitudinal da política de permanência. Coloca-se à disposição para responder a eventuais questionamentos. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO reforça a proposta, que chega inclusive com muito atraso, porque o volume da demanda dos alunos de pós-graduação vem crescendo a cada momento, é muito grande já há vários anos. A última década foi a que mais teve incremento de necessidade de apoio do SAE, seja no campo das bolsas, seja no campo da moradia, seja no terreno agora da empregabilidade, que considera uma excelente ideia. A Unicamp não tem isso de maneira mais formalizada, mais organizada, o acompanhamento dos egressos é outro ponto que a Unicamp também deixa muito como lacuna. Então vê que essa proposta do SAE, além de organizar a Instituição, organiza o trabalho com os alunos deixando de ser vinculada só à PRG, o que na verdade nunca foi empecilho para que os alunos da pós-graduação pudessem ser atendidos, mas a Instituição não é assim, ela tem de se organizar corretamente. Então vê isso com bons olhos, não apenas em termos de estrutura administrativa, mas até para o apoio promissor que isso pode dar em outros campos para os alunos da pós-graduação, assim como na graduação, no campo do apoio de saúde mental, de apoio à sua permanência, e de empregabilidade e acompanhamento dos egressos. Por tudo isso, reforça o apoio da PRPG a essa transformação na estrutura da Universidade. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA agradece, em nome do Cotil e com certeza do Cotuca, a inclusão dos colégios técnicos nessa estrutura. Os colégios possuem demandas e muitas questões específicas. Parabeniza a professora Mariana por esse trabalho e se coloca à disposição, lembrando que o Cotil está passando por uma nova certificação onde também estão criando uma seção de apoio e permanência estudantil, que é um tema muito importante para os colégios. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO parabeniza os professores Ivan e Mariana pelo trabalho, pela excelente apresentação, muito clara. Fica muito contente de ver que caminham para o tratamento de uma questão fundamental na Universidade de uma forma profissional, arrumando tudo isso e deixando o tratamento do estudante como uma coisa fundamental na estrutura da Universidade. Sempre foi, mas obviamente que agora, frente a essa diretoria executiva, o assunto fica bem amarrado e dessa forma também com a devida importância que ele tem dentro do contexto. Acha também que isso contribui para melhorar, de forma considerável, a sensação de pertencimento dos alunos. A partir do momento que agregam a essa diretoria executiva também toda a parte de egressos, haverá um trabalho feito desde o momento em que o aluno entra na Universidade, e com isso fortalecem muito as relações dos ex-alunos com a Universidade. Portanto, todos têm a ganhar. Então parabeniza e oferece o apoio da ProEC no que for necessário. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE

1 BAGGIO AGUIAR parabeniza a ação da Reitoria na criação dessa diretoria, que é algo
 2 extremamente importante. Tem uma dúvida em relação ao SAE externo, que hoje funciona em
 3 Limeira e vai uma assistente social uma vez por semana, quando dá, para Piracicaba, o que tem
 4 tirado essa sensação de pertencimento que o professor Coelho mencionou para os alunos de
 5 Piracicaba. Morar em Piracicaba nos bairros próximos à FOP é mais caro do que morar em
 6 Barão Geraldo, além dos outros custos que envolvem o próprio curso de Odontologia, e não
 7 possuem esse suporte todo que o SAE promove hoje nos *campi* de Campinas e de Limeira.
 8 Pergunta se com a Deape será possível ter uma assistente social em Piracicaba
 9 permanentemente. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA parabeniza o trabalho
 10 realizado pela equipe do SAE, da PRG e demais envolvidos em todo apoio ao estudante,
 11 permanência, apoio psicológico, que são excepcionais na Universidade. Isso é fundamental para
 12 que tenham esses estudantes bem engajados e bem psicologicamente, fisicamente e tudo o mais,
 13 então primeiramente apoia a iniciativa. Sua fala vai na linha da do professor Flavio, de reforçar
 14 e solicitar o apoio aos *campi* de Limeira e Piracicaba com um olhar especial. Esses estudantes
 15 têm perfis diferentes e às vezes demandas e necessidades diferentes das do *campus* aqui de
 16 Campinas. Pergunta à professora Mariana se há algum programa específico para Limeira e
 17 Piracicaba dentro dessa iniciativa. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS
 18 parabeniza a PRG e a Reitoria pela criação dessa diretoria executiva. A continuidade da política
 19 de inclusão que a Universidade tem colocado, principalmente agora com o serviço de extensão
 20 aos PCDs, tem gerado demanda para o processo de adaptação curricular na Universidade, algo
 21 cada vez mais frequente e que tem grande impacto principalmente em quem leciona disciplinas
 22 de graduação. O Imecc, tirando talvez Limeira, é um dos locais com mais turmas direcionadas
 23 a estudantes de graduação, e isso tem grande impacto no desenvolvimento de suas atividades.
 24 Por exemplo, alunos que têm direito a mais algum tempo para fazer prova, e é difícil na
 25 Universidade, em termos logísticos, alocar provas de modo que possam ficar mais uma hora
 26 ali. Então o SAE tem ajudado bastante nisso, pelo menos agora já conseguem ser informados
 27 sobre essa situação, porque até algum tempo atrás nem eram informados, o docente era
 28 surpreendido com a situação na hora da prova. Acha que criar uma diretoria executiva facilita
 29 um pouco esse trabalho, e viu que a proposta já vem junto com a proposta de contratações de
 30 profissionais, o que é muito importante também, pois apesar de o serviço prestado pelo SAE e
 31 Sappe ser de muita qualidade, há poucas vagas. Os estudantes sempre reclamam que conseguem
 32 atendimento emergencial, mas um atendimento periódico é bastante demorado para ser obtido,
 33 então espera que as contratações tenham sucesso. Pergunta se possuem alguma ideia de como
 34 vai ser o apoio dessa diretoria executiva aos espaços de acolhimento, porque no Imecc, por
 35 exemplo, optaram por criar um espaço de acolhimento que atende aos funcionários, docentes e
 36 alunos, e o serviço hoje é prestado por uma voluntária. Então pergunta se vai haver alguma
 37 coordenação desse trabalho vinculada à diretoria executiva, e se poderia ter, talvez, algum
 38 atendimento. Não sabe se há demanda para todas as unidades terem espaço de acolhimento,
 39 mas talvez fazer um *pool* de unidades que tivesse algum núcleo na diretoria executiva fosse
 40 interessante. E a outra pergunta é sobre a certificação, se quando aprovam a criação da diretoria

1 executiva ela já é criada certificada ou passa pelo processo de certificação. O Conselheiro
2 FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES elogia a iniciativa, acha excelente a proposta,
3 inovadora, fantástica. Na apresentação foi mencionada a permanência estudantil nos colégios
4 técnicos, que realmente é muito importante, mas pergunta se as outras iniciativas da nova
5 diretoria também vão incluir os colégios, por exemplo o acompanhamento de egressos, que no
6 Cotuca é uma dificuldade que existe. E também na questão da seleção e concessão de bolsas,
7 de ter pessoas que possam fazer isso, porque o Cotuca não tem assistente social. Então gostaria
8 de saber se essas atividades também vão incluir os alunos dos colégios técnicos. No mais,
9 destaca que é importantíssimo ter essa visão de todos os estudantes da Universidade, desde o
10 pré-universitário até a pós-graduação. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA
11 SILVA parabeniza a Pró-Reitoria de Graduação pela iniciativa, e acha que o simples fato de
12 atender a 30% de alunos de pós-graduação já seria motivo para o SAE não mais estar no guarda-
13 chuva da PRG. E também se pensarem, por exemplo, que a Universidade tem uma Diretoria
14 Executiva de Relações Internacionais, direcionada ao aluno externo, devem ter uma diretoria
15 executiva, pensando em um paralelismo, que possa atender de maneira interna os alunos. Acha
16 que isso também seria uma nova justificativa para endossar essa proposta, e pensa que é
17 possível, inclusive, fazer um melhor atendimento às demandas de Limeira e Piracicaba. Outra
18 demanda, que ocorre no IEL, e talvez em outras unidades que têm cursos de licenciatura, é uma
19 certa reclamação de alguns alunos no atendimento específico em relação a estágio. Talvez algo
20 possa ser aprimorado com a nova diretoria executiva, de um cuidado com a questão dos
21 estágios. E por fim também faz coro à pergunta do professor Ricardo em relação à questão das
22 unidades que têm o atendimento aos alunos com o espaço de acolhimento. Acha que é
23 interessante agora pensar uma interlocução com os espaços de acolhimento, porque sabem que
24 na grande maioria eles são voltados para atendimento dos alunos. Então acha que seria
25 interessante ter um olhar para isso. A Conselheira JOSELY RIMOLI parabeniza a gestão pelo
26 aporte financeiro que de fato viabiliza a permanência estudantil. Nas suas vivências, nos vários
27 cursinhos que coordena, e na relação com estudantes de outras universidades, percebe que a
28 Unicamp se destaca na proposta de permanência estudantil. Isso é um fato, e em seminário
29 recente, em agosto, com várias universidades do Brasil, algo que já sabiam por falas de
30 estudantes indígenas, mas que ficou claro, é que a Unicamp é a universidade que mais valoriza
31 e viabiliza a permanência dos estudantes indígenas. Então é importante que toda a comunidade
32 saiba. Convive quase diariamente com ações do SAE, parabeniza a professora Mariana e toda
33 a equipe pelos trabalhos, pela sensibilidade, pelo acolhimento. Declara o seu voto de aprovação,
34 parabeniza a PRG por estar propondo essa nova estrutura, que vai ter impacto no orçamento e
35 no organograma da Universidade, mas que se faz necessário. Soma-se aos professores de
36 Piracicaba e de Limeira, e para que todo o processo e todas as propostas sejam realizadas no
37 cotidiano, é necessária a contratação de novos profissionais. É membro da coordenação da
38 Caiapi, e destaca que ela necessita da contratação de assistentes sociais e de um profissional da
39 área da Saúde. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO parabeniza esse trabalho todo,
40 teve a oportunidade, nos últimos anos, primeiro de ter sido diretor adjunto da DeDH, e ali pôde

1 perceber a importância do SAE, de toda a equipe que faz o acolhimento aos estudantes nessa
 2 política que é fundamental para a Universidade, que é a política de direitos humanos em várias
 3 dimensões, inclusive a professora Josely já colocou sobre a Caiapi. A apresentação da
 4 professora Mariana foi muito feliz porque ela mostra que estão em uma outra Universidade,
 5 diferente daquela de dez anos atrás. E ela precisa se preparar para receber bem esses estudantes,
 6 que são o grande tesouro que possui, para que possam cumprir o seu papel enquanto
 7 Universidade na formação de jovens profissionais, de jovens cidadãos e cidadãs, assim como
 8 as pessoas que estão na pós-graduação, e assim por diante. Então parabeniza pela proposta e
 9 pergunta à professora Mariana se ela tem dados mais concretos a respeito das contratações que
 10 já estão previstas. Acha que isso é importante para que possam realmente fazer esse
 11 acompanhamento, fazer com que o serviço chegue a todas as unidades, que é um papel
 12 importante de acompanhamento a partir da criação da diretoria. O Conselheiro MATHEUS
 13 ALVES ALBINO reforça a importância dessa iniciativa, acha que isso tem de vir acompanhado
 14 com o devido apoio institucional, o apoio financeiro. Na carta compromisso que a Associação
 15 de Pós-Graduandos enviou para as candidaturas à Reitoria em 2021, isso constava como uma
 16 demanda, a criação de uma estrutura institucional com *status* de pró-reitoria ou de diretoria,
 17 além da formulação de projetos voltados a ações afirmativas e valorização de diferentes
 18 públicos de forma articulada com os movimentos negro, indígena, quilombola, LGBTQIA+. E
 19 se hoje, como o professor Wagner disse, estão em outra universidade, isso se deve ao vestibular
 20 indígena e à adoção das cotas. Isso precisa ser dito porque, por muito tempo, vários críticos da
 21 política de cotas evocavam a autonomia universitária para não aprovar uma política
 22 institucional de ações afirmativas. Então essa barreira foi finalmente vencida, e saúda essa
 23 iniciativa, esperando que a reestruturação sirva para reforçar essas políticas na Universidade.
 24 Solicita a palavra à acadêmica Sarah. A Acadêmica SARAH MOURA MICOSKI diz que faz
 25 parte do Diretório Central de Estudantes da Unicamp e observa que é muito importante
 26 desenvolver cada vez mais políticas de permanência consolidadas na Universidade, mas ainda
 27 é muito insuficiente a forma como isso é pautado hoje. Muitas falas ressaltaram a importância
 28 de as políticas de permanência estarem abrangendo cada vez mais Piracicaba e Limeira. Mas
 29 há muitos problemas estruturais ainda gritantes em Limeira, por exemplo, recentemente um ar-
 30 condicionado pegou fogo durante a aula e uma estudante se machucou porque esbarrou em um
 31 fio desencapado que estava enrolado em um poste às plenas vistas. Acha necessário se
 32 questionarem por que a Unicamp, tendo mais de R\$1,7 bilhão em caixa, permite um fio
 33 desencapado ficar exposto tempo suficiente para uma pessoa se acidentar e se machucar
 34 gravemente, gerando um momento de muito estresse emocional e também físico no *campus* de
 35 Limeira. Como representante do DCE, seu papel é cobrar que sejam garantidas as políticas de
 36 permanência, desde a moradia estudantil, até os restaurantes universitários, até as cotas étnico-
 37 raciais, que também foram ressaltadas agora pelo conselheiro Matheus, que são essenciais para
 38 que a Universidade tenha, de fato, essa mudança de perfil. Foram conquistas do movimento
 39 estudantil, obtidas, em muitos momentos, à revelia da oficialidade. Agora estão passando por
 40 um momento parecido que precisa ser pautado aqui, mais para frente nesta reunião, com o

próprio ponto eletrônico, que estão tentando implementar. Precisam debater aqui o que significa isso do ponto de vista de um projeto de Universidade. Recentemente na USP foi decretada uma greve de estudantes, também com adesão de trabalhadores e de docentes, justamente contra um projeto de precarização da universidade, que é um projeto que lá resultou na implementação do ponto eletrônico e que teve efeitos extremamente ruins para a universidade, inclusive risco de fechamento de cursos em que não eram compatíveis as formas de trabalho com o trabalho regulado pelo ponto eletrônico. E mais para frente também há o risco de fechamento de cursos por falta de contratação de docentes. Lá há o mesmo projeto de universidade que implementou o ponto eletrônico e que está agora se recusando a contratar docentes, o que resultou nessa greve. Então considera importante relacionar as realidades das universidades, é essencial que estejam cada vez mais aprimorando na Unicamp as políticas de permanência estudantil, inclusive com a criação dessa diretoria executiva, mas não podem se iludir de que a Unicamp seja um lugar perfeito. Precisam cobrar que cada vez mais as políticas de permanência estudantil estejam inseridas em um projeto de universidade que esteja a serviço da diversificação e a serviço da permanência, de fato, e da capacidade de se graduar de todos os estudantes. E que hoje ainda tem muitas insuficiências, como é o caso das atividades de campo da Geografia, por exemplo, que não tem o orçamento, as pessoas precisam pagar do bolso para se alimentar, ou também das pessoas da área da Saúde que precisam pagar o seu próprio transporte para ir para o estágio. O Conselheiro SANDRO DIAS parabeniza a iniciativa da criação da Deape, pois precisam entender que o público da Universidade mudou, como um todo, inclusive nos colégios. No Cotil percebem no dia a dia que o seu público mudou demais, e isso é bom; querem um colégio mais diverso, mais inclusivo, mas é necessário também que tenham condições para fazer isso. Lá contam com o apoio sociopedagógico, mas precisam fazer mais. Em outubro haverá a programação do “Outubro da Inclusão”, um evento feito majoritariamente pelos próprios estudantes, pelos coletivos, com o apoio da direção. Isso é muito importante para marcar um sentimento de pertença, mas precisam também de ações e de políticas que favoreçam a permanência e diminuam a evasão nos colégios e na Universidade como um todo. Parabeniza a professora Mariana, o professor Ivan e toda a Reitoria. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA reitera os parabéns à PRG e à professora Mariana e diz que se inscreveu para compartilhar uma impressão em relação aos espaços de acolhimento que foram mencionados, que imagina que serão também incorporados nessa nova instância. A Faculdade de Educação participou dessa experiência piloto dos espaços de acolhimento, e uma das dificuldades enfrentadas foi o fato de essa função ser voluntária, como já foi mencionado aqui. Outra é de que em muitos casos as demandas de acolhimento exigem um certo preparo da pessoa que está ali na condição de ouvinte para poder não só encaminhar, mas prestar um primeiro atendimento que seja. Embora a comissão de mediação prepare as pessoas para isso, muitas vezes esse preparo não é suficiente. Registra a importância de que pensem sobre esse aspecto do preparo das pessoas que vão atuar nos espaços de acolhimento. Não sabe se vai ser viável contratar alguém especificamente para isso, o que seria ideal, mas que pensassem também na formação desse eventual contratado ou contratada para que o

1 atendimento ali já no primeiro momento fosse um pouco mais qualificado, no bom sentido da
2 palavra, antes mesmo do encaminhamento para o Sappe ou para alguma outra instância
3 especializada da Universidade. É uma questão que os preocupa muito porque no caso da FE as
4 demandas do espaço de acolhimento são muito grandes, principalmente de estudantes, e às
5 vezes não dão conta de atender a todos. Contam com dois voluntários, dois docentes, um deles
6 é uma professora aposentada, e possuem a facilidade de terem um Departamento de Psicologia,
7 mas muitas unidades não têm isso. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE solicita a
8 palavra à professora Silvia, da ADunicamp. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI
9 lembra que a permanência estudantil é um dos pontos de pauta do Fórum das Seis. O Cruesp
10 agendou com o grupo técnico uma reunião com o Fórum das Seis agora no próximo dia 06,
11 então como eles haviam já previamente acordado, estão mantendo o compromisso. A
12 permanência estudantil sempre foi um ponto de pauta também na ADunicamp;
13 sistematicamente, pelo menos nos três últimos anos, desde antes da pandemia, tem havido um
14 conjunto de ações voltadas principalmente para a comunidade dos indígenas, mas muito mais
15 porque as outras comunidades os têm procurado pouco. Então a ADunicamp está sempre
16 presente na discussão, inclusive ela possui um membro presente na Caiapi, a professora Maria
17 José. Ontem, por decisão da diretoria, decidiram retomar as cestas básicas que foram
18 interrompidas para as famílias dos indígenas, um compromisso até que a diretoria da
19 ADunicamp que agora está sendo estabelecida coloque isso como pauta e consiga definir uma
20 ação específica nesse sentido. Cumprimenta, calorosamente, essa iniciativa da Reitoria, isso era
21 uma necessidade, ao longo dos últimos anos precisam reconhecer que houve ações muito
22 positivas da Reitoria na questão da permanência estudantil. Sempre há o que fazer porque
23 muitas vezes são surpreendidos por aquilo que não conhecem, exatamente porque abrem
24 opções. Cumprimenta a professora Mariana pela proposta e pela apresentação, também o
25 professor Ivan, e diz que em sua opinião essa separação será extremamente saudável para a Pró-
26 Reitoria de Graduação também. Cumprimenta ainda a Reitoria por essa ação e diz que a
27 ADunicamp continua e continuará fazendo discussões sobre a permanência estudantil. O
28 MAGNÍFICO REITOR diz, em relação aos espaços de acolhimento, que chegaram a discutir
29 isso em uma reunião informal com os diretores, depois com a bancada docente e também com
30 funcionários. Tomaram a decisão de em um primeiro momento fazer isso ser capitalizado pela
31 Universidade. Já tinham exemplos positivos, isso começou na Feec, depois FE e Imecc fizeram,
32 e a ideia era propagar isso por todas as unidades de ensino, pesquisa e extensão. Obviamente o
33 trabalho de acolhimento aos estudantes é mais forte, mas a ideia é que ele seja algo mais
34 transversal e que esteja localmente nas unidades para ser um espaço de fácil acesso das pessoas.
35 E de fácil acesso de forma que a pessoa não tenha de revelar ali todas as preocupações, mas que
36 seja um espaço que vai encaminhá-la para diferentes locais, dependendo da situação por que
37 ela passou, que pode ser de diferentes origens. Não há clareza ainda de como será isso, acha
38 que devem transformá-los em uma estrutura certificada, formal, mas é algo que ainda está em
39 uma etapa embrionária. Obviamente devem ter relação com a nova diretoria executiva, mas não
40 diria que esses espaços estarão dentro dela, pois eles vão acolher pessoas que estão em outras

relações. Eventualmente uma questão de assédio moral no ambiente de trabalho vai para a DGRH, a partir de um espaço de acolhimento local, por exemplo. Então talvez valha a pena terem essa preocupação de formalizar, isso tem de ser feito, mas acha que a primeira iniciativa é fazer isso penetrar bem em todas as unidades. Então criaram isso, vão certificar e ver como vão lidar com a questão do voluntariado. Acha importante que existam as pessoas que se voluntariam, mas devem criar uma estrutura que seja reconhecida, certificada pela Universidade e que tenha atribuições de responsabilidade também e sejam treinadas. Sempre gosta da ideia de que precisam dar um passo de cada vez, até para ir imaginando melhor como criar isso. Mas o processo está desencadeado e a diretoria executiva vai ter alguma missão associada a isso. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO agradece a todas as mensagens de apoio, que são muito importantes. A Universidade, como já foi falado pela professora Josely, se destaca toda vez que conversam com outras universidades sobre permanência estudantil. A Unicamp está muito à frente, o que não significa que é suficiente, significa que as outras estão muito para trás. Incluir sem garantir a permanência é muito ruim, só faz aumentar a evasão, porque o aluno entra na Universidade mas não consegue cumprir o seu objetivo que é se formar. Então a obrigação da Universidade é, cada vez mais, aperfeiçoar a permanência, e a criação dessa diretoria vai nesse sentido. Várias pessoas falaram sobre a estrutura dessa nova diretoria, e observa que ela tem uma proposta, isso ainda vai ser certificado, não significa que a diretoria vai ser criada com todas as contratações e todas as suas gratificações, é só uma proposta, que ainda vai ser discutida. Mas quiseram apresentar uma ideia de como seria o quadro dessa nova diretoria. Como a professora Silvia Gatti mencionou, vai ser muito saudável para a PRG essa separação, pois o SAE e o Sappe ocupam cerca de 60% do tempo da pró-reitoria atualmente. E isso desfoca um pouco o caminho da PRG, que precisa se dedicar muito mais a apoio aos cursos, às reformas curriculares, à criação de novas vagas na Universidade. Então essa separação vai ser boa para a Universidade, para os alunos e para a PRG. A Professora MARIANA FREITAS NERY diz, respondendo ao professor Flavio, que a assistente social da FOP vai chegar no dia 02 de outubro. Ela está passando por treinamento em Limeira e dia 02 de outubro ela já deve estar de forma integral na FOP; viram o ofício e vão responder, informando essa data. Sobre Limeira e Piracicaba, já têm um olhar especial, há novas e recentes contratações para lá, psicólogo, pedagoga e assistente social. E com a expansão, obviamente, se houver demanda vão solicitar mais, se necessário. Mas sempre têm um olhar bastante cuidadoso com os outros *campi*. Sobre os colégios técnicos, a ideia é que todas as atividades sejam incorporadas, o Sappe, a orientação educacional, a questão dos egressos, a Deape vai funcionar de forma integral para os colégios técnicos. Tem uma reunião com o professor Ivan amanhã para conversar sobre como isso vai acontecer, mas a ideia é que realmente os estudantes do colégio sejam atendidos com todos os serviços que o SAE/Deape oferece. Sobre os espaços de acolhimento, o professor Antonio José já falou, eles são dispositivos estratégicos para realmente dar essa capacidade de escuta empática e encaminhamento. Então a ideia é, realmente, que sejam voluntários, mas observa que eles são treinados pelo SAE, com o qual possuem uma linha direta, e os dados mostram que os espaços de acolhimento evitam desfechos graves, porque o

1 encaminhamento é realizado no início de alguma crise. É para isso que servem os espaços de
2 acolhimento, ajudar e encaminhar, e obviamente vai ter um acompanhamento sempre muito
3 próximo da Deape no Sappe, que não vai se chamar mais Sappe, na gestão de crise. Inclusive
4 na certificação preveem como uma das caixinhas a Assessoria a Manejo de Crises e Formulação
5 de Políticas, que vai cuidar dos espaços de acolhimento, como já acontece, já que os voluntários
6 nos espaços de acolhimento estão sempre em contato com o pessoal do SAE. Sobre novas
7 contratações e ampliações estratégicas, informa que hoje possuem 41 funcionários e até o final
8 do ano serão 50, porque já estão acontecendo novas contratações de quatro psicólogos, dois
9 psiquiatras e três administrativos. Na proposta já colocam, obviamente com aumento de
10 algumas áreas, por exemplo, para a questão dos estudantes PCDs vão ser necessários pedagogos
11 especializados em estudantes PCDs. E novas contratações vão sendo feitas à medida que a
12 demanda for aparecendo, mas já preveem essa ampliação. Agradece pelos cumprimentos, mas
13 direciona esses parabéns para os 41 funcionários que fazem do SAE o que ele é hoje, no dia a
14 dia. Trabalhando muito mais do que o previsto, muitas vezes manejando situações de crise de
15 sexta, sábado e domingo. Então são eles, realmente, que merecem esses parabéns. O
16 MAGNÍFICO REITOR diz que é algo muito bem lembrado pela professora Mariana, a quem
17 parabeniza, assim como ao professor Ivan e a todos os funcionários do SAE. Um acréscimo
18 importante é a questão do Alumni e da empregabilidade, na qual a Unicamp está bem atrasada
19 em relação às outras duas universidades estaduais. Elas tiveram muito mais êxito em
20 desenvolver políticas nesse aspecto, então isso é uma coisa importante que também pode
21 caminhar na direção de uma boa solução com a criação da diretoria. Passa a palavra à professora
22 Adriana, que está acompanhando a criação dos espaços de acolhimento, então ela pode dar um
23 pouco mais de informação de como isso está se desenrolando ao longo do tempo. A Professora
24 ADRIANA NUNES FERREIRA diz que está desde o início acompanhando essa questão dos
25 espaços de acolhimento, que fazem parte de uma política mais ampla de saúde mental na
26 Unicamp. Foi feito um grupo de trabalho para pensar a saúde mental nos *campi* e os espaços de
27 acolhimento são uma peça importantíssima. Como o professor Antonio José mencionou, eles
28 não se destinam só aos alunos, mas a toda a comunidade. Porém, de fato, os alunos têm sido o
29 maior foco. Então há uma formação, como a professora Mariana falou, mas é uma formação
30 nesse sentido, de escuta empática. São pessoas de um perfil já identificado pela própria
31 comunidade como essas pessoas que, em geral, têm essa atitude mais empática, às quais as
32 pessoas se dirigem quando têm problemas, isso rapidamente as próprias comunidades
33 identificam. Elas passam por uma formação breve no sentido do que é a escuta empática,
34 algumas diretrizes, não emitir juízo de valor etc., e principalmente essa formação sobre o que
35 fazer, para onde encaminhar. Então, no espaço de acolhimento o atendimento é só no sentido
36 de acolher e encaminhar. E também é previsto uma vez por mês um encontro dos acolhedores
37 com a doutora Tânia, do Sappe, ou com pessoas da equipe da Tânia para fazer uma espécie de
38 supervisão, para discutir casos mais complicados, casos em que surgiram dúvidas. Hoje só
39 faltam oito unidades para terminarem de implementar esse projeto, terminaram agora a segunda
40 turma de formação de acolhedores e em outubro deve começar a terceira. Então foi uma

iniciativa implementada com bastante sucesso, mas falta ser mais divulgada; estão fazendo esse trabalho de divulgação e um trabalho precisará ser feito depois quando todas as unidades estiverem aqui. Não incluiu os colégios nessa conta porque podem ter também lá, mas já tem orientação educacional, então precisam conversar um pouco melhor como vai ser feito, mas se incluírem os colégios faltam dez. E aí vai ter o trabalho de institucionalização, que acha que isso falta, mas precisavam sentir como funciona de fato para então pensar qual é a estrutura institucional necessária. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA pergunta se, aprovando hoje, como é o processo, se a diretoria já fica criada. O MAGNÍFICO REITOR diz que é preciso certificar, então há etapas a cumprir, mas colocaram a pedra fundamental e agora terão de ver o caminho da operacionalização dessa iniciativa. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que já aprovaram na COP, porque como se trata de um desmembramento, não é exatamente órgão totalmente novo, olhando para a estrutura proposta a COP votou um valor que pode vir ou não a ser totalizado agora no processo de certificação. Vai passar pelo comitê de certificação essa estrutura, e depois vão pensar na questão de contratações. Então vai ser certificado, seguir o trâmite normal, lembrando que já há os recursos aprovados dentro da COP. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO REITOR passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-34699/2023 –, que trata de proposta de deliberação Consu que institui a Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação – Detic e o Conselho de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – GovTIC e dá outras providências. Passa a palavra ao professor Ricardo Dahab, que vai fazer uma apresentação sobre a proposta de criação da Detic. O Professor RICARDO DAHAB apresenta a proposta de criação da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação, não só da diretoria executiva, mas também de uma reformulação do órgão hoje chamado Contic, que vai passar a ser um órgão mais relacionado à governança de TIC da Universidade e menos um órgão deliberativo para questões do dia a dia. Mostra um descritivo de quando a governança de TIC apareceu e quando ela desapareceu dos sucessivos Planes da Unicamp. Ela estava nos Planes de 2016 a 2020, depois por alguma razão ela não constou no atual, e é muito importante que voltem a ter a governança, não como assunto da gestão, mas como assunto da Universidade. Isso é uma coisa que faz falta e é a causa da maioria dos problemas que possuem hoje de TIC e que estão conseguindo resolver pouco a pouco. O que desejam com isso é ter uma responsabilização perante o conselho de governança; uma gestão integrada à execução da governança na Detic; mais serviços centrais, de melhor qualidade; um orçamento de TIC unificado na Universidade, consolidado, que não existe hoje, e um programa de capacitação de reperfilamento, muito necessário, do pessoal de TIC, em grande parte defasado. Tem atuado nessa direção desde que assumiu a direção da Citic, que é hoje um órgão situado na CGU e que, portanto, já tem uma certa estatura. Quando ele foi criado, em 2020, trouxe a área de TIC para um posto na Universidade de maior relevância, reconhecendo a importância dessa área que hoje é transversal a tudo, não só como área meio, mas como área que traciona o desenvolvimento da Universidade, mas que carece de uma maior

1 estruturação, maior presença institucional também. A Citic tem agido na maioria das áreas,
 2 tanto em infraestrutura, quanto na elaboração ou compra de sistemas corporativos quando não
 3 é possível desenvolver aqui, apoio a diversas áreas nos seus sistemas, apoio de diversas formas,
 4 seja em elaboração de editais, seja na elaboração de pesquisas de *softwares* para suprir as
 5 necessidades, a nova rede WI-FI da moradia e tantas outras iniciativas, sempre na direção de
 6 olhar a Universidade como um todo, de ter uma abordagem de TIC para a Universidade que
 7 considere que a TIC não é mais a TIC fragmentada, mas sim um esforço de toda a Universidade.
 8 Têm sido feitos vários esforços em direção à governança e a gestão dos investimentos com
 9 recursos do PPI que foram aprovados recentemente, da ordem de R\$92 milhões. Já estão
 10 implementando algumas das aquisições, mas sem uma atuação desse quilate a Universidade
 11 não vai conseguir encarar os seus desafios daqui para frente do ponto de vista da TIC. Tudo o
 12 que tem sido feito gera um alto custo para a equipe atual da Citic, que é muito pequena, são
 13 duas pessoas mais o diretor, que é ele no momento. Têm contado com a colaboração de
 14 voluntários, os resultados são bons, mas precisam de muito mais estrutura e agilidade para
 15 realizar tarefas como a concretização das aquisições do PAT-PPI, planejamento e
 16 implementação das novas aquisições que estão planejadas para o ano que vem, além da
 17 implementação do novo conselho de governança TIC, o GovTIC. Apresenta uma figura que
 18 mostra a relevância de TIC e o crescimento da evolução das tecnologias de TIC que se
 19 aceleraram nos últimos anos. A figura, de 2021, hoje já está desatualizada, pois falta toda a área
 20 que tem a ver com Chat GPT, que é algo que vai revolucionar todas as atividades, não só as de
 21 tecnologia, mas as de administração e de ensino e tantas outras. A intenção com a Detic é criar
 22 um órgão que se situe na intersecção da governança da gestão de TIC na Universidade. São 80
 23 órgãos de TIC na Universidade com tamanhos e com problemas diferentes dos quais precisam
 24 dar conta. Possuem já implantados três comitês consultivos das áreas de ensino e pesquisa, de
 25 administração e na área de assistência, exatamente para que a Detic se posicione mais próxima
 26 de toda a Universidade. Serão regidos por comitês, o GovTIC, que é o novo conselho de
 27 governança, o comitê de governança de dados que está sendo criado, o comitê de segurança da
 28 informação, que já existe, e o comitê LGPD, que também já existe. Esses quatro comitês cuidam
 29 de aspectos diferentes, da segurança, da governança de dados, da governança de TIC da
 30 Universidade, e vão reger a atuação da Detic. A Detic vai ser formada pela fusão de dois órgãos
 31 existentes, a Citic e os outros órgãos agregados, inclusive o próprio CCUEC. Mostra a figura
 32 com o que pretendem que seja a nova estrutura, fundindo o que já existe hoje com áreas que
 33 serão criadas, sendo a que considera mais importante a secretaria de governança, que vai cuidar
 34 da implementação e da conformidade da governança para a Universidade. Mostra células que
 35 vão ser criadas para lidar com assuntos particulares, relacionamento com a alta Administração,
 36 a coordenação das áreas de negócios, coordenação da área da Saúde, que tem exigências muito
 37 diferenciadas do resto da Universidade, e a coordenação de serviços compartilhados, que vai
 38 conter essas pequenas células para pequenas tarefas, que vão ser compartilhadas por vários
 39 servidores de diversos órgãos. Em relação a custos, mostra uma tabela com as gratificações, as
 40 duas gratificações que existem hoje na Citic e as 18 gratificações do CCUEC hoje. Algumas

vão desaparecer, outras vão surgir, e no final a Detic terá 28 gratificações, com uma despesa adicional de R\$297 mil por ano, que quando acrescidos de encargos vão para cerca de R\$400 mil por ano. Acreditam que esse custo adicional é um custo modesto, em face da tarefa de implantar e gerir as atividades e recursos de uma comunidade de cerca de 580 profissionais em 85 núcleos de TIC em uma universidade do porte da Unicamp. Lembra que todas as aquisições de TIC daqui para frente vão ter de ser planejadas, e isso vão fazer com muito afinco, inclusive porque a nova lei exige. Esse dinheiro vai primordialmente em governança, então se alguns quiserem ver com um pouco mais de critério, o que estão criando é um novo órgão de governança que vai ser adicionado aos órgãos que existem hoje. Estão fundindo dois órgãos em um só: deixam de existir as denominações Citic e CCUEC e cria-se a Detic. Em relação às instalações físicas, a Detic vai ocupar o espaço alocado ao CCUEC e à Citic, com pequenas adequações iniciais, e no médio prazo uma grande requalificação do prédio que vai precisar, inclusive, abrigar diversos condôminos: o RNP vai vir para esse prédio, o GGTE e o Cenapad já estão lá, então no fundo estão criando um condomínio de tecnologia dentro do atual prédio do CCUEC, obviamente que todos com interesses da Universidade. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES parabeniza pela iniciativa, que considera importante para a Universidade. Na condição de professor de Informática, pergunta se essa reorganização vai ter algum impacto na questão do ensino de ciência de computação, engenharia, os próprios cursos técnicos nas áreas de informática, se haverá alguma necessidade de modificação para seguir novas normas, alguma coisa assim, que possa impactar no ponto de vista do ensino. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO diz que notou que a tabela de valores está desatualizada com o reajuste, isso não é um problema, vai ser, obviamente, atualizada, mas quando falam de custo adicional por ano esse custo está multiplicado por 12. O senhor Thiago, da Aeplan, sempre comenta que devem multiplicar por 13,3, então é uma coisa que precisa ser ajustada. O segundo ponto é que, com a LGPD, são obrigados a ter um DPO, Data Protection Officer, e esperava que essa estrutura tivesse o DPO no alto nível já indicando. Sabe que hoje em dia o cargo cai no colo do professor Dahab, então ele tem de responder por isso, mas se trata de um requisito legal e acredita que faz muito sentido ter isso já indicado nesse alto nível de definição ou pelo menos trazer isso mais para frente. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que tem duas questões, a primeira é tentar entender se em vez de ser uma diretoria executiva poderia ser uma secretaria executiva. É só um balizamento para entender a necessidade de colocar todos no mesmo nível de uma pró-reitoria. Aprovaram a Deape hoje de manhã, acha que está correto, mas não sabe se a área de TIC estaria no mesmo nível, acha que estaria um pouco abaixo. Concorde que precisam realmente valorizar a área de TIC, mas poderiam fazer esse pequeno ajuste que inclusive iria impactar em uma diminuição de cargos. Uma outra questão é que a proposta coloca que o diretor da Detic seja um docente, mas sua sugestão seria retirar a palavra “docente” e deixar aberto. Que seja alguém reconhecido tecnicamente e de carreira, pode ser docente ou não docente. Hoje pode ser o professor Ricardo Dahab, amanhã pode ser um servidor da Carreira Paepe ou de qualquer outra carreira, mas que tenha conhecimento pleno do tema. A formação proposta para o GovTIC são

1 sete docentes indicados pelo Reitor, sete servidores Paepe indicados por dirigentes e nomeados
2 pelo Reitor, sete diretores de unidades indicados pelo Reitor, dois servidores Paepe eleitos, o
3 diretor da Detic e um assessor docente da Detic, designado pelo Reitor. Olhando a balança dessa
4 composição, não se torna um órgão da Universidade, mas um órgão da gestão, ao contrário do
5 que o professor Dahab mencionou na sua apresentação. Sua sugestão é que os diretores não
6 precisem ser necessariamente indicados pelo Reitor. É óbvio que é uma consulta, mas sugere
7 excluir “indicação do Reitor”, pois hoje possuem uma gestão que trabalha com tranquilidade,
8 mas não sabem como serão as gestões futuras. Então, para controlar um pouco essa balança,
9 tiraria a indicação do Reitor para diretores de unidades de ensino. Além disso, solicita uma
10 cadeira para a Escola de Educação Corporativa; vai ser discutida dentro do GovTIC a questão
11 de capacitação, a questão de para onde a Universidade vai, acha que a Educorp não precisa ter
12 voto, mas ela precisa ter conhecimento para que possa trabalhar com antecedência. O
13 Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES concorda com o conselheiro Matheus, não sabe se
14 caberia como diretoria executiva. Na verdade, preferia que estivesse dentro da PRDU. Acha
15 que aquele esvaziamento que aconteceu da PRDU, há muito tempo, em algum momento
16 precisaria ser revisto. A PRDU perdeu bastante do seu corpo, sua força, mas entende a
17 importância de TIC e entendeu porque a colocaram nesse local. Também solicita uma cadeira
18 para o Cemeq, que é um órgão essencial para a infraestrutura de TIC na Unicamp. O
19 MAGNÍFICO REITOR diz, sobre a composição do GovTIC, que era importante esclarecer,
20 talvez, os papéis dele e como isso se relaciona com a composição que foi proposta. Esclarece
21 ao conselheiro Matheus que as diretorias não estão no nível das pró-reitorias. As diretorias estão
22 abaixo das pró-reitorias e estão ligadas diretamente ao Gabinete do Reitor. As secretarias
23 também, mas são instâncias com, talvez, papéis diferentes, mas seriam necessários
24 esclarecimentos a respeito do professor Ricardo. O Professor RICARDO DAHAB diz que vai
25 começar com a questão dos custos, informando que às folhas 33 dos documentos existe uma
26 tabela com os custos detalhados. Havia mencionado R\$297 mil na apresentação, depois se
27 corrigiu dizendo que a Aeplan havia colocado os demais encargos, multiplicado por 13,3 e todas
28 aquelas contas, e no final são R\$400 mil por mês. Esse é o custo final, contando-se encargos,
29 décimo terceiro e tudo o mais. A conta colocada no *slide* foi mais para ilustrar o custo das
30 gratificações, sem muita pretensão de ser o número exato, mas ter a dimensão de quanto custaria
31 para a Universidade. Considera que a criação, como já mencionou anteriormente, terá um custo
32 relativamente modesto para uma área tão importante hoje, que não é mais só uma área meio, é
33 uma área que traciona o desenvolvimento da Universidade na medida em que a disponibilização
34 de novas tecnologias do desenvolvimento abre novas possibilidades, não só na gestão, mas
35 certamente na pesquisa, em muitos casos. Sobre o impacto no ensino, espera que com a gestão
36 mais cuidadosa, mais consolidada dos recursos de TIC, possam manter os laboratórios de ensino
37 mais atualizados, tendo uma TIC mais apurada, uma TIC mais presente na vida da população e
38 da comunidade da Universidade, com tecnologias mais avançadas. Por exemplo, querem
39 manter uma nuvem interna, privativa da Unicamp, com a melhor tecnologia possível que pode
40 ser usada diretamente pelos cursos de Computação para fazer não só pesquisa, mas para fazer

1 ensino também de como se gerencia uma nuvem, que é uma informação importante para os
2 alunos. O impacto para os cursos, para o ensino, vai ser muito mais de disponibilizar
3 ferramentas, tecnologia, acesso, conectividade de qualidade para as áreas de ensino, lembrando
4 que o GGTE procura disponibilizar essas tecnologias para a área de ensino. Então, o que vão
5 fornecer é uma infraestrutura melhor, tecnologia melhor, mas não influenciar diretamente nos
6 currículos de graduação que tenham a ver com Computação, pois isso de forma nenhuma é
7 atribuição da Citic. A atribuição dela é para a área de Tecnologia da Informação como órgão
8 da Universidade para prover infraestrutura, ferramentas, governança dessa área e não
9 influenciar de qualquer outra maneira, seja como presença nas comissões de graduação ou
10 qualquer coisa assim. Isso não, mas certamente como disponibilizadora de tecnologia para esses
11 cursos. Sobre a composição do GovTIC, esclarece que procuraram manter um equilíbrio entre
12 gestão, com sete pessoas indicadas pelo Reitor diretamente, que vão vir de pró-reitorias e da
13 CGU, essa é a contribuição direta da gestão, um terço. Um terço será de diretores das unidades
14 de ensino e pesquisa, que a princípio seriam diretores que tivessem maior intimidade na área de
15 TIC, mas tiraram isso. Eles têm de representar as três áreas do conhecimento, houve um certo
16 debate relativo a isso, mas de qualquer maneira são diretores de unidades de ensino, pesquisa e
17 extensão, escolhidos pelas comunidades das unidades. Também um terço virá de servidores
18 dirigentes da área de TIC, não dos órgãos, mas dirigentes responsáveis pelas áreas de TIC dos
19 maiores órgãos que contêm TIC na Universidade, como DGA, DGRH, são sete órgãos. E é uma
20 coisa que certamente não tem a ver com a gestão, são funcionários Paepe de carreira que
21 ocupam esses cargos. E dois membros votados pela comunidade de TIC, que cobrem esse
22 aspecto de representatividade da comunidade TIC hoje; o Contic tem um membro nessa
23 situação e estão propondo dois, inclusive respondendo a um anseio da comunidade. O diretor e
24 o assessor que estão lá presentes não têm voto, o diretor só tem voto qualificado, voto de
25 minerva. Quanto à possibilidade de haver um assento para a Educorp e um para o Cemeq, não
26 considera que seja algo apropriado, sem qualquer desrespeito ao papel muito importante que
27 esses órgãos desempenham. Por meio da Educorp vão realizar treinamentos área de TIC, estão
28 fazendo isso agora, colaborando com a Educorp, mas ela tem outros focos também, não só a
29 área de TIC. Certamente é um órgão que vai colaborar muito proximamente com a Detic, mas
30 não lhe parece que precise ter um assento na governança. Juntas elas vão tornar possível o
31 treinamento do pessoal técnico da Universidade, mas influenciar quais cursos têm de ser dados,
32 com que enfoque, qual vai ser a escolha de cursos, acha que não é incumbência da Educorp. O
33 Cemeq terá um papel importante muito mais na colaboração com o órgão central que a Detic
34 vai ser nas aquisições de TIC, para materializar, para concretizar, para ajudar na consolidação
35 das compras na área de TIC, que certamente já faz um papel importante hoje, mas isso não é
36 fazer governança. Finalmente, quanto a ser uma secretaria executiva *versus* uma diretoria
37 executiva, deseja crer que a área de TIC necessita de uma estatuta dentro da Universidade que
38 dê a ela não só proximidade da alta Administração, mas o *status* que reconheça que se trata de
39 algo muito importante, pois não há atividade hoje na Universidade que não seja mediada por
40 TIC. Como já disse, não é uma atividade só meio, é uma atividade que traciona o

desenvolvimento, conseguem fazer muito mais hoje por causa das tecnologias de informação e comunicação, de melhor forma, mais rapidamente, mais efetivamente, e a Universidade criando a Detic vê a TIC com uma coisa importante, uma coisa que precisa ter a sua presença na Universidade e não mais como era antes, simplesmente uma área meio. Em qualquer Universidade do mundo a TIC tem um papel proeminente. O professor Rodolfo comentou que o DPO não aparece na estrutura; esclarece que existe o comitê LGPD e está em criação o escritório de proteção de dados e a criação do cargo de DPO, que hoje existe associado ao cargo de diretor da Citic, mas ele vai deixar de ser. Existe uma certa tensão entre essas duas nomeações; não é algo proibitivo, mas existe uma certa tensão no fato de que uma mesma pessoa seja o guardião de toda a infraestrutura de dados e ao mesmo tempo tenha o papel de fiscalizador do uso daqueles dados. Então, é saudável que esses dois papéis sejam separados, e naquela figura do *slide* procurou colocar somente os órgãos de governança, mas vai existir um cargo chamado de DPO, que será consequência da criação do escritório de proteção de dados. O MAGNÍFICO REITOR diz que a parte de Informática na Unicamp, em geral associada às unidades, tem uma importância bastante significativa. Além de Ciência da Computação, há Engenharia da Computação, também muitas pessoas que trabalham com ciência de dados no Imecc de diferentes formas, há pessoas que trabalham com isso no IFGW, com certeza deve haver pessoas que mexem com coisas parecidas na FT, em Limeira, com certeza na Mecatrônica, na FEM. Possuem quatro grandes projetos diretamente associados à área de Informática, o Bios, que é dirigido pelo professor João Romano, com financiamento Fapesp, CPqD, FITec, Einstein Hospital, o Smartness, que é também financiamento Fapesp com a Ericsson, o Viva Bem, coordenado pelo professor Anderson Rocha, antigo diretor do IC, e financiado pela Samsung, e o CCES, que é um INST. Estão envolvidos em uma atividade conjunta com a USP e com a Unesp em um financiamento de R\$50 milhões que essas três universidades tomarão à frente, envolvidas também as três universidades federais de São Paulo e o ITA. Essa iniciativa será administrada por um consórcio das três universidades com financiamento Fapesp, para aquisição de um computador de alto desempenho. Esse edital no primeiro momento envolvia a possibilidade de duas propostas serem contempladas, e em função da própria iniciativa de ter o consórcio, ela tornou-se uma única possibilidade de financiamento. Seria um dos maiores computadores, acha que só o da Petrobras é maior do que esse. Tem participado com muita frequência de um conselho associado à Fiesp que é o Conselho Superior de Inovação e Competitividade – Conic, e é frequente a demanda do setor privado e da Fiesp por cursos de ciências de dados. O Brasil tem a vantagem de formar bons profissionais nessa área em vários lugares e ter um custo para essas empresas comparativamente mais barato. Alguns países têm aproveitado bem essa oportunidade. O Brasil aproveita em alguns casos, mas a oportunidade é muito maior do que conseguem atender hoje em dia, essa demanda é um fato, e é um dos cursos que solicitaram que a PRG analisasse a possibilidade de criar, um curso de Ciências dos Dados. Big Data é uma coisa que está na ordem do dia. Acha que o grande desafio da Universidade é colocar o Hids de pé; a Unicamp, provavelmente, é uma das instituições envolvidas que mais terá oportunidade com o funcionamento do Hids como um todo. Ela possui

1 o seu espaço, que é o Hids Fazenda Argentina, que envolve cerca de 11,5 milhões de metros
 2 quadrados, 14 instituições, uma ação bastante intensa da Prefeitura, maior anel de Luz
 3 Síncrotron ao sul do Equador, CPqD, Instituto Eldorado, ou seja, duas grandes estruturas de
 4 tecnologia de informação e comunicação. Um dos eixos da ideia de criar esse local é a área da
 5 Saúde, em razão de sua força, mas não é área de Saúde só assistencial, é ela em termos de
 6 inovação tecnológica, e são as inovações tecnológicas associadas à transição energética. Não é
 7 possível, por exemplo, pensar em uma *smart grid* sem pensar em informática. Alguns
 8 conselheiros devem ter em suas casas painéis fotovoltaicos, e hoje em alguns lugares do mundo
 9 são redes compartilhadas, a pessoa pode, se ela produz excesso, abater a conta não só dela
 10 própria, pode também abater a conta de outra pessoa. Isso exige gerenciamento, exige
 11 informática; hoje pensar ciência, tecnologia e inovação sem informática é algo completamente
 12 sem futuro. Então, não podem rebaixar a importância que isso tem para cada uma das áreas. É
 13 um tópico completamente transversal, que vai surgir em toda e qualquer área de pesquisa aqui
 14 dentro, portanto a importância disso é associada ao futuro da Universidade. E como
 15 universidade, possuem vantagens imensas, porque podem não só associar esse potencial que já
 16 possuem na área de informática, mas associá-lo a ações muito específicas, como essa de
 17 inovação na área da Saúde. Então, acha que é esse olhar que devem ter, essa questão não vai
 18 ficar completa nesta gestão, mas é um embrião importante para o futuro. Da mesma forma como
 19 foi importante a criação da Diretoria Executiva da Área da Saúde. A Unicamp mexe com um
 20 orçamento, entre o próprio e o externo, que chega próximo a R\$1 bilhão de reais na área da
 21 Saúde, portanto ela precisa de um órgão que tente dar racionalidade a essa ação. Da mesma
 22 forma, foi importante criar a Depi, no sentido de mexer com planejamento do crescimento da
 23 Universidade. A Detic será um passo na direção da questão de informática para viabilizarem
 24 uma visão que hoje está profundamente descentralizada, uma coisa não conversa com a outra.
 25 O esforço que foi para acabarem com aquele antigo relatório de atividades, o Sipex, porque há
 26 uma diversidade de interesses. Então, precisam de uma ação centralizada para fazer com que
 27 os vários atores que mexem com essa questão tenham uma ação coordenada, e para isso
 28 precisam de um órgão central. Não devem ser pouco ambiciosos, até porque não chega a R\$500
 29 mil construir uma estrutura centralizada que permita projetar o futuro dessa área dentro da
 30 Universidade. Às vezes precisam ousar um pouco para fazer com que o futuro seja diferente do
 31 que foi o passado, quando cada área desenvolvia o seu sistema, havia conflitos entre sistemas,
 32 dificuldades de lidar com informação, transferir de um para o outro. Imagina que as pessoas
 33 estejam hoje contentes por poderem ter um relatório de atividades em que buscam as
 34 informações no Lattes. Preenchem o Lattes e entram no relatório de atividades, algo muito
 35 vantajoso e que configura uma outra etapa da Universidade, então podem chegar a novas etapas
 36 em outras áreas também. Informa que vai colocar em votação, e se a composição não for
 37 aprovada, colocam em votação a proposta do conselheiro Matheus. O Conselheiro MATHEUS
 38 DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que não entendeu. O MAGNÍFICO REITOR diz que
 39 sempre votam o que está em pauta; se não for aprovado, precisam ter uma proposta alternativa.
 40 Então, abre a palavra para o conselheiro Matheus, ele defende a mudança da composição e

1 colocam em votação. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que
2 não é contrário à abertura, só está pedindo uma mudança de texto, algo que sempre fizeram. O
3 MAGNÍFICO REITOR responde que o ponto é a modificação da composição. O Conselheiro
4 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que sugeriu inserir uma cadeira a mais, o
5 professor Dahab acha que não tem necessidade, mas fez também uma sugestão de modificação
6 de texto no item 3 do artigo 4º, que define que os diretores de unidade seriam indicados pelo
7 Reitor, e só pediu para que retirassem “indicados pelo Reitor”. O MAGNÍFICO REITOR diz
8 que vão votar a proposta original e posteriormente coloca em votação a solicitação de supressão
9 desse trecho. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta de criação da Detic,
10 que é aprovada com 63 votos favoráveis e 02 abstenções. O Conselheiro MATHEUS DA
11 SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se pode solicitar uma votação à parte sobre o
12 acréscimo da cadeira para a Educorp. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai colocar, mas
13 observa que saindo a especificação de que os membros são indicados pelo Reitor, o senhor
14 Matheus tem de apontar como eles serão indicados. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
15 MARCHETI MARTINS diz que da mesma forma como é feito em outras composições, os
16 diretores que compõem o Consu escolhem entre eles quem vai participar de cada uma delas. O
17 MAGNÍFICO REITOR pergunta ao professor Ricardo Dahab sua opinião sobre essa questão.
18 O Professor RICARDO DAHAB diz que para ele seria suficiente dizer que seria indicado um
19 subconjunto dos diretores da Universidade que representem todas as áreas do conhecimento,
20 porque todas elas têm algo a dizer sobre TIC na Universidade, então é importante que tenha
21 essa representatividade, mas para ele é suficiente que o Reitor indique essas pessoas. Acha que
22 há certos perigos em congelar isso de outro jeito, dizer que vai ser uma pessoa de um local ou
23 de outro, precisa ser substituído por algo razoável, alguma coisa que faça sentido. Para ele, faz
24 sentido que o Reitor escolha, porque os diretores já têm representatividade. A ideia é que
25 tenham uma representatividade de pessoas que estão a cargo da Universidade em um nível
26 diferente da gestão, e que sejam pessoas que foram escolhidas pela comunidade. Se o Consu
27 votar alguma outra forma, que diga qual é essa outra forma, que seja razoável e que tenha algum
28 fundamento. Simplesmente retirar não acha que seja bom. A Conselheira AASHA HAFA
29 MACÊDO FERREIRA diz que não entende a profundidade dessa questão da indicação, mas
30 acha que se está colocada a posição de que o Consu vai legitimar efetivamente a existência
31 dessa comissão, isso basta. Não está entendendo exatamente o que isso implica para o pré-
32 processo, porque, pelo que entendeu, da forma como está atualmente, pensam nessas pessoas e
33 propõem para o Consu esse grupo. Tudo vai depender do que essa comissão precisa, se ela
34 precisa ser descentralizada, se ela precisa ser uma comissão que tenha pessoas de várias
35 unidades de ensino ou não, se é uma equipe em que importa simplesmente o quadro técnico. A
36 partir desses elementos, conseguem fazer com que essa seja uma comissão que represente
37 melhor essas necessidades da Universidade e consiga debater coletivamente, seja dentro do
38 Consu, seja dentro das unidades. O debate tem de ser quais são as condições, quais são os
39 requisitos que envolvem essa equipe técnica e como podem fazer com que a escolha da
40 comunidade faça sentido nesse contexto. O MAGNÍFICO REITOR diz que o problema foi só

1 estar constando na proposta “indicados pelo Reitor”; o conselheiro Matheus sugeriu suprimir
2 isso, mas a doutora Ângela chamou a atenção que se suprimir isso, tem de haver uma outra
3 forma. Então, é isso o que estão discutindo, bastante tranquilamente, mas a princípio não tem
4 uma restrição. A conselheira Aasha parece estar sugerindo que seja indicado pelo Consu. O
5 Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que trocar “indicado pelo Reitor” por
6 “indicado pelo Consu” causa pouco efeito, porque na prática, quando indicam pessoas para as
7 composições, a Secretaria Geral sugere os nomes e o Consu raramente discute os nomes de
8 fato. Viu no documento que seriam oito membros, e sua proposta seria o Reitor escolher mais
9 dois de cada área. Talvez o receio do conselheiro Matheus seja que as indicações sejam pouco
10 representativas, então sugere que definam que todas as áreas devem ser representadas. O
11 MAGNÍFICO REITOR diz que podem mencionar “representando as quatro áreas de
12 conhecimento”. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER diz que tanto faz
13 quem elege ou quem indica, o importante é a representatividade, como o senhor Reitor acabou
14 de mencionar, estarem presentes as quatro áreas do conhecimento. O Conselheiro RODOLFO
15 JARDIM DE AZEVEDO diz que parece que os diretores estão disputando mais um comitê de
16 reuniões sistemáticas, essa é a primeira sensação, por isso gosta do modelo de o Reitor indicar,
17 que no fundo tem um trabalho extra para ele de encontrar pessoas que aceitem mais uma
18 comissão. Talvez um cenário um pouco mais conciliatório seria: “indicado pelo Reitor, ouvidos
19 os diretores”, porque precisa ter alguém para indicar, senão fica o trabalho da Secretaria Geral
20 procurando pessoas para as comissões. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA pergunta
21 qual é a simetria que seria criada com as outras diretorias executivas. Pensando do ponto de
22 vista institucional de certificação da Universidade, todas as diretorias executivas, como
23 pertencem ao Gabinete do Reitor, têm seus diretores indicados pela gestão. Não entende porque
24 uma delas sendo criada teria essa diferença. O MAGNÍFICO REITOR responde que a discussão
25 não se refere à diretoria, mas ao conselho de governança. A Conselheira MÔNICA ALONSO
26 COTTA diz que ainda assim está dentro da estrutura da certificação, e isso não ocorre nas outras
27 diretorias, nelas a indicação é feita diretamente. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO
28 diz que deveriam manter “indicados pelo Reitor”, mas cancelados pelo Consu, algo assim,
29 como fazem aqui com várias outras comissões. O Reitor indica e o Consu chancela ou não. O
30 Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que sua sugestão é um pouco na
31 linha da do professor Wagner, de cancelar no Consu a indicação do Reitor e talvez fazer uma
32 espécie de rodízio mesmo, não só entre as áreas, mas entre os diretores. O MAGNÍFICO
33 REITOR diz que sempre há possibilidade de alguma negociação, o que normalmente é positivo,
34 pois poder é bom não ficar muito concentrado. O Professor RICARDO DAHAB diz que hoje
35 existe um órgão chamado Contic, que tradicionalmente era um órgão que publicava normativas
36 sobre tudo o que tinha a ver com TIC. Esse órgão a partir de 2020 se tornou um órgão assessor
37 da Citic e a Citic passou a ter poderes totalmente absolutos, algo que querem evitar nesta
38 proposta, que a Detic não tenha esse caráter de poder absoluto sobre TIC. A deliberação que
39 criou a Citic menciona na primeira linha que ela é o órgão máximo de TIC na Universidade, e
40 colocar isso nas costas de uma pessoa não é saudável. Então quiseram criar um órgão de

governança e a Detic segue as linhas da governança deliberadas pelo GovTIC. O GovTIC, portanto, não faz parte da Detic; o que vai ser sujeito à certificação é a Detic, o GovTIC vai ser um órgão deliberativo das diretrizes de TIC da Universidade. Outra coisa é que o Reitor ao indicar também tem um certo peso, quer dizer, um Reitor que resolve viciar o processo também carrega essa carga com ele. Apenas solicita que o espírito seja mantido, seja qual for a forma de escolha dos membros; o espírito é ter uma camada de representatividade dos dirigentes da Universidade, não ligados à gestão, são diretores, que trazem a representatividade dos seus órgãos. O MAGNÍFICO REITOR diz que hoje, por exemplo, aprovaram a recondução do professor Álvaro D'Antona à Controladoria, é uma indicação da Reitoria, mas ela é homologada pelo Consu. Pergunta ao conselheiro Matheus se a proposta dos professores Wagner e Petrilson contempla a sua preocupação. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS responde que sim; sua questão é que considera complicado conceder poder para uma única pessoa colocar 21 membros dentro de um conselho de 24. O MAGNÍFICO REITOR sugere a redação: "indicados pelo Reitor e aprovados pelo Conselho Universitário, representando as grandes áreas de conhecimento". Não havendo mais observações, submete à votação a proposta com essa modificação, que é aprovada com 63 votos favoráveis e 02 abstenções. Lembra que há a proposta de ampliação das cadeiras para Educorp e Cemeq. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que a proposta é colocar duas cadeiras que não têm voto, seriam convidadas, como ocorre na CIDE, por exemplo. São órgãos que podem fazer parte da discussão, podem contribuir, podem levar as informações antecipadamente para dentro das áreas, para que elas se preparem para mudanças que vão vir. Então, a proposta é que tenham duas cadeiras, uma para o Cemeq e uma para a Educorp, sem o poder de voto, somente de discussão. O MAGNÍFICO REITOR diz que não vê nenhum problema, e pergunta ao professor Dahab se precisaria de votação. O Professor RICARDO DAHAB diz que pensaram em outros convidados, não só esses que o conselheiro Matheus sugeriu. Por exemplo, seria muito interessante ter algum representante da área de TIC externa, alguém que de fato viesse com a contribuição de TIC de algum desenvolvedor, alguém que tenha alguma relevância no mercado que pudesse contribuir. Há vários outros convidados nos quais gostaria de pensar, então sugere que não façam uma inserção agora. Sendo convidado, não tem nada contra, mas antes de colocar na minuta, precisam talvez pensar um pouco melhor em quem serão e por que serão. O MAGNÍFICO REITOR sugere que o professor Dahab traga uma proposta mais geral no próximo Consu de potenciais convidados, considerando os dois já sugeridos pelo conselheiro Matheus. Como são convidados não votantes, sua ideia é não pôr em votação, formalizam votação nesse artigo, alguma coisa que acrescente em relação à resolução atual. Portanto, fica assumido esse compromisso aqui para o próximo Conselho Universitário. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-D-31877/2023, da Coordenadoria Geral da Universidade –, que trata da proposta de distribuição de 28 cargos para abertura de concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor (nível MS-3.1). Destaque da professora Verónica. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ solicita esclarecimento em relação a essa distribuição. Imagina que deva ter sido a conclusão de um trabalho não trivial de distribuir essas

1 28 vagas, mas como vê algumas unidades ou áreas que lá não estão, talvez estarão na próxima,
2 deseja entender melhor qual foi a lógica por trás dessa proposta. O Conselheiro BRUNO
3 GOMES XIMENES diz que no começo do ano passou uma proposta aqui de uma distribuição
4 de vagas muito maior que foi fantástica, que incluía as cotas étnico-raciais, que não chegou a
5 ser implantada ainda, mas em alguma dessas unidades veem que há seis vagas e caberia
6 facilmente contemplar isso. Então se fosse possível e houvesse tempo hábil, gostaria que fosse
7 feito. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que pode começar a esclarecer e depois seria
8 importante se os diretores se manifestassem também. Começa dando uma boa notícia, que o
9 processo da Unicamp referente ao limite de cargos MS está na Casa Civil, que é o momento
10 que antecede a ida para a Alesp, onde novamente já conversaram com alguns deputados. Vai
11 cobrar que todos os diretores ajudem a lutar pela criação dos cargos; a Unicamp possui o limite
12 de 1.467, e o que estava no período eram 32 sobranes. Procurado pelos diretores, encabeçados
13 pela professora Mônica, foi perguntado se seria possível distribuir alguma dessas vagas. Só
14 pediu para que não fossem todas, porque possuem uma deliberação que hoje os obriga, no caso
15 de falecimento e exoneração, independentemente se é um quadro permanente ou PS, a fazer a
16 reposição. Os diretores chegaram a um acordo, e vai passar a palavra para que esclareçam qual
17 foi o critério entre eles. Trouxeram uma proposta de 27, inicialmente, depois foi incluída mais
18 uma vaga para o IEL, na conversa do professor Petrilson com todos os colegas. Então, foi esse
19 o encaminhamento, e permaneceram dentro daquele limite de não distribuírem mais vagas do
20 que as 1.467. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que o professor Sarti já
21 esclareceu, mas relata que houve uma fala na reunião dos diretores no sentido de que a gestão
22 não poderia fazer uma proposta que tratasse as unidades de forma desigual. Entendeu isso como
23 uma deixa no sentido de que as unidades podem se tratar de forma desigual desde que estejam
24 todas de acordo. Então fizeram três reuniões, com a presença da maioria dos diretores,
25 identificaram, por meio de vários indicadores, inclusive aqueles que são fornecidos pela PRDU,
26 quais eram as unidades mais carentes de vagas. Fizeram realmente uma abordagem institucional
27 no sentido de tentar minimizar o impacto sobre essas unidades relativo a aposentadorias, ou no
28 caso da FCA, que é o contrário, em que não foram completadas as vagas prometidas. Fizeram
29 essa discussão, exaustivamente, durante três reuniões e chegaram a essa proposta. Então, foi
30 um acordo entre os diretores no sentido de administrar a escassez que viviam naquele momento
31 por conta dos cargos que não possuem hoje. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE
32 CARVALHO diz que o que a professora Mônica descreveu é exatamente o que aconteceu.
33 Passaram por três reuniões e ouviram muito, olharam para muitos indicadores, em particular o
34 número de carga didática média da unidade, e foram também bastante sensíveis para situações
35 precárias como a ausência de docentes para determinadas áreas dentro das unidades de ensino,
36 pesquisa e extensão. E em particular a FCM, pelo grande número de aposentadorias e a FCA
37 por conta da grande relação de carga horária que eles possuem, por isso essa assimetria. O
38 trabalho dos diretores era justamente fazer a assimetria; o Instituto de Biologia, por exemplo,
39 não ganhou nenhuma vaga, e ele como diretor precisou justificar isso na congregação. A
40 proposta foi aceita pela maioria dos diretores que estavam presentes, e houve a vaga do IEL,

que não tinha entrado nesse conjunto, mas que foi muito bem justificada pela perda de um dos professores de uma língua específica que precisava ser reposta imediatamente, que foi a 28ª vaga que foi atribuída. Estão perfeitamente de acordo com a proposta que está sendo feita, obviamente que estão ansiosos com esses cargos que estão lá na Alesp para ver o que farão com eles. A Conselheira ANDREIA GALVÃO diz que tinham duas opções diante das 32 vagas que estavam livres naquele momento: uma era dividir igualmente entre as unidades, uma para cada unidade, o que não resolveria o problema de nenhuma delas, e outra alternativa era priorizar aquelas que estavam em uma situação considerada mais emergencial, diante de toda a discussão que fizeram e do levantamento de critérios que começaram a fazer e vão continuar discutindo para as próximas atribuições. Então, foi esse compromisso coletivo que os orientou, e aqueles que não foram contemplados nesse primeiro momento foram solidários com aqueles que se mostraram mais necessitados. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER diz que essas reuniões foram um exercício realmente de pensar na Universidade e não cada um pensar em seu próprio umbigo. Agradeceu no grupo da diretoria e agradece aqui, publicamente, essa maneira como o assunto foi abordado. Como bem falaram os diretores que o antecederam, pensaram como Universidade, e foram atendidas aquelas unidades que realmente estavam em uma situação crítica. Chegou a falar aqui de colapso praticamente, como no caso da FT, nos cursos de Transporte e de Telecomunicações, sendo que este último estava na iminência de ter disciplina sem nenhum docente para ministrar, e no curso de Telecomunicações com iminência de aposentadoria de uma professora que não tinha como ser reposta. Sem contar que, por exemplo, o curso de Engenharia de Telecomunicações possui somente 13 docentes, portanto é muita carga horária, ninguém pode sair para fazer absolutamente nada, ninguém pode se afastar. Destaca a sensibilidade dos diretores de priorizar os casos mais críticos, mesmo deixando de defender seus interesses. Pensaram realmente na Universidade como um todo, algo que o senhor Reitor tanto os chama a fazer. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que o IE também não foi contemplado, e destaca que foi uma oportunidade rara nesse tipo de discussão de diretores em que foi exercido esse espírito institucional de pensar na Universidade como um todo e contemplar aqueles casos escandalosamente mais complicados, mais demandantes. É uma oportunidade que vem depois de todas as unidades terem algumas vagas, e também o número limitado, que muitas vezes nas discussões a expressão foi “é um número finito e pequeno”, uma vaga para cada unidade daria um pouco mais do que isso, não vai fazer muita diferença, mas seis vagas para FCM, seis vagas para FCA, acha que faz diferença. Então registra esse momento de consenso e pensamento mais geral institucional que permitiu isso, sem contar a questão que o conselheiro Bruno comentou aqui, do bloco de 120, com 90 livres, as outras são para deficientes e cotistas étnico-raciais. Os critérios vão ser pensados, mas é um bloco fechado, e reforça que fizeram um exercício de tentar corrigir no ponto algumas das gritantes diferenças atuais. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que foi uma discussão bastante madura do grupo de diretores, vários diretores abriram mão e tiveram de justificar perante a congregação por que motivo não estavam com nenhuma vaga naquele momento. O grupo também se dispôs a fazer um plano técnico, basicamente, de uma reposição

e seguindo algumas diretrizes necessárias para Universidade para reposição futura. Agradece a participação de todos e o entendimento sobre esse assunto naquele momento. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que o caso do IEL entrou posteriormente; houve um conjunto de reuniões e na última reunião em que foram decididos, a partir dessas reuniões, os critérios finais e a distribuição das vagas, não pôde estar presente, mas depois procurou os colegas. Publicamente agradece, porque um dos critérios foi olhar áreas que estavam em uma situação muito complicada, e o IEL, apesar de estar com uma quantidade grande de aposentadorias, tem uma área especificamente em que estão com grande problema, porque o único professor da área, que é a área de línguas indígenas, se aposentou. Ele se aposentou três semanas antes de mudar a regra; teriam a reposição automática dele, mas não tiveram justamente porque ele se aposentou um pouco antes. Levou esse caso aos colegas, que entenderam a situação, e por isso agradece. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA felicita diretores e diretoras que participaram desse processo decisório, que sabe que deve ter sido muito difícil. Eles tinham a solução fácil e cretina no bolso de uma para cada e resistiram a essa tendência, e acha que isso é uma lição muito importante para a Universidade como um todo, que o equânime não é o igual para todos. Então, pensar bem em como usar recursos poucos é uma lição essencial para qualquer administração, mas especialmente para a administração pública. Então, claro que existe a dificuldade para a Administração Central decidir ela mesma tratar diferente, e também merece os parabéns por ter passado a decisão adiante, mas precisam saber mais vezes usar essa solução que não é o igual para todos que é o melhor para a coletividade. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que fala também como diretor de unidade não contemplada por uma dessas vagas, e ressalta que de fato as três reuniões foram bastante produtivas. Realmente existem unidades em situações muito complicadas, não é um fato somente na Unicamp, tanto que a atual greve na USP é motivada pela falta de professores em algumas unidades. A Unicamp não está nesse ponto, ela está conseguindo repor, mas a situação pode escalar bastante. Possuíam 27 vagas e acha que fizeram um bom trabalho conseguindo contemplar essas unidades, com base em indicadores. Agradece publicamente às professoras Mônica e a Milena da FCA, que trabalharam nessas planilhas, e mesmo não havendo consenso de qual indicador era mais importante, conseguiram chegar a uma solução. Se tivessem 200 vagas para dividir, teriam conseguido usar um algoritmo misturado com um pouco de bom senso para evitar a divisão em partes iguais. Entende a postura da Reitoria, porque politicamente é muito complicado distribuir usando qualquer argumento que não seja dividir por N, mas faz um apelo para que nas próximas distribuições exista um critério. Sabe que vai gerar questionamento sobre por que uma unidade ganhou sete e outra ganhou duas, por exemplo, mas academicamente devem saber justificar isso. Isso funcionou bem na distribuição de bolsa de pós-doutorado que a PRPG fez; havia um critério, separou em três grupos de unidades, com oito, sete e seis, não foi igual, ninguém ficou muito prejudicado, mas houve um critério que não era dividir igualmente. Até entende que em uma situação desesperadora, dar uma vaga para cada unidade resolve um pouco a situação, mas é longe do ideal. Então, acha que os diretores fizeram o dever de casa, mas as Reitorias deveriam pensar

1 um pouco em ter indicadores mais bem calibrados para fazer a distribuição de vagas, pelo
 2 menos quando estiverem com um pacote grande de vagas, como esperam ter em breve. O
 3 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a distribuição das 170 vagas anteriores não foi
 4 equânime. Utilizaram três critérios e deixaram um quarto em aberto para que os diretores
 5 apresentassem. As unidades são muito diferentes, sabiam que isso não era suficiente porque há
 6 unidades novas que não têm aposentadorias, então criaram um segundo critério e fizeram o
 7 número de docentes por alunos também. Mas é lógico que novos critérios, como esses em que
 8 os diretores trabalharam, são muito bem-vindos, mas não houve essa distribuição por igual nas
 9 170 vagas anteriores. O MAGNÍFICO REITOR agradece aos diretores, porque, obviamente,
 10 eles fizeram o mais difícil; se houvesse muita vaga, era muito mais fácil. Então, ter pouca vaga
 11 e conseguir chegar ao entendimento é uma coisa muito positiva. Acha que talvez o que devam
 12 aprender disso tudo é fazer uma ida e vinda entre a PRDU e os diretores nos próximos
 13 processos, porque devem evitar colusões também, que um grupo de diretores se associe de
 14 repente. Então, só para ter algum contraponto, mas considera essencialmente positivo esse
 15 procedimento, porque negociar é sempre bom, achar uma solução que seja aceitável para a
 16 grande maioria, e nesse contexto o importante, como vários aqui destacaram, é ter uma visão
 17 geral da Universidade. Então, há um aprendizado de que talvez na próxima distribuição tenham
 18 de fazer isso conjuntamente, preparando, na medida do possível, uma proposta única que possa
 19 ser submetida às câmaras. Agradece aos diretores, porque sabe que não é fácil chegar na unidade
 20 e falar que o número de vagas dela é zero, que farão um concurso para não contratar ninguém.
 21 O Conselheiro ANDERSON DE SOUZA SANT'ANA diz, complementando o ponto que o
 22 professor Ricardo colocou e o professor Fernando também comentou, sobre os critérios que
 23 foram usados para distribuir as vagas, uma sugestão é que olhem um pouco também para o
 24 Anuário Estatístico da Unicamp e avaliem a distribuição das vagas, também com relação ao
 25 desempenho, com relação a ensino, pesquisa e extensão, e com isso tenham uma visão um
 26 pouco mais global das atividades que são importantes para a Universidade. Talvez estejam
 27 pensando majoritariamente em ensino, acha que precisam olhar um pouco também para a
 28 questão da pesquisa e da extensão, pois as unidades têm uma certa distorção com relação a um
 29 peso maior em uma unidade para pesquisa, para extensão etc. Então acha que isso vai auxiliar
 30 nessa discussão. O MAGNÍFICO REITOR diz que tem uma etapa que talvez seja interessante
 31 não deixar muito para frente, continuar esse processo de negociação prévia. Acha que a próxima
 32 distribuição será mais fácil, mas é interessante que, aproveitando essas experiências, haja
 33 critérios que sejam, de alguma forma, previamente combinados, às vezes até melhor antes de
 34 saberem o número exato do que será distribuído. O conselheiro Bruno levantou a questão da
 35 possibilidade de aplicar cotas, e observa que duas unidades teriam possibilidade de fazer isso,
 36 a FCA e a FCM, se usarem o critério de 20% das vagas. Seria interessante se pudessem aplicar
 37 um piloto, e esta seria a oportunidade de fazer um piloto em duas unidades, seria uma forma de
 38 fazer um teste e verificar se por trás da ideia há alguma vinculação com a realidade, com a
 39 possibilidade de ir mudando um pouco o quadro docente futuro em função da diversidade.
 40 A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que em sua primeira fala não quis entrar nesse

1 mérito, porque era só um esclarecimento sobre o ponto em pauta, mas relata que na terceira
2 reunião tiveram a ideia de fazer um questionário, porque as unidades são muito diferentes, com
3 vários indicadores, pediram ajuda da professora Maria Luiza e do Escritório de Dados, a quem
4 agradece a colaboração. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que até o final da
5 semana enviam os resultados, e lembra que a CGU também participou dessa divisão das vagas
6 e toda a tramitação foi feita na CVD também, não só fora dela. A Conselheira MÔNICA
7 ALONSO COTTA diz que a ideia é se conhecerem, para poderem fazer uma proposição de
8 ideias que ajudem a CGU e a PRDU, os órgãos que fazem essa distribuição, a ter essa clareza.
9 Não há clareza hoje de quais são os indicadores mais importantes, como o professor Anderson
10 falou, como contabilizam a pesquisa, a extensão, todas as atividades que um docente exerce
11 dentro da Universidade e como isso se distribui dentro das unidades. Estão fazendo isso para se
12 conhecer também, e chegaram à conclusão de que talvez não haja um critério único, precisam
13 dividir em algumas áreas que tenham unidades afins para que possam convergir para algo que
14 não fique justamente no critério de uma vaga para cada unidade, porque não chegam em lugar
15 nenhum assim. Isso é uma expectativa ainda, porque ainda precisam trabalhar em cima disso.
16 O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que a FCA não tem problema nenhum em
17 levar essa questão de fazer um concurso para cotas, pode levar para a comunidade para que ela
18 possa distribuir essas vagas para contemplar a cota. Só tem uma dúvida: em uma reunião
19 anterior do Consu, discutiam sobre aquelas 120 vagas, das quais um percentual seria para cotas.
20 E alguém naquela reunião disse que era muito difícil aplicar a cota porque normalmente o
21 concurso era feito para uma única vaga. Então, fica em dúvida, no momento de distribuir as
22 vagas, a FCA tem seis cursos, e quando distribuem as vagas para os cursos e núcleos, acaba
23 sendo concurso para uma única vaga. E então não sabe como isso pode ser feito, mas não tem
24 problema nenhum de levar isso para comunidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta
25 era que 20% das vagas fosse por cotas, que seriam preestabelecidas, então só poderiam
26 concorrer candidatos que atendessem ao critério étnico-racial. Esses concursos seriam
27 diferentes dos demais porque eles seriam genéricos, ou seja, é como se a FCA fizesse um
28 concurso em que a pessoa poderia trabalhar em qualquer área da Faculdade. A dificuldade é a
29 banca e a montagem do processo de avaliação, mas o objetivo seria que houvesse vários
30 candidatos, por exemplo, pretos e pardos que pudessem concorrer a uma vaga genérica nas
31 diferentes áreas. Os experimentos de fazer isso em algumas universidades federais acabaram
32 resultando na contratação de pessoas que não eram as primeiras colocadas. Se fazem um
33 concurso e querem garantir a entrada de participantes, há essa dificuldade, porque normalmente
34 o concurso está associado a uma única vaga. Se trabalharem com a ideia de unidades que têm
35 algo em torno de cinco vagas, uma poderia ser separada para um concurso desse tipo. Mas
36 pergunta como garantem que vai haver uma inscrição em uma área muito específica. Então é
37 difícil a ideia, que fosse, por exemplo, um concurso em Matemática no Imecc, ou no IQ, e com
38 isso teria de ser formatado um concurso que permitiria uma pessoa que trabalha com ensino de
39 química, química orgânica, mecânica, físico-química, trabalhasse com várias áreas de
40 conhecimento. Infelizmente, não conseguiram progredir por causa desse problema das vagas,

que esperavam que já estivesse resolvido. Há uma oportunidade aqui, isso obviamente afetaria a FCM e FCA, mas haveria uma possibilidade de verem se aquela proposta faz sentido, testando em uma escala pequena. Uma proposta que, se der certo, daria daqui para frente essa possibilidade sempre acompanhando os processos de concursos. Ela vai gerar polêmica em várias instâncias, mas pode ser uma boa solução. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que ocorrerá congregação da FCM na sexta-feira e vai levar essa proposta. A dificuldade lá é a mesma da FCA, porque existem algumas áreas específicas, provavelmente nenhuma área vai levar mais do que uma vaga. Será uma vaga, por exemplo, para Cirurgia, uma vaga para Clínica e assim por diante, então, mas vai levar essa proposta para ser discutida na congregação. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que essa discussão já foi tocada quando veio o assunto sobre o grande concurso para 120 vagas e como fariam a cota. Isso não progrediu, porque não sabem o que vai acontecer com as vagas, mas essa discussão foi desdobrada na discussão do edital para os pós-doutorandos. E é esse edital de pós-doutorado que sugere que seja utilizado para fazer esse piloto. No IFCH, por exemplo, resolveram fazer o uso deste edital por departamento, porque cada um tem a sua área. Então, precisam testar um pouco o que é apresentar a proposta de inscrição de pós-doutorandos com cotas étnico-raciais: quem são esses candidatos, se são muitos candidatos, qual a real demanda que possuem, até para imaginar um concurso. Pode haver áreas com uma demanda enorme de candidatos pretos, por exemplo, ou indígenas e pode haver áreas tão específicas como essas que o professor Coy mencionou, em que é difícil imaginar que haverá um candidato já de imediato no concurso para docente. A Unicamp tem um atraso enorme com relação a essa questão, mas sugere que façam do teste dos editais de pós-doutorado um quase piloto, para entender como um concurso seria comparado a isso. Não existe piloto com uma vaga, é preciso fazer o piloto dentro de um outro universo, caso contrário não testam o que está acontecendo. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que se no pós-doutorado não aparecer nenhum candidato cotista, a vaga fica lá e vão colocar uma pessoa que não seja cotista. Relata que há 32 anos trabalha na Faculdade de Educação Física e este ano foi a primeira vez que participou de uma banca composta por uma professora negra. Então, não é tão simples assim. Entendeu que cada unidade vai receber uma vaga de cota para fazer concurso, mas pergunta o que acontece se não houver nenhum candidato. O MAGNÍFICO REITOR diz à professora Silvia que isso foi colocado no Expediente do Consu de março de 2023, lá existe uma proposta. Vai parar a discussão por aqui, até porque aquilo era expediente do Consu, e se forem aplicar isso, teriam de aprovar antes. Foram levantadas várias questões, ele colocou que haveria possibilidade de testar, a professora Rachel fez uma observação de que talvez o universo precisasse ser maior, então devem refletir um pouco. Em relação à pergunta da professora Silvia, a norma que consta do Expediente do Consu de março de 2023 tem uma resposta, então basta verificar. Foi lembrado pela doutora Fernanda que mesmo o piloto tem de ser aprovado pelo Consu; às vezes possuem uma ansiedade de enfrentar a questão, mas existe um ritmo que tem de ser considerado, que não podem atropelar. Não havendo mais observações, submete à votação a distribuição de vagas, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 08 – Proc. nº

01-P-5646/2008 –, que trata de proposta de deliberação Consu que disciplina a forma de identificação da Universidade, revogando a Deliberação Consu-A-07/08. O item foi destacado pelo professor Francisco Rodrigues. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES sugere, no intuito de verem a Universidade no seu todo, que o artigo 2 mencione também os colégios técnicos, visto que eles fazem publicações, tanto por parte dos docentes, quanto servidores Paepe, quanto alunos, e acha que essa norma também se referiria. Ou podem tirar o que está entre parêntesis e deixar apenas “unidade acadêmica”. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz que o professor Francisco tem toda razão; o assunto foi bastante discutido na Comissão Central de Pesquisa e aprovado por unanimidade, mas ninguém teve a fineza de olhar, de corrigir. Sugere que se mantenha o que está em parêntesis e que se incluam os colégios, até para reforçar. Pede desculpas pelo lapso. O MAGNÍFICO REITOR diz que a questão da inclusão é uma coisa problemática; costumam esquecer coisas que não deveriam esquecer, e se penitenciam em relação a isso. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que não tem necessidade, são coisas que acontecem mesmo. Estão aqui para lembrar. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA sugere uma pequena mudança na palavra “Unicamp”, de tirar tudo maiúsculo e deixar só a primeira letra maiúscula, seguindo a regra das siglas: quando ela tem mais de três letras e é pronunciada como uma palavra, só a primeira letra é maiúscula. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz que o que foi aprovado na CCP é que a partir de agora UNICAMP seja grafada inteiramente em maiúsculas. O MAGNÍFICO REITOR sugere que deixe assim e eventualmente o professor Petrilson fala com o representante do IEL na CCP, para alguma mudança futura. Vai então só colocar a questão dos colégios técnicos e essa questão da sigla pode ser resolvida em algum outro momento. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, com a inclusão de colégios técnicos na região entre parêntesis do artigo 2º da norma, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-13090/2022 –, que trata de proposta de deliberação que altera os artigos 45 e 46 dos Estatutos da Unicamp, os artigos 80 e 81 do Regimento Geral da Unicamp e os artigos 1º, 3º e 4º do Regimento Interno do Conselho Universitário – a) Estatutos: Alterados os incisos VII, VIII, X e XI do art. 45, incluído o item 3 ao seu § 4º e alterados o inciso II e § 3º do art. 46. b) Regimento Geral: Alterados os incisos VII, VIII, X e XI do art. 80, incluído o item 3 ao seu § 4º e alterados o inciso II e § 3º do art. 81. c) Regimento Interno do Consu: Alterados os incisos VII, VIII, X e XI do art. 1º, incluído o item 3 ao seu § 4º, alterados o inciso X e o parágrafo único do art. 3º, incluído o inciso XI ao art. 3º e alterados os incisos VIII e X e § 1º do art. 4º. O item necessita de 2/3 dos votos para aprovação. Vai passar a palavra à professora Rachel Meneguello, lembrando que há algum tempo informou que solicitaria à professora Rachel olhar para as propostas de alteração do Consu e pensar em alguma solução que de alguma forma tentasse contemplar as propostas que tinham saído de iniciativas anteriores. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que há cerca de oito anos esteve à frente da revisão dos Estatutos. Então, boa parte dessas discussões de composição do Consu e outras questões já estão na sua cabeça faz tempo, não desenvolvidas, mas certamente elas são

1 conhecidas. E veio a solicitação da Reitoria para que desse uma olhada e fizesse uma arrumação
2 nessas propostas. Foi nomeado pelo Reitor em 2020 um GT cujo relatório passou aqui no
3 Expediente, um GT que propõe uma composição alterada do Conselho Universitário, e também
4 há a proposta do conselheiro Matheus Albino, representante discente da pós-graduação, que faz
5 a sugestão de inclusão de assentos, tanto na bancada discente como na de servidores não
6 docentes. Os conselheiros conhecem a proposta, e lembra que foi sob a égide da ideia de que
7 não deveriam reduzir as bancadas, porque parte da proposta do GT se baseava em reduzir a
8 bancada dos docentes, principalmente. E foi com essa preocupação de que não devem reduzir
9 bancadas de representação política da Universidade, sobretudo em uma câmara como esta, que
10 representa toda a comunidade, que trata dos problemas acadêmicos, administrativos e de
11 funcionamento, que buscou uma solução, tentando dar conta das duas propostas que já estavam
12 aqui colocadas. Em linhas gerais, não há grande discordância, a proposta que a Reitoria
13 apresenta vai na mesma direção do GT anterior e da proposta do conselheiro Matheus, mas faz
14 algumas observações: a proposta aumenta o Consu de 77 para 80 membros. Havia uma
15 preocupação de redução da proposta anterior, mas nesta proposta não podem reduzir, precisam
16 ampliar, então foi de 77 para 80. Na representação discente, contemplam as duas propostas já
17 existentes e propõem a adição de um assento para a bancada discente de pós-graduação. Na
18 representação de servidores não docentes, também acompanham a proposta do GT de 2020 e a
19 do conselheiro Matheus Albino de ampliar a bancada de servidores. Fazem uma pequena
20 alteração, mas também reconhecem a necessidade de representar a carreira dos pesquisadores.
21 A proposta sugeria a adição de um assento por representante da carreira para representação da
22 carreira Pq, escolhido por seus pares, também o seu suplente, e também propõem a adição de
23 um assento para representante da carreira de servidores Paepe. Mantiveram a representação
24 externa, para a qual havia uma proposta de redução de cinco para três, e a justificativa é que
25 não consideram devido reduzir a bancada que os coloca em diálogo com a sociedade, com a
26 prefeitura e com o próprio governo do estado, do qual dependem, além da Fapesp, do Dieese,
27 da Fiesp. Sobre a representação docente, não mexeram em nada, ela fica como está, e na
28 representação do HC fizeram uma complementação: ela fica mantida com a superintendência
29 do HC, mas ela nunca teve um suplente. Hoje, se a professora Elaine faltar, ninguém vai
30 substituí-la, por isso estão propondo a suplência, definida segundo o seguinte procedimento:
31 entre os diretores dos órgãos da Saúde, que no artigo 9º dos Estatutos são Caism, Hemocentro
32 e Gastrocentro com o mandato em rodízio a cada ano, com a sequência já definida nessa ordem.
33 Então, a suplência eventual na superintendência da HC seria um desses três diretores. Docentes
34 continuam com 56, mas adicionaram um suplente para representação do HC. Hoje a bancada
35 de pós-graduandos é de quatro, iria para cinco, hoje a bancada de servidores técnico-
36 administrativos é de sete e iria para oito, hoje não há representação de pesquisador, a proposta
37 traz uma representação, atualmente são 77 membros e iriam para 80. A preocupação
38 fundamental tanto do GT de 2020, quanto do conselheiro Matheus e dessa proposta é seguir as
39 definições da LDB, que estabelece que a representação docente dessas câmaras deliberativas é
40 de no mínimo 70%. Não é à toa que esse GT e o próprio conselheiro Matheus já se preocuparam

1 com isso anteriormente. Havia uma representação docente maior do que se colocava na própria
2 LDB; ela coloca o mínimo, mas não há necessidade de colocar 90% de docentes. Então,
3 quiseram manter os 70% e com isso chegam exatamente nessa contagem de 70% da
4 representação docente no Consu, que hoje é de aproximadamente 73%. E em cima dessa
5 distorção que tinham fizeram essa revisão, e outros colegas também fizeram suas propostas,
6 pensando todos nessa diminuição da distorção. Precisam primeiro mudar os Estatutos, mudar a
7 composição do Conselho Universitário e em seguida seguem para o regimento do Conselho
8 Universitário, onde vão definir a distribuição da nova composição da Cepe e da CAD. O
9 Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que coordenou o GT de 2020 exatamente
10 com essa preocupação de acertar a composição do Consu para essa LDB e discutiram bastante,
11 viram muitas propostas de outros conselhos universitários pelo mundo afora e acharam que a
12 solução da Unicamp era muito robusta, que a composição representava bem não apenas todos
13 os setores, mas também representava as responsabilidades de maneira apropriada. Houve um
14 consenso no GT de que deveriam evitar aumentar a quantidade de membros do Consu, então
15 apresentaram duas propostas em que não aumentava, mas diminuía a quantidade da bancada de
16 docentes para atender, exatamente, os 70%. A diferença não é tão gritante assim e incluíram de
17 fato uma cadeira para pesquisadores e uma cadeira para alunos de pós-graduação. Não possui
18 nenhuma objeção que amadureçam a proposta, seu receio é que a cada preocupação aumentem
19 a composição. Isso parece uma entropia que tende sempre a aumentar, e a grande preocupação
20 de não aumentar é porque isso significa um pouco de diluição de responsabilidades. Às vezes,
21 alguns debates ficam prejudicados porque cada um tem uma quantidade muito limitada de
22 tempo para falar, exatamente porque tem muita gente para falar. Porém, há outros conselhos
23 universitários pelo mundo afora que são muito piores, chegando a ter mais de 500 pessoas.
24 Imaginam que não é uma reunião de um dia, então é exatamente uma coisa bem mais
25 complicada; sempre podem ver cenários piores, mas sempre estão tentando buscar cenários
26 mais apropriados. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI diz que pelo relato
27 do GT fica claro que é uma distribuição entre discentes graduandos e pós-graduandos, e a
28 proposta de deliberação aqui é para inclusão de um discente pós-graduando. Não encontrou na
29 proposta de alteração dos Estatutos, do Regimento, algo que defina essa distribuição exatamente
30 entre graduandos e pós-graduandos. Não sabe se isso consta em alguma outra regra que não foi
31 apresentada aqui, mas gostaria de tirar essa dúvida para ver se isso de alguma forma está
32 regimentado. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz, como membro do GT,
33 que havia uma preocupação, como o professor Samuel acabou de dizer, de não ampliar demais
34 por questões, inclusive, do tamanho da sala, dos assentos hoje, que agora voltando as reuniões
35 presenciais, pós-pandemia, viram como fica apertado, duração de sessões etc. Mas se esse
36 critério, na opinião mais do que autorizada da professora Rachel, se subordina ao critério de
37 não reduzir nenhuma representatividade, acata sem problemas, em seu nome pessoal, não do
38 GT. Só vai apontar três aspectos da experiência do GT que considera importante que fiquem
39 registrados, não exatamente para alterar a proposta, mas para serem levados em conta. O
40 professor Samuel já mencionou que a comparação com outros conselhos universitários no

1 Brasil e no exterior mostra que a composição do Consu da Unicamp é muito boa, não só do
2 ponto de vista da efetividade, do tamanho, da operacionalidade, mas também no aspecto
3 democrático e participativo. Em comparação com o da USP, por exemplo, o Conselho
4 Universitário da Unicamp é absolutamente mais acessível, e acha que a proposta corrige aquela
5 pequena distorção disso. Então, acha que esse é um ponto para valorizar na experiência da
6 Unicamp. Sobre a representação da Carreira Pq, foi o que acabou desequilibrando naquela
7 votação cuja proposta original era em conjunto, mas se pediu para separar a representação Pq
8 da representação dos diretores dos colégios e uma foi aprovada por dois terços e a outra não.
9 Acha que aquele foi um momento importante que acabou gerando essa necessidade de corrigir,
10 de pensar, e a proposta para os pesquisadores volta não exatamente como sendo o representante
11 o coordenador da Cocen, como estava na proposta original, mas sim como uma eleição, como
12 uma consulta entre os Pqs. Sobre a representação externa, longe do espírito do GT diminuir a
13 importância dela; o GT fez um estudo avaliando a participação dos representantes externos, ela
14 é historicamente baixa, mas pensaram que reduzir representação externa não faria sentido,
15 porque a Universidade se fecharia mais em si mesma, e não é essa a intenção. Mas há sugestões,
16 que podem ser levadas em conta para o futuro, inspiradas em outras experiências de conselhos
17 universitários, talvez a criação de outras instâncias consultivas, acessórias, que possam ter
18 representação externa até mais ampliada do que essas cinco que possuem agora, que são a
19 Prefeitura de Campinas, Fiesp, Dieese, Fapesp e Governo do Estado. Deixa registrada a reflexão
20 do GT sobre eventualmente outras formas de consultar, ouvir as demandas, as opiniões,
21 inclusive, por exemplo, a Prefeitura de Limeira e de Piracicaba. De toda forma, apoia a
22 proposta, acha que é uma boa síntese que vem em bom tempo. O MAGNÍFICO REITOR
23 observa que o coordenador da Cocen é atualmente um pesquisador, mas não necessariamente,
24 pode ser um professor também. Então, se colocam como representante da Carreira Pq o
25 coordenador da Cocen, poderão ter problema dependendo de quem está na coordenação, ao
26 passo que, elegendo um pesquisador, garantem a representação da categoria. O Conselheiro
27 MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que tem uma sugestão de alteração no artigo 46, inciso
28 II, que menciona que a composição é de oito representantes e cada uma das áreas deve ter pelo
29 menos um representante eleito, um da área hospitalar, um da área de Administração Central e
30 uma das unidades de ensino e pesquisa. Propõe que seja incluído um dos *campi* externo,
31 Piracicaba e Limeira. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO parabeniza o GT pelo trabalho, na
32 figura dos colegas que dele participaram, os professores Samuel e André e o acadêmico
33 Matheus, e também o acadêmico Matheus por ter encaminhado essa proposta, que foi
34 contemplada na síntese feita pela Reitoria e apresentada pela professora Rachel. Sabem como
35 essas questões mobilizam a comunidade, a professora Rachel lembrou aqui a tentativa de
36 revisão dos Estatutos, que vem de 2015, e como isso provocou muito debate. Possuem uma
37 grande dificuldade de olhar para as suas normas; o IFCH passou recentemente por uma revisão
38 do regimento de sua congregação e isso também mobilizou muito a comunidade do Instituto,
39 então considera um avanço chegar a uma proposta relativamente consensual, que visa
40 fundamentalmente integrar pessoas que estão excluídas do regimento hoje vigente e resolver

essas distorções dentro do que a legislação permite. Parabeniza pela proposta e manifesta seu apoio. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a sua dúvida é sobre a questão dos pesquisadores. Há locais em que eles são colocados como docente em votação de departamento, com peso de três quintos; sempre achou que era na categoria de técnico-administrativo, inclusive eles eram filiados ao sindicato, e pediram filiação à ADunicamp agora. Não sabe se há alguma alteração na legislação, se eles são considerados na soma dos 30% ou na soma dos 70%. É uma dúvida que possui, porque alguns locais têm dado peso nas eleições de chefe departamento, por exemplo, como sendo de três quintos. Então, não sabe, juridicamente, como isso é resolvido. A Doutora ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL diz que na parte da manhã deste Consu foi aprovada a reposição de contratação automática para várias carreiras, incluindo a Carreira Pq, e agradece ao professor Sarti por isso. Sobre a questão do assento Pq, não vai retomar aqui as falas anteriores, pois todos já sabem há quanto tempo isso tramita, desde a criação do grupo de trabalho, a cujos membros agradece por terem repensado essa composição, ao conselheiro Matheus Albino, que propôs a entrada em pauta, e também à Reitoria pela oportuna contraproposta que foi apresentada aqui pela professora Rachel. Estão diante de uma grande distorção, e agradece aqui o reconhecimento a essa categoria que até hoje está sub-representada em câmaras e conselhos. Esse é um equívoco institucional que pode ser reparado aqui hoje. Destaca que isso não é apenas no Consu, mas em outras câmaras importantes como a CAD, a Cepe, a CVD, na qual inclusive se decidem as contratações da vaga Pq. Um aspecto extremamente relevante é que se trata de uma carreira que não consta nos Estatutos da Unicamp e isso muitas vezes causa distorções. O artigo 4º dos Estatutos da Unicamp traz cargos e funções autárquicas subdivididas entre quadro docente, denominado QD Unicamp, e os cargos e funções técnico-administrativas que constituem o quadro técnico-administrativo QTA Unicamp. Então, acredita que isso precisa realmente ser reparado, é uma carreira que precisa ser inserida nos compêndios da Universidade, é uma carreira de cunho acadêmico e deve ser reconhecida enquanto tal. Acha que é fundamental esse direito a voz e voto. Aliás, como destacou o professor Samuel, esse GT partiu de uma demanda de inclusão do assento para a Cocen no Consu. Aliás, sexta-feira a Cocen completa 25 anos de sua criação aprovada no Consu, ela conta atualmente com cerca de mil servidores envolvidos nesse sistema dos centros e núcleos, possui o segundo maior orçamento extraorçamentário da Unicamp, mas infelizmente ela não tem voz e voto no Consu e em várias outras câmaras e comissões. Acha que a cadeira Pq é um começo, mas precisam realmente rever algumas distorções institucionais. Farão hoje a votação que prevê várias alterações, inclusive a inclusão dos pesquisadores Pq, o que é excelente, mas precisam ter em mente as consequências dessa omissão da carreira nos Estatutos, mesmo ela estando deliberada desde 2005. Devem inserir nas regras estatutárias a Carreira Pq, retificando a deliberação da instituição e também todas as alterações que vieram, assim como todos os atos praticados. Sugere que seja criado um grupo de trabalho que possa estudar esses ajustes e reparações por conta de uma omissão que considera tão histórica quanto censurável. Então, essa proposta que está sendo votada aqui hoje é reparadora, e destaca a importância de olharem com atenção essas condições de representação das carreiras, inclusive

1 a Pq. Precisam ter esse olhar atento para a LDB, como já foi citado aqui, e também na própria
2 análise da PG que acompanha a pauta. Finalmente espera, com essa possibilidade de
3 representação, que a carreira possa formalmente, institucionalmente, continuar colaborando,
4 potencializando sua participação em um ecossistema complexo que é esse que possuem na
5 Universidade. Mais uma vez agradece essa inclusão em pauta e espera que saiam daqui com
6 desfecho favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que vai na
7 direção da fala da doutora Ana Carolina, e reforça a necessidade de separar nos Estatutos essa
8 carreira, porque a partir disso haverá impactos em relação à representação nas câmaras, e dentro
9 das unidades, nessa relação que o senhor José Luis estava comentando agora. Acha que a
10 Unicamp é a única universidade no Brasil que possui a carreira de pesquisador, que existe nos
11 institutos de pesquisa, mas não existe em nenhuma universidade pública, muito menos nas
12 privadas. Precisam, a partir de agora, de fato reconhecer a sua existência, ela é composta
13 atualmente por 84 pessoas, portanto é uma carreira que precisa desse reconhecimento da
14 instituição. Não é possível que haja 84 pessoas dentro da Universidade que não tenham um
15 lugar específico, um papel específico dentro da Universidade, eles têm. Parabeniza o trabalho
16 do GT e da Reitoria por essa mudança necessária tanto nos Estatutos como na discussão da
17 representação no Consu. Acha muito importante que seja uma eleição dos pesquisadores e com
18 suplência. Agradece o trabalho do GT em relação a essa representação toda, e acha muito
19 positivo o princípio de não diminuição da bancada docente. Quando começou essa discussão,
20 ficou muito preocupada, porque é uma bancada que não está necessariamente relacionada à
21 Administração, ela tem um papel diferente dos outros agentes que estão aqui no Consu. Então
22 agradece e diz que devem seguir na direção de oficializar ao máximo a carreira dos
23 pesquisadores dentro da Universidade. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que
24 participou do grupo de trabalho do professor Samuel e foi um dos proponentes da pauta de hoje.
25 Como a professora Rachel já disse, são propostas de alteração do Regimento e dos Estatutos
26 para ampliar a representação discente e dos servidores técnico-administrativos, inclusive da
27 carreira de pesquisador, tanto no Conselho pleno, que foi o assunto do grupo de trabalho, quanto
28 nas câmaras do Conselho Universitário. Tiveram de ser muito pacientes para que esse assunto
29 fosse pautado; duas propostas de alteração do Conselho datam de março de 2021 e de maio de
30 2023, e a das câmaras, que apresentou, de março de 2022. Todas elas passaram pelos ritos,
31 agradece à professora Rachel a atenção também por ter incluído a proposta da Reitoria, fazendo
32 uma síntese desses trabalhos, e em respeito também ao grupo de que participou, achou que
33 poderia pedir a inclusão desse tema. Atualmente a composição das câmaras do Consu supera
34 75% de representação docente com a inclusão dos diretores dos colégios técnicos. O artigo 56
35 da LDB, parágrafo único, estabelece que: “Em qualquer caso, os docentes ocuparão 70% dos
36 assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e
37 modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”. É lógico que é
38 esperado que a lei dê aos docentes um percentual maior de votos, mas entendem que para
39 respeitar o princípio da gestão democrática, ele deve ter os 30% de participação de outros
40 segmentos da comunidade, inclusive da comunidade externa. A proposta corrige muito dessas

1 injustiças de sub-representação da maioria da comunidade Universitária, a ampliação do
2 representante dos pós-graduandos equilibra a representação discente entre graduação e pós-
3 graduação, dando cinco membros para cada um dos níveis da representação discente, e a
4 ampliação da bancada de servidores técnico-administrativos também garante que eles sejam
5 minimamente representados, inclusive nas decisões das câmaras, onde hoje eles se encontram
6 sub-representados. Alerta para o risco de um Conselho que não obedece aos princípios
7 estabelecidos na lei quanto à representação das demais categorias. Acha que isso pode inclusive
8 gerar questionamento formal das decisões das câmaras e do Conselho Universitário. A
9 discussão sobre a participação da comunidade externa pode ser aprofundada em outro
10 momento, mas acredita que a proposta foi equilibrada nesse sentido de manter a representação
11 externa nesse diálogo da Universidade com a sociedade civil, e nada impede que em breve faça
12 outra proposta, ampliando, inclusive, a representação externa, não necessariamente no Consu,
13 mas em outros fóruns em que eles possam ajudar também a administração da Universidade.
14 Sobre a representação dos pesquisadores, como a doutora Ana Carolina colocou, acha que é um
15 reconhecimento da importância dos centros e núcleos de pesquisa da Unicamp, do trabalho das
16 pesquisadoras e dos pesquisadores, e é um reconhecimento de um pleito justo de que eles
17 tenham a voz da categoria respeitada, a voz sendo de fato ouvida e participando dos processos
18 decisórios da Universidade. Portanto, solicita apoio a essa proposta. O Conselheiro CLÁUDIO
19 JOSÉ SERVATO parabeniza a gestão por colocar o assunto em pauta. Desde 2003 vem
20 participando das discussões desse tema, participou no passado de um GT sobre este assunto, no
21 qual estava presente a professora Ítala. Não obtiveram sucesso no aumento das bancadas na
22 ocasião, e não podem se esquecer que ocorreu o aumento da bancada dos docentes diretores
23 devido à criação da FCA, FEnf e FCF, por exemplo. Hoje esta gestão está tornando possível
24 que as bancadas possam ser aumentadas. Parabeniza o GT pelo trabalho realizado. O
25 Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que tem uma sugestão de texto em
26 relação aos artigos 45 e 46; quando se menciona a carreira de pesquisador no artigo 45, inciso
27 VII, fala-se em “nove representantes dos servidores não docentes, sendo um da carreira de
28 pesquisador”, isso depois é mencionado no artigo 46, que estabelece a necessidade de pelo
29 menos um representante eleito. E o novo texto fala: “excluindo-se a carreira de pesquisador”,
30 porque isso já está garantido no artigo 45. Pergunta se não poderiam só citar a necessidade de
31 ser obrigatoriamente um pesquisador no artigo 46. Então, ficaria um representante eleito, um
32 hospitalar, um da Administração Central, das unidades de ensino e pesquisa e colégios técnicos,
33 e um de pesquisador, melhorando o texto no artigo 45. E aproveita para dar apoio a proposta
34 do professor Márcio Torsoni. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS
35 parabeniza a professora Rachel, o conselheiro Matheus Albino e demais participantes desde os
36 GTs anteriores pelo trabalho feito. A representação em todas as câmaras do Consu sempre é
37 muito importante e a bancada Paepe tem discutido constantemente as sub-representações em
38 algumas câmaras, como na CAD, em que agora há uma pequena correção. O professor Márcio
39 Torsoni e o professor Flavio acabaram de citar duas possibilidades de alteração no artigo 46,
40 inciso II, e faz uma objeção aqui no seguinte critério: o servidor que concorre já de uma unidade

1 externa concorre com uma unidade de ensino e pesquisa, ele entraria já na concorrência, e
 2 limitar para ser um representante externo é um pouco complicado, até pelo número de votos;
 3 na última votação, a pessoa que foi mais votada estava em 19º. E quanto ao professor Flavio
 4 colocar como item 4 o Pq, eles poderiam ter dois representantes e fazer a distorção novamente,
 5 que é o que estão tentando corrigir agora. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO
 6 parabeniza o GT, a professora Rachel e especialmente o conselheiro Matheus Albino, que é um
 7 militante da causa da representação dos discentes. Devem se ater à Lei de Diretrizes e Bases da
 8 Educação Nacional de 1996, mas é muito importante que a Universidade faça essa escolha por
 9 uma representação mais oxigenada, colocando o mínimo de 70% de docentes, o que prevê a
 10 legislação, garantindo, portanto, uma representação bastante ampla do resto da comunidade,
 11 para além dos docentes. A respeito da representação da sociedade, é um tema muito interessante
 12 de colocarem em pauta, discutir, sabem que a Unicamp tem cada vez mais se colocado em
 13 abertura à sociedade como um todo, veem isso nas diretorias, nas pró-reitorias, mas é
 14 importante que pensem talvez em um fórum específico de conexão com a sociedade, algo para
 15 pensarem nos próximos momentos. Passa a palavra para a professora Silvia Gatti. A Professora
 16 MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que, se vão cuidar do passado, precisam lembrar do
 17 professor Raul Vinhas, que foi quem trouxe essa forma de composição para o Conselho
 18 Universitário da Unicamp. Nos anos 2000 isso foi uma discussão bastante intensa na
 19 Universidade, uma participação realmente efetiva na construção do que possuem hoje enquanto
 20 representação aqui no Conselho maior da Unicamp. Pergunta por que votar em apenas dois,
 21 pois acha que quanto mais ampliam a possibilidade de candidaturas, maior o debate, maior a
 22 possibilidade de novas proposições. Para a carreira seria o momento de o conjunto de
 23 pesquisadores trazer para o Conselho Universitário suas verdadeiras lideranças, o que considera
 24 importante. Sobre o ponto levantado pelo conselheiro José Luis, esclarece que depois de
 25 algumas revisões, alguns estudos cuidadosos, no âmbito interno, no âmbito do Andes,
 26 trouxeram os pesquisadores para se associar à ADUnicamp. Tem havido uma boa adesão, acha
 27 que ainda está baixa, precisariam fazer mais campanhas, mas a ADUnicamp quer representar o
 28 conjunto de pesquisadores. Acha que essa é uma questão que pode se ajustar depois com a
 29 revisão dos Estatutos, e lembra que o trabalho desenvolvido pela professora Rachel alguns anos
 30 atrás, com uma revisão dos Estatutos, teve uma participação inicial não muito grande, mas que
 31 depois se mostrou bastante expressiva de toda a comunidade. Sugere que periodicamente isso
 32 volte a ser trazido para o Consu naquilo que ainda não foi visto, trazendo o texto para os dias
 33 de hoje, e não apenas sob demandas específicas como é essa, para se ajustarem à LDB. Se fosse
 34 possível retomar, recolocar isso para a comunidade como um todo para que ela veja o que está
 35 posto como propostas de modificação e a partir daí a Reitoria ser a responsável por mais
 36 andamentos, por mais modificações, que foram muito estudadas anteriormente, com um
 37 trabalho hercúleo da comissão. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que tem uma
 38 certa preocupação com a proposta que o professor Márcio Torsoni fez, e solicita ajuda da
 39 professora Rachel e da Procuradoria Geral: na norma vigente, estão colocados sete titulares para
 40 a carreira Paepe. Precisam prestar muita atenção no que está colocado na norma e o porquê do

1 que está colocado na norma, o porquê de ter pelo menos um representante titular de cada uma
2 das áreas. Desse conjunto de sete, pelo menos um representante titular de cada uma das
3 áreas, área hospitalar, a Administração Central, unidades de ensino e pesquisa, colégios
4 técnicos e CEL. Isso porque precisam ver qual é o tamanho do colégio eleitoral; na área
5 hospitalar há quase 3.000 Paepes, portanto quase 3.000 eleitores, então é grande a chance de as
6 candidaturas da área hospitalar ficarem em primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto
7 lugar. Na Administração Central é menor, mas precisam garantir uma vaga para a
8 Administração Central independentemente do número de votos sequencial, porque a chance de
9 conseguir mais voto na área hospitalar é maior. Para as unidades de ensino e pesquisa, como o
10 colégio eleitoral é muito menor, há chance de não conseguir nenhuma vaga se não há isso
11 colocado na regra. Portanto, pode ter um entre os sete titulares garantindo uma vaga no Consu,
12 independentemente da quantidade de votos sequenciais ele pode ser eleito com uma quantidade
13 muito menor de votos do que um candidato da área hospitalar. É por isso que tem colocada essa
14 garantia de uma vaga para cada uma das áreas, para garantir a representatividade de todas as
15 áreas da Universidade. Devem analisar e prestar atenção no tamanho do colégio eleitoral, pois
16 só vota para a eleição de representante Paepe funcionário Paepe/Unicamp, de modo que na FCA
17 existem 54 funcionários Paepe, na FT 38 e na FOP 102. Se seu entendimento estiver correto,
18 se colocam na regra a garantia de uma vaga na norma como foi apresentado na proposta, isso
19 terá consequência, analisando o tamanho do colégio eleitoral e a possibilidade de voto, de modo
20 que se manifesta contrário à mudança da redação da forma como foi feita a proposta pelo
21 professor Márcio Torsoni. Podem ter um representante eleito da FCA, da FT, mas ele precisa
22 ter voto aqui em Campinas, porque lá ele não terá voto suficiente, então ele precisa fazer
23 parceria com quem está aqui. Não considera razoável colocar essa garantia da vaga na norma,
24 pois a norma já garante a vaga lá. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que
25 entende a colocação do conselheiro Adilton, entendeu isso que está no documento, entendeu a
26 fala do conselheiro Matheus também, mas a questão é que um determinado grupo de pessoas,
27 que é minoria, tem de ser representado e a questão que está colocando é que os funcionários
28 dos *campi* externos têm algumas particularidades na atividade deles que aqui não existem.
29 Mesmo se todos os funcionários da FCA votarem no mesmo candidato, ele não vai ser eleito, e
30 a circulação dos funcionários Paepe aqui em Campinas é muito menor, é óbvio. Para eles virem
31 para cá, fazer um curso, por exemplo, eles levam uma hora para vir, uma hora para voltar, então
32 obviamente que todos os conhecem muito menos, mas eles representam uma subcategoria
33 dentro dos Paepe que precisa ser representada dentro do Consu. Por exemplo, no início desta
34 gestão, várias vezes comentou com o professor Antonio José que muito do que era feito dentro
35 da Unicamp aqui de política ou para funcionário, ou para docente, como a assistência do Cecom,
36 muitas vezes saía comunicado e esse comunicado não incluía Limeira e Piracicaba. Era uma
37 assistência aos alunos e esqueciam das unidades de Limeira e Piracicaba. Às vezes, como o
38 professor Francisco levantou no seu destaque, acontecem lapsos, mas nas unidades externas a
39 atividade dos funcionários tem algumas particularidades. A mesma coisa acontece com os
40 docentes, mas aqui o assunto são funcionários. Entende o que o conselheiro Adilton comentou,

1 mas se levarem isso em consideração, nunca terão um candidato eleito dos *campi* externo, que
2 traga essas particularidades e garanta uma representatividade aqui. A Conselheira RACHEL
3 MENEGHELLO diz que acompanha o conselheiro Adilton, porque na argumentação do
4 professor Márcio há duas questões diferentes, o professor Flavio compartilha, mas na fala do
5 professor Márcio isso ficou bem evidente. Uma coisa é a cobrança de um descuido relativo a
6 um comunicado, o fato de que a distância atrapalha o funcionamento, são questões muito
7 legítimas, mas acha que se tem buscado dar conta disso, inclusive hoje quando discutiram a
8 criação da Deape isso ficou muito claro, há coisas que já estão acontecendo em Limeira e
9 Piracicaba. São questões administrativas que não podem ser perdidas de vista, e acha que os
10 *campi* de Limeira e Piracicaba têm toda razão em cobrar. Porque ou se consideram um conjunto
11 de três *campus*, portanto uma universidade inteira com esses *campi* funcionando, ou o
12 funcionamento da Universidade têm prejuízo. Outra coisa é a questão da representação política
13 e da composição do Conselho Universitário, e a proposta colocada pelo professor Márcio
14 colocada nessa regra causa uma distorção que é a seguinte: as unidades de ensino e pesquisa
15 estão no ponto 3; ao fazer essa proposta, o professor Márcio está segmentando as unidades de
16 ensino, pesquisa e extensão entre Limeira, Piracicaba e Campinas. Além disso, e que é até mais
17 problemático, é que estarão aqui com essa proposta causando a segmentação dos *campi* da
18 Unicamp. Com isso haveria uma representação proporcional, ou qualquer que seja a palavra,
19 que se referirá a Limeira e Piracicaba e outra que será de Campinas. Sabe que não há nenhuma
20 motivação separatista na proposta do professor Márcio, mas uma proposta de representação
21 nessa direção provoca essa segmentação da estrutura da Universidade, seja no terreno das
22 unidades de ensino, seja dos próprios *campi* espalhados. Seu argumento aqui é político, mas o
23 Consu é isso, e acompanha a argumentação do conselheiro Adilton. Outra questão importante
24 é falar sobre os pesquisadores; a doutora Ana Carolina disse que essa reforma é reparadora, mas
25 acha que essa reforma ainda não é reparadora da questão dos pesquisadores. Ela é só um
26 começo, mas não é reparadora, porque essa reparação teria sido feita na reforma dos Estatutos,
27 e a professora Silvia tem razão ao lembrar disso. Reparador para essa carreira é primeiro tê-la
28 incluída nos Estatutos, coisa que a reforma trazia, inclusive como ela deveria ser gerida, que
29 seria a CAD. Ao longo desse tempo, houve a formalização da carreira, mas qualquer mudança
30 que ela devesse ter, qualquer alteração ou atualização não existe como tal. Então, se ela não
31 existe como tal, a reparação começa ali. Ninguém deu conta de dar sequência para aquela
32 reforma, então existe uma reclamação de fundo que é essa que hoje estão tentando resolver, da
33 representação política da Carreira de Pesquisador. Ela nem está nos Estatutos, mas há 84
34 pessoas trabalhando nessa nova carreira, que, aliás, é a única do país, a professora Anna Bentes
35 tem razão, e não conseguiram dar conta do seu papel real na Universidade. Acharam em algum
36 momento que a votação por uma cadeira para a Cocen no Consu daria conta de tudo; ela daria
37 conta só de um papel administrativo, mas a representação da carreira em si nem estaria lá. Acha
38 que estão fazendo uma mudança muito importante aqui que é de inclusão, sim, de um assento
39 para os pesquisadores, depois vai até falar da proporção de representação de cada uma das
40 categorias que estão colocadas aqui. Com isso também responde um pouco a observação do

1 conselheiro José Luis sobre a questão de que em alguns lugares os pesquisadores têm o
2 reconhecimento como docentes, em outros não, esses reconhecimentos ocorrem, eles não são
3 exatamente regulares, eles são da vontade do funcionamento daquelas unidades de ensino,
4 pesquisa e extensão. Isso é uma coisa polêmica, conversa muito com pesquisadores, tem uma
5 relação de décadas com núcleos de pesquisa, e muitos não querem essa equiparação com
6 docente, outros têm dúvidas. Mas o fato é que a carreira existe como tal, então acha que essa é
7 uma discussão importante e juridicamente isso só vai se resolver primeiro colocando a carreira
8 nos Estatutos. Esse é o ponto 1 de quem for fazer esse esforço, e a professora Silvia Gatti
9 lembrou que esta gestão pode agora retomar a reforma, é possível que se coloque na agenda,
10 mas também lembra que qualquer membro deste Conselho Universitário pode solicitar à
11 Secretaria Geral a inclusão em pauta desse assunto da Carreira de Pesquisador. O conselheiro
12 Matheus Albino é o grande exemplo, sempre trazendo uma demanda para este Conselho. O
13 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que não é contra do jeito que está, mas essa
14 diferença pode decidir uma eleição para Reitor, 84 pessoas a peso de três quintos ou a peso de
15 um quinto, porque há lugares em que eles pesam três quintos na hora de votar e outros em que
16 eles pesam um quinto, como funcionários. Se isso não ficar definido aqui, pode ser usado de
17 alguma maneira diferente, dependendo do que pode acontecer. A Conselheira RACHEL
18 MENEGUELLO diz que essa é outra discussão. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se alguma
19 vez os pesquisadores votaram com três quintos na consulta para Reitor. A Conselheira
20 RACHEL MENEGUELLO responde que não. O MAGNÍFICO REITOR diz que devem evitar
21 confundir uma coisa com a outra. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que se eles
22 estão colocados nos 30%, então tudo bem, está esclarecido para ele. A Conselheira RACHEL
23 MENEGUELLO diz que essa é uma discussão também política que só poderá ocorrer na
24 medida em que os pesquisadores estiverem de fato nos Estatutos. Então se no futuro alguém
25 quiser discutir qual é o peso do voto, isso pode ser feito em outro momento. O pesquisador não
26 é um membro da Carreira MS, e a professora Silvia Gatti começou sua exposição mencionando
27 que os pesquisadores já estão se associando à ADunicamp. Isso não transforma ninguém em
28 docente, é uma coisa da associação. Então precisam ter cuidado com essa questão porque estão
29 falando de coisas muito diferentes, politicamente diferentes, e na composição do Consu de
30 forma administrativa até. Considera muito boa a ideia que a professora Silvia Gatti colocou de
31 ter novamente a pauta da reforma aqui no Conselho Universitário, porque muita coisa está lá
32 ainda a ser votada pelo Consu, dada a estratégia adotada na época, mas uma das coisas que não
33 se cansa de lembrar é o fato de que os Estatutos da Unicamp até hoje não têm a liberdade de
34 cátedra como um princípio no seu texto. Isso é um absurdo, mas esse absurdo já foi dito
35 inúmeras vezes aqui no Consu. Sobre a questão da representação externa, acompanha o que o
36 professor André falou sobre a questão dos representantes externos, havia uma motivação ali de
37 não deixar aumentar muito o tamanho do Consu, então talvez aquele fosse o segmento a ser
38 diminuído. Como já mencionou, a ideia é não diminuir representações políticas, e no caso dos
39 representantes externos eles são o diálogo da Unicamp com a sociedade; no GT da reforma dos
40 Estatutos fizeram uma longa discussão sobre isso, até para discutir se essa é a representação

1 mais adequada. Também pensaram em como fazer os *campi* de Limeira e de Piracicaba serem
2 representados. Então, essa é uma outra equação que podem vir a resolver na proposta que foi
3 feita aqui pelo próprio professor André e que depois o conselheiro Matheus reforçou sobre a
4 composição das câmaras em que esses representantes estejam presentes. Conforme dados do S-
5 Integra e da DAC, hoje são 1.935 docentes, e se contabilizarem apenas os 22 que são das
6 bancadas docentes, possuem uma proporção de 1 para 88. Se contabilizarem todos os docentes
7 do Consu que têm a ver com essa bancada aqui, com representantes da Reitoria, que não são
8 eleitos, essa proporção vai para 1,35. Servidores técnico-administrativos são 6.524, agora na
9 proposta com oito assentos, e isso significa 1 para 815. Pesquisadores, vai ser 1 para 84. Alunos
10 de graduação, segundo os dados da DAC, são 18.174, com cinco cadeiras, portanto 1 para 3.634,
11 e alunos de pós-graduação, que são 12.793, com cinco cadeiras fica 1 para 2.558. O Conselheiro
12 MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que se convenceu pela fala da professora Rachel, acha
13 que não passaria, então retira a proposta que havia feito. O MAGNÍFICO REITOR diz que é
14 preciso fazer campanha conjunta, mas isso serve para qualquer unidade, é muito difícil a pessoa
15 se eleger por uma única unidade. Ela tem de penetrar nas outras unidades, e obviamente, para
16 quem é de um *campus* externo, a dificuldade fica maior, isso não há dúvida. Mas mesmo os
17 representantes de colégios técnicos, por exemplo, têm dificuldades, se eles não penetrarem em
18 outras áreas, eles têm dificuldade de se elegerem. Talvez o único lugar onde não exista essa
19 dificuldade é a área de Saúde, no caso dos representantes Paepe, por causa do porte. Está sendo
20 discutido se devem mudar a representação na Câmara Federal, porque São Paulo está sempre
21 sub-representado, então precisam tomar um certo cuidado, porque senão podem querer garantir
22 a representação dos vários locais e acabam não fazendo a representação no sentido das maiorias.
23 A questão levantada pelo professor Francisco Fonseca na reunião de hoje, sobre o lapso de não
24 terem incluído os colégios técnicos na deliberação, foi exemplo de que precisam ficar alertas.
25 Por outro lado, foi muito positivo o fato de que FT e FCA tiveram 10 docentes novos dentre os
26 28 acordados entre os diretores. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta
27 apresentada pela professora Rachel, que contempla o que veio do GT e a sugestão do
28 conselheiro Matheus Albino, de forma nominal, segundo lista anexa, sendo aprovada com 60
29 votos favoráveis e 01 abstenção, obedecendo à exigência de 2/3 dos votos dos membros em
30 exercício. Agora terão o processo de implantação disso, mas de toda forma dá as boas-vindas
31 ao futuro representante dos Pqs, ao novo representante dos alunos de pós-graduação e ao
32 representante adicional dos servidores Paepe. Devem organizar a próxima eleição tendo em
33 consideração essa mudança de composição, isso já está estabelecido na norma. Passa ao item
34 02 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-18408/2017 –, que trata de proposta de
35 alteração do Anexo I da Deliberação Consu-A-16/19, que dispõe sobre a Tabela de
36 Gratificações de Representação, com inclusão de novas funções gratificadas. Passa a palavra
37 ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que o Consu decidiu que,
38 toda vez que criarem uma função nova, que consta do Anexo 1 da Deliberação Consu-A-
39 16/2019, isso tem de ser aprovado aqui no Conselho Universitário. Uma vez criada a função,
40 quantitativos de gratificações de representação são tratados dentro da CAD, onde alteram o

número de gratificações. A pauta de hoje traz a proposta de criação de algumas novas funções e extinção. Na CAD da semana que vem, vão tratar da certificação dos centros e núcleos e da DGA. O que está em votação nesse item são basicamente três pontos: primeiro, como viram já na apresentação anterior, a criação de GRs para as diretorias executivas Deape e Detic. Estão criando a função, como podem observar, no Anexo 1, de diretor executivo de apoio à permanência estudantil e a função de diretor executivo de tecnologia da informação e comunicação. Duas funções estão sendo criadas e para elas estão sendo atribuídas GRs. Pode ser que um dia esse número possa se modificar, o que não faria muito sentido nesse caso. Além disso, estão propondo a extinção da gratificação de representação para coordenador associado do Grupo 2 de centros e núcleos, que permanece evidentemente em vacância enquanto esse cargo estiver sendo ocupado. Nada impede que a função permaneça sem GR dentro do organograma dos centros e núcleos. O terceiro ponto é a criação de uma nova função, que é a função do coordenador de centros e núcleos dentro do Grupo 4. Os centros e núcleos foram classificados em nível 1, nível 2, nível 3 e não existia o nível 4. Portanto, para que alguém ocupe a coordenação, precisam criar essa função, que se chamará Coordenação de Centros e Núcleos Interdisciplinares nível 4. Então é isso que está em votação aqui; não estão certificando centros e núcleos nem as diretorias que criaram hoje pela manhã. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que na Informação PRDU/CGQC 353/2023 se coloca que precisará ser criado um quarto nível para coordenação de centro de núcleos que contempla centros e núcleos com menor quadro de pessoal e número de convênios com relação aos demais níveis. Com isso, estão provavelmente reclassificando esses núcleos, e acha que isso não foi muito bem discutido. Propõe que não aprovem isso hoje aqui, até como uma metodologia, porque soube que existe um conjunto de parâmetros que foram decididos em assessoria à PRDU para fazer essa proposta, mas esses parâmetros não são de conhecimento dos centros e núcleos. Então essa é uma questão delicada, até porque vai haver modificação de gratificação dos atuais coordenadores, e isso tem impactos sobre os centros e núcleos. Dessa forma, solicita a retirada desses itens agora, eles voltam no próximo Consu, e o documento que está embasando essa proposta poderia ser divulgado para os centros e núcleos, para que eles conheçam os novos parâmetros. Provavelmente será aceito por eles, mas tem a impressão de que é ruim fazer dessa forma, e talvez isso possa ser uma metodologia importante para quando forem discutir as unidades. Apesar de haver representação e uma assessoria, na qual confiam, acha que precisava estar mais informado, precisava ter esse movimento de volta, porque senão isso pode criar uma ideia de que há uma certificação, que sabem que não há. Então, historicamente acha que é complicado, e acredita ser possível que façam isso de comum acordo com os núcleos e centros de uma forma mais interessante. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES diz que como está há pouco tempo na representação, não tem noção do histórico, então pergunta por que as GRs de diretoria executiva são separadas para cada diretoria, em vez de existir na tabela uma GR genérica de diretor executivo. Porque a cada mudança de nome, criação, alteração, precisam voltar a essa deliberação. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz, respondendo à professora Anna, que ela está tratando talvez no fórum equivocado a retirada de pauta. A certificação e os

critérios utilizados no processo de certificação dos centros e núcleos serão tratados na CAD. Ela tem toda razão de que o processo de certificação é promovido por esse comitê *ad hoc*, que é um comitê formado por 12 membros, uma assessoria presidida que está certificando 100 órgãos da Universidade. Começaram pelos centros e núcleos, pela DGA, e vão avançar agora para os órgãos centrais, começando pelas pró-reitorias, depois para as demais diretorias executivas, em seguida para as unidades de ensino, pesquisa e extensão e depois para a área da Saúde. Então é esse comitê que tem assessorado e que tem uma visão bem abrangente, porque está certificando todos os cerca de 100 órgãos, ao mesmo tempo tendo uma visão sistêmica de toda essa estrutura de organogramas. Essa comissão já fez então a análise dos centros e núcleos, e fez uma proposta de reenquadramento deles em quatro níveis. O critério utilizado será detalhado dentro da CAD, é um índice de complexidade que levou em consideração o número de pesquisadores dentro de cada centro e núcleo e também o número de servidores Paepe, além da quantidade de convênios. Essas informações foram obtidas diretamente dos centros e núcleos, que deram informações para que esse comitê se reunisse e tomasse essas decisões. Como a partir daí houve essa reclassificação, criou-se o nível quatro, há a necessidade de se criar essa função de um coordenador de nível quatro, e é isso o que estão votando hoje aqui. A proposta de certificação será tratada na CAD, o que pode parecer uma distorção, mas lembra que solicitou a este Conselho Universitário autorização para que se tratasse tudo isso dentro da CAD, mas foi o próprio Conselho que decidiu que não. Criação de funções, mexer no Anexo 1 da Deliberação A-16/2019, é algo que tem de ser aprovado no Consu, que é o que estão fazendo hoje, alterando o Anexo 1 com criação de função. A certificação e os quantitativos das gratificações serão tratados dentro da CAD. Isso vai certamente criar uma demora maior na certificação dos 100 órgãos, não tem dúvida nenhuma, mas é uma decisão coletiva tomada dentro do Conselho Universitário. Então, só para ficar claro, o que estão fazendo hoje é mexer no Anexo I, criando essas novas funções de representação, tanto para os diretores das duas diretorias executivas, quanto para o nível quatro, e estão também extinguindo a gratificação do coordenador associado do nível 2, onde estarão esses centros. Só haverá gratificações para os coordenadores associados de centros e núcleos do nível 1. Foi isso que foi trabalhado dentro do comitê, e lembra que no comitê está representada a Cocen, através da doutora Ana Carolina. Além do professor Oswaldo, da FCA, que coordenou os trabalhos; a doutora Patrícia, da CGU, que colaborou muito para pensar a área da Saúde; o professor Lanna, do IE e PRDU; a professora Ângela, da FCA e PRP; a senhora Ana Paula Montagner, da CGU, que fez parte da certificação anterior; o professor André do IQ; o senhor Everaldo, da DGRH; o senhor Guilherme, da FEnf; a senhora Livia do Cofil, o senhor Rodrigo do IE e mais os dois servidores da PRDU, a senhora Veridiana, que participou também do anterior, e o senhor James. Então é um grupo qualificado, sendo que metade dele participou da certificação anterior. Deixa claro que o que estão fazendo hoje dentro do Conselho Universitário é mexer no Anexo 1, não é o processo de certificação em si. Então se há algum desentendimento ou contrariedade em relação à proposta de certificação, vão tratar no lugar certo, que é a próxima CAD. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que sua questão é que isso precisa estar

1 informado e não está. Não teve acesso, como conselheira, a esse documento, o estudo com esses
2 parâmetros não está disponível para os conselheiros, e deveria estar aqui, porque vão ter de
3 decidir aqui, não na CAD. O Consu é o órgão máximo, e defende que não revejam as discussões
4 da câmara de baixo; não podem aprovar uma coisa aqui e depois lá não concordarem com os
5 critérios e parâmetros que foram decididos, que não estão informados. Sua proposta é por
6 retirada de pauta, por falta dessa informação, e também porque é uma metodologia complicada
7 não trazerem a informação. Os parâmetros todos podem ter sido ótimos, definidos e podem
8 estar muito justos, mas não há documento comunicando aqui, ficou sabendo disso
9 informalmente pela fala do professor Sarti agora. A partir do momento em que decidem um
10 parâmetro aqui, ele não pode ser retirado na CAD. A criação do quarto nível contempla centros
11 e núcleos com menor quadro de pessoal e número de convênios em relação aos demais. Então
12 começam a construir um conjunto de critérios, diminuem a gratificação, porque tem impactos,
13 por conta de critérios que foram estabelecidos, que não estão claros, pelo menos para a
14 comunidade. Portanto, há uma assessoria para a questão em geral, mas o documento precisa
15 constar. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que talvez não tenha se explicado bem. Estão
16 criando uma função, mas se essa função vai ser aplicada ou não é a CAD quem decide; ela pode
17 definir que os centros e núcleos continuem tendo só três níveis, e com isso essa função quatro
18 que foi criada não vai ser utilizada. É na CAD que se faz a certificação, e isso foi uma decisão
19 do Conselho Universitário. O que se faz aqui, pela Deliberação Consu-A-16/2019, é
20 simplesmente mexer no Anexo 1, onde se criam funções, mas se vão aplicar ou não essa função
21 de coordenador para centros e núcleos de nível quatro, irão decidir na CAD. A Conselheira
22 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA pergunta por que precisam criar uma função se ela
23 não está lá; a função que estão criando aqui pode não ter sentido, por isso a sua proposta de
24 retirada de pauta, para que não criem coisas para depois dizer na CAD que elas não vão
25 funcionar. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que é uma ótima pergunta, mas foi o
26 Conselho que autorizou que seja assim; se for o caso, o Consu que desautorize isso. A
27 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que não está dizendo para o
28 Conselho desautorizar, apenas que isso deveria estar informado antes, estar nos documentos, e
29 ter sido discutido com os centros e núcleos antes. O Conselheiro FERNANDO SARTI reforça
30 que toda a documentação em relação à certificação vai estar disponível na decisão da CAD,
31 todos os critérios que foram utilizados. Lá podem aceitar ou não essa certificação, aceitar ou
32 não uso dessas funções, isso é papel da CAD, é ali que será feita a certificação. Também
33 discorda, acha que deveriam fazer tudo em um único lugar. Não acha que essas decisões
34 deveriam vir para o Consu, o Consu já tem muita agenda, e lembra que essa foi a proposta que
35 a PRDU trouxe, de tratar todo o processo de certificação, inclusive mudanças no Anexo I,
36 dentro da CAD, mas o Conselho não autorizou. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES
37 DA SILVA diz que não está questionando isso, só que não está informado o suficiente; o que o
38 professor Sarti leu durante a reunião não estava divulgado para os conselheiros. O Conselheiro
39 JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que o professor Fernando Sarti tem razão, foi decidido mesmo
40 dessa maneira e pode ser aprovado como está. Por outro lado, a professora Anna Bentes também

1 tem razão no sentido de que se não veio para cá todo o caso, o Consu é o órgão máximo da
2 Universidade, qualquer conselheiro que tem alguma questão que não foi resolvida na CAD,
3 pode trazer o recurso para o Consu. Então o Consu sempre foi e sempre será o órgão máximo
4 de decisão da Universidade. Se há polêmica na CAD depois, ela pode trazer com recurso aqui
5 para votação. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que entendeu o argumento
6 da professora Anna Bentes, que não é questionar a ordem das votações, mas a questão de
7 informação. Nesse sentido, concorda que seria melhor votarem no próximo Consu, com mais
8 informação. O Conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA TERRA CUNHA pergunta ao
9 professor Sarti qual é a urgência do processo, pois isso é essencial para decidirem a retirada ou
10 não de pauta. Pergunta por que veio como pauta suplementar, já que todo o questionamento
11 passa pela instrução do processo, e estar em pauta suplementar mostra que foi algo, de certa
12 forma, apressado, que não conseguiu seguir os trâmites do resto da pauta, e se está como
13 suplementar, deve ter alguma urgência. Então solicita explicação se existe essa urgência tão
14 bem estabelecida ou se deixar para próxima reunião tem os mesmos efeitos. O Conselheiro
15 FERNANDO SARTI responde que, se está entendendo a posição da professora Anna Bentes,
16 ela está pedindo para tirar apenas a discussão em relação aos centros e núcleos, e há mais coisas
17 aqui, estão aprovando também a criação da função de diretor executivo para as duas diretorias
18 que aprovaram hoje. Então são duas coisas. Se entendeu bem, ela acha que não deveriam estar
19 tratando da criação de uma nova função que não sabem se vai ser aplicada ou não a partir da
20 decisão da CAD. Sobre a pergunta do professor Marcelo Cunha relativa à urgência, diz que não
21 podem aprovar nada na CAD se não tiverem criado a função, então não poderão certificar na
22 CAD, por exemplo, as duas diretorias se elas estão criando alguma função. Precisam primeiro
23 obter essa autorização do Consu para criar a função de diretor executivo de TIC e de diretor
24 executivo da Deape para depois na CAD certificarem onde vai aparecer lá dentro essa função,
25 ou quaisquer outras que poderiam aparecer ali dentro. Verão também na CAD de terça-feira a
26 proposta que estão fazendo em relação à DGA, mas ali estão utilizando todas as funções já
27 existentes, simplesmente trabalhando quantitativos. Há uma mudança importante no
28 organograma, mas sem criar nenhuma função nova. Estão com urgência na DGA, por conta da
29 mudança da lei de licitações. Quanto aos centros e núcleos, haviam criado um cronograma para
30 isso e os primeiros a serem certificados seriam os centros e núcleos, não tem questão de
31 urgência. Não tem dúvida nenhuma de que o que está acontecendo em relação aos centros e
32 núcleos certamente vai acontecer em relação às pró-reitorias, em relação às diretorias
33 executivas, unidades de ensino, certificação mexe mesmo, mexe com a estrutura, mexe com
34 GRs, quantitativos. Algumas saem, algumas entram, isso vai acontecer. No entanto, quem
35 assessorou isso foi um núcleo que está fazendo todas as certificações da Universidade, portanto
36 se há um observatório privilegiado em relação a isso é esse núcleo. Quanto ao cronograma, se
37 querem adiar por mais seis meses, ou um mês, é uma decisão do Consu, mas estão seguindo
38 rigorosamente o que foi proposto, começando pelos centros de núcleos. Trouxeram o que não
39 estava ali dentro, a DGA, por uma razão estratégica que todos já entenderam, e vão tratar aqui
40 na terça-feira na CAD, e depois seguirão com as pró-reitorias, que já foram avaliadas pelo

comitê, assim como as demais diretorias executivas. Já começaram a fazer a análise também das unidades de ensino, pesquisa e extensão e estão começando também a área da Saúde. Não é uma questão de urgência, é uma questão de seguir o cronograma que foi proposto e aprovado aqui dentro. Existe uma “confusão” entre as funções hoje do Consu e da CAD, mas essa sistemática foi votada dentro do Conselho Universitário. O MAGNÍFICO REITOR diz que retirando de pauta hoje os artigos 1º, 2º e 3º, automaticamente não entra na CAD da terça-feira e tem de entrar no próximo Consu, pois não é possível fazer a certificação sem a deliberação prévia. Portanto, isso atrasa um mês e meio, mais ou menos, até o Consu no final de novembro. Os artigos seguintes teriam de sofrer alguma adaptação, o que estariam preservando é aquilo que já decidiram em termos de criação, que são as diretorias executivas. Não havendo mais observações, submete à votação a retirada parcial de pauta, dos artigos 1º, 2º e 3º, sendo aprovada com 31 votos favoráveis, 22 contrários e 04 abstenções. Em seguida, submete à votação os artigos 4º, 5º, 6º e na tabela as duas primeiras linhas, assim como as duas primeiras linhas do Anexo 2, que são aprovados com 55 votos favoráveis e 02 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Recurso ao Consu – 01) Proc. nº 01-D-38407/2023 – Recurso para suspensão da implantação do controle de ponto eletrônico e suspensão do item 01 da pauta da CAD de 05 de setembro de 2023 – Parecer PG-3154/23 e Despacho GR-938/23. B – Moção de Repúdio – 02) Proc. nº 09-D-39150/2023 – Moção de Repúdio, apresentada pelo IFCH, contra a proposta de implementação de ponto eletrônico para controle de jornada de trabalhadores das Carreiras Paepe e Pq. C – Política de Esportes na Unicamp – 03) Proc. nº 01-P-30880/2023 – Proposta de Deliberação Consu que institui a Política de Esportes na Unicamp – Relatório do Grupo de Trabalho, designado pela Portaria GR-152/21 – Pareceres Conext-45/23, PG-2413/23, 2570/23 e CLN-31/23. D – Comissão de Orçamento e Patrimônio – COP – Indicação de Membros – § 3º do art. 11 do Regimento Interno do Consu – Deliberação Consu-A-18/2002 – 04) Proc. nº 01-P-4124/1987 – Ciência da indicação de membros para compor a Comissão de Orçamento e Patrimônio, conforme segue: Diretores - Área de Ciências Humanas, Sociais e Artes: Titular: Prof. Dr. Célio Hiratuka - IE (a partir de 05.10.23). Área de Ciências da Engenharia (mandato tampão): Suplente: Prof. Dr. Dirceu Noriler – FEQ. E – Composição do Conselho de Orientação – Faepex – Substituição de Membro – Deliberação Consu-A-24/2003 – 05) Proc. nº 01-P-6002/1990 – Ciência da substituição de membro para compor o Conselho de Orientação do Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de indicação aprovada pela Congregação da Feagri em 16.08.23, conforme segue: Faculdade de Engenharia Agrícola - Profa. Dra. Cinthya Bertoldo Pedroso, em substituição à Profa. Dra. Franciane Colares Souza Usberti. F – Calendário das Reuniões do Consu, Cepe e CAD para 2024 – 06) Calendário das reuniões para o ano de 2024 do Conselho Universitário e das Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Administração. O MAGNÍFICO REITOR solicita que os diretores discutam a proposta sobre política de esportes na Unicamp, que incorpora também a ideia de criar uma Diretoria de Esporte. Já existe dentro da ProEC a Diretoria de Cultura, e relata que fecharam recentemente, uma por iniciativa da FEF, pouco mais anterior, outra iniciativa do curso de

1 Ciências do Esporte da FCA, no primeiro caso, um convênio com a CBA, a Confederação
2 Brasileira de Atletismo, no segundo caso, com o Comitê Brasileiro de Clubes. Desejam
3 valorizar a atividade esportiva dentro da Universidade, e no caso da FCA, já aprovaram aqui
4 uma possibilidade, junto com desempenho no Enem, de pessoas que participam da Olimpíada
5 da Juventude. Então, há novidades também no processo de seleção da Universidade, uma
6 iniciativa que deve ser bastante inovadora no Brasil. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
7 solicita a palavra para destacar o recurso da bancada de funcionários no Consu. Diz que essa
8 questão do ponto eletrônico é uma questão que deflagrou a greve dos trabalhadores da Unicamp
9 no dia 28 de agosto, e do ano passado até agora ocorreu uma única reunião com o senhor Reitor,
10 em que colocaram a sua posição de suspensão imediata do TAC da implantação do ponto
11 eletrônico, a inclusão desse recurso na pauta do Consu, porque acreditam que esse recurso é
12 cabível. Então não vê porque o senhor Reitor está negando a inclusão na pauta do recurso da
13 bancada de funcionários, o que na sua opinião é uma atitude antidemocrática. O senhor Reitor
14 deveria estar aberto a essa discussão para poderem deliberar sobre a questão que foi definida
15 na CAD. Lembra que a reunião da CAD foi tumultuada, a decisão foi um empate, porque o
16 senhor Reitor interrompeu todas as mulheres que se inscreveram para falar sobre o assunto e
17 interrompeu o conselheiro Matheus, representante dos funcionários. Houve uma pressão imensa
18 para que fosse votado, houve a possibilidade inclusive de retirada de pauta, mas o senhor Reitor
19 insistiu e atropelou a votação, sem negociação com as entidades e para cumprir o prazo do
20 Ministério Público. E na reunião com o sindicato disse que o compromisso dele era com as
21 entidades externas. Portanto, estão aqui novamente pedindo que o recurso entre na pauta do
22 Conselho Universitário, que suspenda a implantação do ponto eletrônico por seis meses, porque
23 a TAC pode ter essa suspensão, está previsto na TAC do Ministério Público, e que abram a
24 negociação com as entidades do *campus*. Está agendada uma reunião para o dia 29, então é
25 importante que o recurso seja apreciado. Todos os assuntos que vêm para o Expediente depois
26 vão para a pauta, então pergunta se o senhor Reitor está negando mesmo ou se vai levar para a
27 pauta em algum momento. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz
28 que a PG, no seu parecer, apreciou tanto o aspecto formal do recurso como entrou também no
29 mérito. No aspecto formal, apontou que não há nos Estatutos da Universidade qualquer previsão
30 de que as deliberações normativas da CAD sejam passíveis de recurso ao Conselho
31 Universitário. A CAD é uma Câmara do Conselho Universitário com atribuições e
32 competências previstas nos Estatutos, dentre elas a de deliberação de assuntos administrativos
33 da Universidade. Inclusive a PG citou no seu parecer a deliberação que previu a jornada da área
34 da Saúde, sobre a qual não caberia um recurso ao Consu dessa deliberação, não cabe recurso de
35 norma. Então, por isso esse recurso não pode nem ser conhecido, ele não pode nem entrar no
36 Conselho Universitário para deliberação, porque se ele não é cabível, ele não pode ser discutido
37 para ser deliberado. Então foi esse o apontamento. A CAD tem essas competências previstas
38 nos Estatutos, então não poderia ser submetido aqui ao Conselho. Quanto ao mérito, já fizeram
39 na CAD um resumo extenso do histórico, mas foi instaurado inquérito civil público pelo
40 Ministério Público Estadual com dois objetos: o não uso de alguns equipamentos comprados

na área da Saúde para controle de ponto e a falta do ponto eletrônico para a Universidade. O promotor os convocou para uma reunião e ali ele propôs a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta. A Procuradoria Geral fez uma análise da conveniência de ser celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta e achou conveniente que se fizesse esse termo. Isso foi submetido à CAD de outubro do ano passado e foi aprovado. Diferentemente do que se alega, essa implantação do ponto eletrônico tem sido exigida não só pelo Ministério Público do Estado, mas por outros órgãos de controle, como o Tribunal de Contas. Este ano já receberam apontamentos referentes ao exercício do ano passado, questionando por que a Universidade não tem ponto eletrônico ainda. Então, isso não está restrito apenas a uma exigência do Ministério Público, a Unicamp já tem sido questionada por outros órgãos. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA pergunta qual é a última conta da Unicamp analisada pelo Tribunal de Contas do Estado. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que é da auditoria regional. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que em 2017 ainda. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que não é julgamento, está falando mesmo de auditoria. Quando os auditores vêm, eles colocam no relatório isso, isso vai ser julgado, mas já há apontamentos. Observa também que o ponto eletrônico não fere a autonomia universitária; há inúmeros julgados do Supremo Tribunal Federal já apontando que autonomia não se confunde com soberania. A Universidade deve obediência às leis e às normas do Estado, não há soberania na Universidade. Encontrou um julgamento do ministro Alexandre de Moraes de setembro do ano passado, que acha que se encaixa exatamente ao caso aqui. Ele estava julgando um recurso extraordinário interposto pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro contra uma decisão do TRF da Região do Rio. Passa à leitura do teor da decisão do Tribunal Regional Federal, que estava sendo objeto de recurso: “Portanto, assiste razão nesse ponto ao apelante, eis que autonomia didático-científica reconhecida às universidades pelo texto constitucional não se presta a servir de escudo para o descumprimento do comando normativo esculpido no Decreto 1.867 de 96”. Explica que esse decreto federal prevê a obrigatoriedade do ponto eletrônico para servidores públicos federais. Continua: “Aplicável ao âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, esta última da qual a entidade ora apelada é parte. Não se trata de presumir o descumprimento do dever de assiduidade e pontualidade por parte dos servidores da instituição. A disposição contida no artigo primeiro, caput e parágrafo primeiro do Decreto 1867 de 96, inspira-se nos postulados da transparência e eficiência que regem a administração pública brasileira”. Esse é um trecho do acórdão recorrido. O Ministro Alexandre de Moraes coloca: “Inicialmente o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência consolidada desta Suprema Corte, no sentido de que a autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal, não importa a soberania, de forma que as universidades devem obediência às leis e atos normativos”. E acrescenta, já concluindo: “Acrescenta-se que o tribunal de origem, à luz da legislação ordinária aplicável à espécie, Decreto 1590 de 95, com redação dada pelo Decreto 1867 de 96, decidiu que as universidades devem obediência às leis e atos normativos, de modo que o registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos da UFRRJ deve ser realizado mediante

controle eletrônico de ponto”. Então, é com base nesse tipo de jurisprudência que a Procuradoria Geral opinou, e assim a CAD decidiu ano passado, pela aplicação do ponto na Unicamp. Isso evitaria demandas judiciais em que a Universidade perderia o controle da instituição do ponto. Quando firmaram o TAC e o Ministério Público permitiu à Unicamp definir como vai ser a implantação, definir o cronograma, onde começa, quando vai ser implantado em cada lugar, a Universidade fica com o protagonismo desse assunto. Se esse assunto é judicializado, a Unicamp vai perder o controle. Não sabe exatamente como vai ser decidido, por isso a Procuradoria Geral recomendou que fosse celebrado o TAC e após a decisão da CAD, em outubro, assim foi feito o Termo de Ajustamento de Conduta, que vinculou exatamente ao cronograma do grupo de trabalho e submetido à CAD. Então o TAC também não trouxe nada de novidade, e observa que a cominação ali prevista de R\$1.000 por dia por descumprimento é comum a qualquer TAC. A Universidade já celebrou seis TACs, dois com o Ministério Público do Trabalho e quatro com o Ministério Público Estadual, contando o do ponto eletrônico, sempre com a cominação de multa no caso de descumprimento. Então isso é comum a todos eles. Sobre a suspensão do TAC por seis meses citada pelo conselheiro José Luis, realmente ele prevê essa possibilidade, mas não com relação à norma. Ele prevê esse prazo, até porque a Universidade precisa comprar as máquinas, instalar, tem toda uma questão técnica que tem de ser olhada no local, então isso pode eventualmente causar algum atraso em algum daqueles pontos do cronograma. Por isso o promotor colocou um prazo, mas isso não significa e nem foi colocado nesses termos que a norma não devesse ser aprovada até a data ali colocada. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a inclusão de assuntos na pauta do Consu após a solicitação de algum conselheiro ou da comunidade demanda uma análise prévia de alguma comissão. Tratando-se de um recurso da Procuradoria Geral ou de alguma outra proposta, como a do conselheiro Matheus Albino, por exemplo, que estava na pauta hoje de uma comissão e se for uma norma da Procuradoria Geral, que foi o procedimento que foi seguido justamente na proposta de alteração da composição do Consu. Já houve casos em que foi apresentado tanto um recurso como uma outra manifestação cuja inclusão foi solicitada e não foi incluída porque os pareceres que analisaram as solicitações foram contrários a essa inclusão. Não podem colocar na pauta algo que não pode ser votado. Por exemplo, em 2009, por ocasião da primeira rodada de promoção Paepe, quando começou esse novo sistema que está perdurando, dois conselheiros da bancada dos servidores apresentaram um recurso contra o que estava sendo feito. Naquela ocasião, foi protocolado na Secretaria Geral, que enviou à Procuradoria Geral e esta fez um parecer pela impossibilidade de conhecimento daquele recurso naquele momento, porque o processo estava em andamento ainda, não havia uma decisão para ser recorrida, então não caberia o recurso. Em outra ocasião, houve uma votação, em 2016, sobre a questão da dupla matrícula, do subsídio, que foi discutida e encerrada após uma votação no Consu. Depois da decisão do Consu, uma unidade apresentou uma solicitação de revisão dessa decisão, o que também não seria possível. Foi feito um parecer pela Procuradoria Geral analisando a demanda e apontando a impossibilidade de votação, não se poderia votar aquilo, então não foi incluído na pauta. Portanto, as demandas não são necessariamente incluídas na pauta, elas necessitam

1 de análises e de pareceres que permitam a sua inclusão na pauta. No caso colocado pelo
2 conselheiro José Luis, o parecer da PG foi contrário tanto do ponto de vista formal como
3 material, por isso ele foi incluído no Expediente apenas para ciência, tanto da interposição do
4 recurso quanto da sua impossibilidade de conhecimento. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO
5 ROMERA diz que na sua opinião cabe o recurso por parte de qualquer membro da CAD que
6 tenha participado e não tenha concordado. Não foi uma decisão unânime, foi uma decisão
7 dividida, e acha que é prerrogativa do Reitor aceitar ou não a inclusão na pauta. E está
8 entendendo aqui que o professor Antonio José não quer incluir isso na pauta para debate. O
9 MAGNÍFICO REITOR diz que está marcado o ponto. Lembra que na reunião da Cepe em que
10 foi discutido o relatório de um professor do Departamento de Filosofia, a posição da Reitoria
11 foi derrotada, mas ela não recorreu ao Consu. Os procedimentos existem para serem seguidos.
12 Possuem uma história recente neste país em que se atropelaram todas as formalidades, porque
13 se queria obter um resultado. Então, a formalidade na institucionalidade é uma coisa importante;
14 se desvirtuam a formalidade para garantir o interesse próprio, estão escolhendo um caminho
15 ruim. Precisam reconhecer que não ganham todas; hoje foi retirado um ponto de pauta que a
16 Reitoria estava propondo, faz parte do processo. A democracia na Universidade é garantida
17 nessas instâncias, não é o Reitor que garante a democracia, é nessas instâncias e seguindo a lei.
18 Ouviram aqui a decisão do Ministro Alexandre Moraes sobre uma questão similar. O
19 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que essa decisão se refere a uma questão federal,
20 e se forem usar a questão federal, tem a Portaria 24 de 2023 do Ministério que permite não ter
21 ponto eletrônico. O MAGNÍFICO REITOR diz que é para algumas funções, não permite para
22 todas. Inclusive o Ministério Público do Estado de São Paulo usa o ponto eletrônico. O
23 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que o Ministério Público do Estado de São Paulo
24 não voltou para o trabalho presencial até hoje, a Cidade Judiciária está vazia. O MAGNÍFICO
25 REITOR diz que fizeram essa reunião no Ministério Público aqui na cidade. Fará reunião com
26 o sindicato na sexta-feira, mas vai seguir essa formalidade. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO
27 ROMERA diz que possuem a possibilidade de conseguir 26 assinaturas e chamar uma reunião
28 extraordinária do Consu. O MAGNÍFICO REITOR propõe que o senhor José Luis entre na
29 Justiça. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que não quer judicializar a questão. O
30 MAGNÍFICO REITOR diz que, na verdade, o senhor José Luis sabe que é difícil ganhar na
31 Justiça. Mas se a Justiça os obrigar a colocar na pauta, colocam. O Conselheiro JOSÉ LUIS
32 PIO ROMERA diz que formalmente o Reitor não tinha negado, estava só no Expediente. O
33 MAGNÍFICO REITOR diz que então está negando. Se existir uma nova reunião extraordinária
34 do Conselho Universitário, se esse parecer não for mudado pela PG, será mantido. Será uma
35 reunião extraordinária de Expediente, em que podem discutir à vontade, mas não será votado.
36 Está propondo ao STU, que tem um bom departamento jurídico, que judicialize, e seguirá a
37 ordem da Justiça. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que se o Reitor é democrático
38 como diz ser, que coloque na pauta, que aceite uma reunião. O MAGNÍFICO REITOR diz que
39 não interrompeu nenhuma congregação do IEL, não interrompeu nenhum colóquio no IEL,
40 do Sérgio Paulo Rouanet, uma pessoa destacada na lei Rouanet, que foi muito combatida pelos

1 bolsonaristas. Está dando espaço para o senhor José Luis falar, para fazer a sua política, mas
 2 está assumindo as suas responsabilidades. Essas responsabilidades, à luz do parecer da PG e à
 3 luz do que diz o Ministro Alexandre de Moraes, e se forem pelo caminho sugerido pelo STU,
 4 vão prejudicar a Universidade como um todo. Se o senhor José Luis não acha isso, então aposte
 5 nisso, vá à Justiça, consiga a inclusão na pauta e assim reverter a decisão. O Conselheiro JOSÉ
 6 LUIS PIO ROMERA diz que estão buscando uma negociação. O MAGNÍFICO REITOR diz
 7 que a negociação tem limites, e está claro aqui que há uma fronteira estabelecida. Está disposto
 8 a negociar toda e qualquer coisa que não seja a não implantação do ponto eletrônico. Esse é o
 9 limite. O STU tem de fazer um movimento, pois já colocaram várias propostas na mesa e estão
 10 sempre na mesma toada. O sindicato tem de decidir se querem na reunião de sexta-feira
 11 negociar a forma de implantação do ponto eletrônico. Esse é o espaço que existe, já previamente
 12 estabelecido. Já está alertando que é possível fazer a convocação do Consu extraordinário, não
 13 é ele quem decide, um terço das pessoas aqui pode decidir, mas será seguindo esse mesmo
 14 procedimento. E a alternativa que propõe é irem à Justiça. Passa a palavra ao professor Mariano
 15 Laplane, que vai fazer uma apresentação dos cenários para ocupação da Fazenda Argentina. O
 16 Professor MARIANO FRANCISCO LAPLANE diz que vai apresentar o resultado do trabalho
 17 da Comissão da Coordenação de Implantação do Hids aqui na Unicamp. O Hids, como todos
 18 sabem, é um projeto que envolve, além da Unicamp, instituições parceiras de ensino, pesquisa
 19 do entorno aqui do campus. Uma das tarefas que foi atribuída à coordenação, quando criada no
 20 ano passado, foi propor à Universidade um plano de ocupação da Fazenda Argentina. Na
 21 verdade, é uma estratégia de ocupação com duas dimensões, uma a dimensão dos usos
 22 possíveis, convenientes do solo, o que é possível fazer lá, e outro na dimensão temporal, ao
 23 longo do tempo qual é a sequência de iniciativas de ações para ocupação da Fazenda Argentina.
 24 O ponto de partida do trabalho da comissão foram os resultados do trabalho do projeto
 25 financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que propôs um plano diretor para
 26 toda a região do Hids, que corresponde à área do antigo Ciatec II, sendo que a Fazenda
 27 Argentina está no coração dessa área. A partir de um plano diretor elaborado por um instituto
 28 coreano de urbanismo, foi preciso fazer uma série de adequações em função de algumas
 29 características do terreno que talvez o instituto coreano não conheceda da área, e também em
 30 função de decisões que a Unicamp foi tomando de forma unilateral, em pleno direito, ao longo
 31 do tempo. Por exemplo, o projeto dos corredores ecológicos que a Unicamp vem desenvolvendo
 32 há alguns meses. O *masterplan* foi elaborado a partir de conceitos gerais da área e o trabalho
 33 aqui foi detalhar e adequar esse *masterplan* do instituto coreano à realidade da Universidade. A
 34 estratégia foi pensada levando em conta, em primeiro lugar, o conceito do Hids, que é criar
 35 condições para gerar conhecimento, utilizar as melhores tecnologias disponíveis em prol da
 36 sustentabilidade e gerar conhecimento para desenvolver novas soluções. Então, esse é o
 37 primeiro eixo de elaboração da estratégia, como fazer o melhor uso possível das tecnologias
 38 disponíveis e como induzir o desenvolvimento de novas tecnologias. Todas as imagens que
 39 mostra no slide representam uma coisa bastante diferente do que no *campus* Zeferino Vaz, a
 40 ideia de fazer um *campus* que conviva com o verde, que estimule a criatividade, que estimule

1 o convívio e intercâmbio de ideias entre as pessoas. A ideia de convívio com a natureza envolve
 2 um novo conceito de urbanismo, um novo conceito de campus universitário. Passa a palavra à
 3 professora Gabriela, membro da coordenação, para falar um pouco disso. A Professora MARIA
 4 GABRIELA CAFFARENA CELANI diz que é professora do curso de Arquitetura e
 5 Urbanismo da Unicamp e também diretora do Centro de Estudos sobre Urbanização para o
 6 Conhecimento e a Inovação, é um dos CCDs criados na última chamada da Fapesp, um dos três
 7 aqui da Unicamp. Têm se debruçado muito a estudar, entender o que são os territórios de
 8 produção do conhecimento nas cidades, a importância desses territórios para as cidades e como
 9 eles têm sido resolvidos, têm sido implementados no mundo inteiro e como existe uma nova
 10 geração de territórios de produção de conhecimento que são diferentes daqueles parques
 11 tecnológicos do século passado. Eles não tinham essa preocupação social, essa preocupação de
 12 convivência das pessoas, e agora há essa visão de espaços que promovem essa convivência, e
 13 também a questão do meio ambiente como um ponto chave, então já são capazes de promover
 14 mais geração de inovação. O que fizeram, como pesquisadores, foi observar o desenvolvimento
 15 do projeto do Korea Research Institute for Human Settlements, que foi a empresa coreana
 16 contratada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Eles fizeram uma proposta para a
 17 área do Hids inteira, essa proposta incide logicamente sobre a área da Fazenda Argentina, e
 18 mostra no *slide* um recorte da parte do projeto do KRIHS que incide sobre a Fazenda Argentina.
 19 Fizeram uma compatibilização com o seguinte: naquela época, ainda não havia sido feita toda
 20 a proposta que já foi ratificada dos corredores ecológicos no *campus* da Unicamp e da Fazenda
 21 Argentina. Então tiveram de fazer uma compatibilização do projeto dos coreanos com essa
 22 expansão dos corredores ecológicos, porque eles ficaram bem maiores do que estavam previstos
 23 originalmente pela lei municipal. Uma equipe de pesquisadores estendeu o estudo sobre os
 24 perfis de ruas, os tipos de espaços de circulação, sempre levando em consideração o transporte
 25 coletivo, as ciclovias, a mobilidade ativa, as calçadas muito alargadas e sombreadas, sempre
 26 para poder estimular as atividades de rua, o que também está alinhado com as propostas que a
 27 prefeitura está fazendo de obrigatoriedade de largura de calçadas etc. para essa região. Então
 28 fizeram toda essa compatibilização diante do cenário da legislação que está sendo alterada e
 29 também fizeram o estudo do faseamento, que é um estudo que já tinha sido feito pelos coreanos,
 30 e o atualizaram com relação ao que também está sendo implantado e vai ser implantado de
 31 corredores ecológicos. Algo muito importante é deixar claro que não existe garantia nenhuma
 32 de que a Fazenda Argentina será ocupada, mas não podem permitir, como urbanistas,
 33 principalmente, que um espaço fique sem planejamento e que ele acabe sendo ocupado de uma
 34 maneira que depois vai dar tudo errado, desordenadamente. Então é muito estratégico para a
 35 Universidade ter um plano, para que no momento em que haja recursos para se ocupar o espaço,
 36 ele seja ocupado da maneira mais racional possível e fazendo o melhor uso dos recursos
 37 públicos. Por esse motivo, existe esse faseamento, porque não podem simplesmente ocupar o
 38 espaço um pouco aqui, um pouco ali, custa muito caro levar eletricidade, esgoto, água para cada
 39 uma dessas áreas. Precisam fazer isso de uma maneira muito racional e usar, na medida do
 40 possível, o terreno na sua máxima potencialidade, dentro da legislação, dentro do que é

1 permitido, dentro do que está sendo, inclusive neste momento, alterado em termos da legislação
2 municipal. Veem aqui no campus como há terrenos livres, e é justamente isso que não podem
3 deixar acontecer, começar a ocupar novas frentes, novas áreas, sem que aquelas que ainda
4 possuem potencial sejam utilizadas no seu potencial máximo, porque a infraestrutura daquela
5 área custou muito caro para os cofres públicos. Então, a ideia realmente é que tenha esse
6 faseamento. Estimaram alguns números, mas não sabem como vai ser a economia nos próximos
7 anos etc. Então é uma ocupação que começa ao redor do núcleo onde a Inova já está instalada,
8 na sede da Fazenda Argentina, depois ela prossegue para a região em frente ao CPQD, que é
9 uma região em que já existe também infraestrutura, e só depois ela se expandiria para a região
10 mais central da Fazenda Argentina, chegando na borda sul, onde está prevista a construção de
11 um sistema viário, mas existem muitas incertezas de quando isso aconteceria. E a última parte
12 é a que fica entre o linhão e o corredor ecológico ampliado, mas nem sabem se daqui a 30 anos,
13 40 anos, esse linhão não vai ter sido enterrado, por exemplo, permitindo um potencial talvez
14 maior. Volta a enfatizar que o fato de terem um plano não significa que tudo isso vai ser
15 construído amanhã, mas pelo menos que, quando houver alguma ocupação, pelo menos há um
16 pacto de que ela vai ser feita de uma maneira racional. Foi feito todo um estudo sobre os
17 sistemas de certificação ambiental que se dedicam a estudar as questões urbanas e paisagísticas.
18 Então estudaram principalmente o Leed, o Breeam e o Aqua, que são três certificações
19 internacionais muito reconhecidas, e estudaram quais são os aspectos que pontuam
20 positivamente nessas certificações. Não quer dizer que precisem ter as certificações, mas
21 precisam ver o que está sendo considerado como pontos positivos e vão procurar seguir. A
22 Coordenadoria de Sustentabilidade, representada pela senhora Thalita Dalbelo, estava
23 elaborando um código de projetos para a Unicamp, para o *campus* existente e para a Fazenda
24 Argentina, baseado nesses parâmetros de sustentabilidade, e com relação aos edifícios, por
25 exemplo, questões de conforto térmico, a relação entre áreas envidraçadas e áreas de parede
26 opaca para evitar muito ganho térmico por meio de radiação. Questões acústicas, luminosas,
27 eficiência de uso de água, energia, captação e reaproveitamento de água da chuva, energia de
28 fontes renováveis, flexibilidade de espaços, arborização, minimização de resíduos,
29 permeabilidade do solo, uso de materiais locais, acessibilidade e valorização da paisagem local.
30 Com relação à ocupação sustentável das quadras, a proposta é que seja exigido, cada vez que
31 uma quadra for ocupada, que se use um coeficiente de aproveitamento mínimo de uma vez a
32 área do terreno. Não quer dizer que o terreno vai ser todo ocupado, mas que se, por exemplo, a
33 quadra tem 1.000 metros, construam 1.000 metros para que aquela quadra seja efetivamente
34 ocupada, e não ficar fazendo uma coisa aqui, uma coisa ali, outra lá. Então ocupar de uma vez
35 e mesmo assim, se for feita a ocupação com coeficiente de aproveitamento um, fazer isso de
36 uma tal maneira que esse potencial construtivo possa chegar até dois, que é o potencial máximo
37 previsto para a área do Hids como um todo. De maneira que não fiquem com várias áreas, vários
38 terrenos sobrando e expandindo essa ocupação sem ter a real necessidade. E a taxa de
39 permeabilidade do terreno de no mínimo 20% da área, ou seja, 20% permeável que possa
40 absorver a água da chuva quando ela cair, e espaço de produção de fruição pública também de

no mínimo 20%. Isso significa que, na área da Fazenda Argentina, nenhuma quadra vai poder ser toda cercada; os terrenos serão efetivamente públicos e coletivos, esses 20% mínimos, que corresponde à mesma área que precisa ser de jardins. E há o conceito todo de caminhos verdes, grandes alamedas verdes para as pessoas, não para os carros, para a mobilidade ativa, para as pessoas caminharem na sombra das árvores etc. Inclusive nesse faseamento, a ideia é que mesmo enquanto forem ocupando uma parte aqui, já estejam plantando árvores, e que quando as outras áreas forem ocupadas, já vão poder prover sombra, que é o que mais vão precisar daqui para frente. O Professor MARIANO FRANCISCO LAPLANE diz que é um projeto ainda em andamento, até o final do ano provavelmente terão uma primeira proposta de estratégia de ocupação. Só para tranquilizar aqueles que se preocupam muito com a preservação do verde, o que parece razoável, diz que a Fazenda Argentina tem 1,4 milhão de metros quadrados, dos quais aproximadamente 400 mil metros quadrados devem ser preservados por lei ou por iniciativa da Unicamp, na construção e proteção dos corredores ecológicos. Então teriam 1 milhão de metros quadrados potencialmente utilizados para construir. Na verdade, com todas essas alamedas verdes, as ruas, as áreas de fruição, a área passível de construção na Unicamp por esses critérios, são apenas 500 mil metros quadrados de 1,4 milhão. É possível preservar 2/3 da Fazenda Argentina e com o coeficiente de aproveitamento dois, construir 1 milhão de metros quadrados. Em 55 anos de história da Unicamp, construíram neste campus Zeferino Vaz cerca de 600 mil metros. Então é possível preservar uma boa parte da área da Fazenda Argentina usando apenas parte desses 500 mil metros quadrados, 50 hectares, e ampliar significativamente o espaço para ensino, pesquisa e extensão, de uma maneira um pouco diferente do que têm feito aqui, privilegiando espaços multiusuários e de uso flexível, ou seja, espaços reservados para projetos que, uma vez concluídos, liberem espaço para outros projetos. É desejável não apenas ter um plano, uma estratégia de ocupação, mas também conseguir trabalhar de uma maneira mais colaborativa, interativa, cocriar conhecimento e soluções. Fora dos tradicionais espaços das unidades dos centros e núcleos de pesquisa, colaborando entre todos. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO agradece à professora Gabriela e ao Mariano pela apresentação. Esse é um tema muito importante, que suscita polêmica na comunidade, e acha que deveriam ter ocasião de discutir. Mas apresenta uma questão de ordem em relação ao encaminhamento do Expediente, porque esse ponto, salvo engano da sua parte, não está no Expediente. Estavam discutindo o primeiro ponto, que era a questão do recurso, o segundo é a moção do IFCH, que também está relacionada ao mesmo tema. Já são 18h30 e ainda possuem um longo caminho pela frente, então sugere que talvez possam continuar o debate com ânimos menos acalorados na próxima semana, terminariam essa apresentação, já que eles estão aqui para fazer a apresentação, e talvez fizessem essa discussão. Propõe esse encaminhamento para que tenham tempo de discutir de forma apropriada as questões suscitadas pelo recurso e pela moção trazida pelo IFCH e que gostaria de apresentar com calma e com quórum, sem estar em uma sessão esvaziada. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO manifesta apoio ao pedido da professora Andréia. Acha que essa discussão do Hids é extremamente importante, inclusive tem se dedicado a ela também já há alguns anos, e lamenta que essa apresentação não estivesse

1 colocada no Expediente, pois há pontos que gostaria muito de discutir. Há também um ponto
2 extremamente importante e vai ser obrigado a assinar a petição do STU por um Consu
3 extraordinário, porque não terão tempo aqui para fazer uma discussão em que possam externar
4 opiniões, visões, ajudar a encaminhar essa questão. Então, solicita que pelo menos o pedido que
5 a professora Andreia colocou fosse encaminhado pela Mesa. Acha que estão fazendo aqui,
6 enquanto Conselho, uma concessão; não está entendendo por que esse ponto está aparecendo
7 neste momento se ele não estava na pauta. Veio preparado para fazer uma bela discussão no
8 Expediente sobre o primeiro ponto. O MAGNÍFICO REITOR solicita ao professor Mariano
9 alguma figura de ocupação de um espaço, como exemplo. Não ficou claro para ele na
10 apresentação deles a questão do coeficiente de ocupação e como isso ainda permite deixar
11 bastante área livre. Solicita que eles mostrem uma das possibilidades de ocupação para as
12 pessoas terem ideia qual é o coeficiente de ocupação desse local. O Professor MARIANO
13 FRANCISCO LAPLANE mostra um exemplo de uma área de 20 mil metros quadrados, vizinha
14 da atual sede da Inova. Nessa área foi feito um projeto, só como simulação, o coeficiente de
15 aproveitamento é um, mas com o mínimo de verticalização é possível preservar uma área verde
16 bastante razoável, criando espaços de circulação e convivência na sombra construída por esses
17 prédios com conexões com o entorno, com a possibilidade de circular entre os prédios sem ter
18 de subir e descer escadas. São exemplos de algumas simulações que estão construindo com a
19 ajuda dos arquitetos. É um conceito de *campus* contemporâneo bastante diferente do que
20 possuem hoje, os prédios estão próximos, a infraestrutura é mais barata, as pessoas se
21 encontram, não precisam pegar o carro para se deslocar de uma unidade a outra. Mas é preciso
22 também entender que a possibilidade de verticalizar com limite permite concentrar gente,
23 reduzir o custo de infraestrutura e evita a impermeabilização do terreno. O Conselheiro
24 WAGNER DE MELO ROMÃO observa que o coeficiente mínimo de 20% de permeabilidade
25 é para qualquer área urbana da cidade de Campinas. Se esse é um projeto de sustentabilidade,
26 deveria ser maior. O Professor MARIANO FRANCISCO LAPLANE diz que nesta área é bem
27 maior. É possível fazer muito além disso, com o mínimo de verticalização. O MAGNÍFICO
28 REITOR diz que têm inserido, em mais uma reunião do Conselho Universitário, temas que lhes
29 parecem de interesse da coletividade. Fala, com uma certa frequência, na sua preocupação com
30 essa tendência de girar em torno de si próprios. Fica pensando nos desafios novos que possuem,
31 e acha que esse é um dos maiores desafios como possibilidade para o futuro da Universidade.
32 Teria uma outra apresentação a ser feita sobre um assunto que várias vezes a professora Heloíse
33 Pastore, que hoje é da bancada suplente dos professores, reivindicou uma posição, que é sobre
34 a insalubridade. A DGRH está há um certo tempo preocupada com essa questão e organizou
35 uma área sobre isso para tomar decisões mais ou menos definitivas. Trouxeram um especialista
36 no assunto, que se debruçou sobre isso, para apresentar hoje, mas pede desculpas porque estão
37 com uma dificuldade hoje. Foi acusado de não ter colocado isso na pauta, era para eles terem
38 essa apresentação antes, sua intenção era divulgar para a comunidade coisas que estão tentando
39 trazer de avanço, mas aparentemente precisam voltar a uma discussão que nunca encerram.
40 Solicita que no Consu de novembro ele faça uma apresentação, se for possível. A Conselheira

1 ANDRÉIA GALVÃO diz que não é uma acusação de inserir pontos que não estão na pauta.
2 Estão discutindo aqui temas que são importantes para a Universidade; quando há uma
3 apresentação, as pessoas comentam, e estavam em um momento de discussão também de um
4 tema importante e as pessoas querem fazer comentários sobre esse tema, inclusive se
5 inscreveram no Expediente para falar dele. No entanto, foram surpreendidos por uma
6 apresentação que ninguém sabia que ocorreria e que bloqueou a discussão do tema naquele
7 momento. Há uma pauta a seguir, e também estão seguindo pelo que está no Expediente. O
8 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO propõe para uma próxima reunião uma moção de
9 apoio do Consu à Campanha Nacional por Direitos Previdenciários dos Pós-Graduandos. Passa
10 a palavra ao conselheiro Adilton, e deixa registrado que precisam respeitar os conselheiros e
11 respeitar o Conselho Universitário como órgão máximo da Universidade. O Conselheiro
12 ADILTON DORIVAL LEITE diz que sua fala é somente para complementar a intervenção que
13 fez quando o professor Márcio Torsoni sugeriu aquela mudança de redação, e depois ele fez
14 uma outra colocação. Compreende e concorda plenamente com a segunda argumentação
15 colocada pelo professor Márcio, não é novidade essa questão. Dará três exemplos para tratar do
16 que ele colocou na questão que vai colocar como sentimento de pertencimento, de tomar o
17 cuidado com a inclusão e o envolvimento principalmente dos Paepes de Limeira e Piracicaba
18 com as discussões que fazem aqui. Nesta gestão, sempre tomam esse cuidado, e um exemplo é
19 o RH em rede, um projeto que foi resgatado agora nessa gestão para o fortalecimento dos RH
20 locais, no qual há uma excelente participação do pessoal de Limeira e Piracicaba. Criaram o
21 Fórum de Gestores Paepe, que tem como função principal proporcionar a aproximação da
22 Administração Central com os gestores Paepe, e criaram também o Fórum Itinerante, que em
23 Limeira ocorrerá em 28/09. Existe uma participação bastante efetiva, que causa orgulho, tanto
24 de forma quantitativa quanto qualitativa, dos Paepes de Limeira e Piracicaba, por exemplo, nos
25 GTS que tratam da progressão, que tratam das discussões da carreira. Então, só para registrar
26 que entendem o que foi colocado e que, no que é possível, tomam o cuidado de tentar minimizar
27 e resolver essa questão. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO agradece
28 à CGU, à PRG e à CVND, que analisaram com urgência uma demanda do IB de vagas de não
29 docentes para atender às aulas de anatomia do Instituto. Foram excepcionais no atendimento e
30 na atenção a esse ponto, mas deixa um alerta, porque há muitas áreas estranguladas, dependendo
31 de novos servidores Paepe. Então isso atinge muitas questões de aulas práticas em várias
32 unidades. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que a questão do ponto eletrônico é
33 política, e se a assembleia do STU decidir que vão para a Justiça, não vai defender, porque acha
34 que a questão é a falta de diálogo na reunião, de ter troca de informação para poder superar uma
35 crise. Terminando aqui a reunião crise não acaba, porque se não há diálogo, não tem final de
36 crise, ela continua, ela vai remoer. É impressionante e lamentável ter uma postura desse tipo,
37 de não acolher o recurso da bancada, então é uma questão política, que se resolve com diálogo,
38 pediram a mediação da ADunicamp, dos diretores, propuseram alternativas à discussão
39 dessa questão da relação de trabalho, que a Universidade tem autonomia para fazer. Então, na
40 sua opinião, é uma questão que está colocada no contexto da discussão política, não é uma

1 questão judicial. Vão continuar na luta. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz, em
2 relação ao ponto eletrônico, que a bancada se organizou para ouvir a Reitoria a respeito do que
3 está sendo feito. Mesmo que a Câmara de Administração seja uma instância intermediária, uma
4 instância decisória, aqui ninguém pretende refazer o que já foi decidido na CAD. Fala isso de
5 cátedra porque foi um dos três votos que em outubro foi contrário à aprovação do TAC, ele e
6 mais as duas colegas funcionárias. Então está na sua coerência aqui e está tranquilo com relação
7 a isso, mas é uma instância da Universidade e o assunto foi aprovado, portanto precisam
8 respeitar essa decisão. Mas é muito ruim que não tenham aqui um espaço de efetivo diálogo a
9 respeito disso. Não está falando aqui também apenas para corroborar o que o STU está falando,
10 mas imagina que na cabeça dos diretores e diretoras que estão aqui, que são a maior parte desse
11 colegiado, também deve estar pairando uma série de dúvidas a respeito do que pode acontecer,
12 do que poderia ter sido feito de maneira diferente, do cronograma de aplicação desse TAC.
13 Haviam pensado, e acha que as colegas vão poder falar a respeito disso também, em um
14 processo que viesse de baixo para cima, em que as diretorias das unidades fossem convidadas
15 a se colocar. Várias das questões que foram colocadas na última CAD podem ser mais bem
16 tratadas no ambiente das diretorias das unidades de ensino e assim por diante, e não por um GT.
17 Criticaram muito a forma GT quando da campanha eleitoral para a Reitoria no último pleito, e
18 também, com todo respeito à Procuradoria Geral, criticaram um trabalho para além do que é o
19 trabalho comum e normal da Procuradoria Geral. Vai ao encontro do que o conselheiro José
20 Luis comentou, de que existem posturas que são posturas políticas, elas não têm
21 necessariamente de passar por um parecer da Procuradoria Geral. Em último caso isso pode
22 acontecer, mas estão entendendo que o último caso ainda está muito longe de aparecer. Tem
23 um sentimento de tristeza realmente por terem vindo aqui para fazer um debate, inclusive o
24 STU solicitou que assinassem um pedido de convocação de um Consu extraordinário para a
25 discussão do tema do ponto eletrônico, e o grupo Unicamp em Movimento decidiu primeiro
26 escutar o que a Reitoria teria a dizer no Expediente de hoje para que tomassem uma decisão.
27 Então vão conversar novamente, a sua tendência pessoal é que esse Consu extraordinário seja
28 um Expediente em que possam discutir, amadurecer, sanar dúvidas, propor procedimentos que
29 sejam minimamente compreensíveis para uma grande parcela da comunidade que, se não entrou
30 em greve ainda, está muito preocupada com o que pode estar acontecendo. Sabe que a Reitoria
31 tem feito seus comunicados, mas estão sentindo falta de um ambiente de diálogo, de um
32 seminário, de alguma coisa que uma universidade como a Unicamp teria obrigação de fazer.
33 Não conversaram com os técnicos da sociologia do trabalho, por exemplo, lembrando que
34 possuem muito conhecimento aqui para além do que já foi feito. Então, só tem a lamentar,
35 infelizmente, inclusive a entrada do Hids na pauta, algo que havia solicitado em novembro do
36 ano passado, mas é um tema que não pode aparecer assim. Ele é um tema grave,
37 importantíssimo para a Universidade. Não podem discutir só aquele pedacinho, há um terreno
38 enorme, e pergunta se terão alguma proposta para isso e se terão tempo para discutir isso em
39 um ambiente público na Universidade. A Conselheira JOSELY RIMOLI diz que gostaria que
40 a escutassem com a intenção profunda de mediação. A Unicamp possui, como o professor

1 Wagner disse, grandes pesquisadoras e pesquisadores que estudam o mundo do trabalho.
 2 Possuem um curso de Administração Pública e toda uma experiência de planejamento. Escutou
 3 o parecer da PG, destaca que devem respeitar as decisões dos fóruns deliberativos, mas para
 4 que embasem este fórum e a comunidade da Unicamp, que seja implantado um processo de
 5 mediação, de escuta, utilizando dispositivos. Estão em uma excelente universidade, portanto é
 6 necessário trabalhar com dados, com informações, e que todos e todas participem. Sua proposta
 7 é que se instaurem planejamentos ascendentes, visando à implantação dessa proposta. O diálogo
 8 tem de ser mediado, pois estão em uma instituição, então que implantem essa proposta para
 9 garantir o diálogo com todas as unidades e os núcleos. O Professor MARCELO DE OLIVEIRA
 10 TERRA CUNHA diz que já comentou com algumas das pessoas aqui que deve ser o
 11 responsável atualmente pelo maior hiato no Conselho Universitário, pois hoje é a sua volta a
 12 esta Casa depois de ter sido representante estudantil no século passado. É uma sensação curiosa,
 13 uma mistura de felicidade por um Conselho onde aprovaram a concessão de um novo título de
 14 professor emérito, que é sempre um momento em que a Universidade precisa estar em festa, e
 15 viu na maior parte desta reunião uma preocupação em buscar consensos, em fazer tudo de
 16 maneira calma, adequada, mas em outros momentos a coisa explode e fica uma lente de
 17 aumento em cima desses momentos e um discurso muito forte de que não há diálogo algum etc.
 18 Então acha que tudo o que a professora Josely falou é a parte essencial, precisam saber usar a
 19 competência que esta Universidade tem para que o ambiente aqui dentro consiga ser melhor.
 20 Não podem ter uma situação onde a sensação para a comunidade universitária é de completa
 21 falta de conversa, então precisam cuidar da comunicação para não ficar com a imagem muito
 22 pior do que os fatos são. Solicita que levem bem a sério a sugestão de fazer todo esse
 23 comprometimento da Universidade com esse processo, que é delicado mesmo, não estão no
 24 momento de tentar virar essa página, mas em um momento de escrever bem essa página, de
 25 conseguir entender as preocupações de cada ator, e que não é no grito, no recurso, mas é na
 26 construção de consensos, como conseguiram fazer aqui para vários assuntos antes. Então devem
 27 escolher os caminhos, acha que não é no Consu que vão resolver isso, é trazendo das bases, mas
 28 é um tema delicado demais para deixá-lo abafado, o que só vai piorar. Precisam conseguir
 29 trabalhar isso bem para terem bons resultados daqui para frente. Em seguida, informa que a
 30 ADunicamp vai promover amanhã um Cine ADunicamp, com um documentário muito
 31 interessante, embora também sobre um tema duro, chamado “That’s the History”. O
 32 Conselheiro SANDRO DIAS diz que também é muito favorável que possam melhorar o
 33 diálogo, a discussão a respeito de qualquer tema, e para isso precisam de muita ponderação,
 34 temperança e um espírito colaborativo. Veio para cá com o compromisso de divulgar algumas
 35 ações que têm desenvolvido no Colégio Técnico de Limeira e vai manter o plano. No dia 19 de
 36 agosto, ocorreu o 1º Encontro de História do Cotil, na data em que se comemora o Dia da
 37 História, o Dia do Historiador, e que coincide com o nascimento de Joaquim Nabuco. Isso é
 38 importante porque são fãs da Olimpíada Nacional de História do Brasil, ainda não tiveram
 39 medalhistas, mas estão perseguindo esse objetivo. Tiveram também, no dia 12 de agosto, o 4º
 40 Encontro dos Cursos Técnicos, que é uma excelente oportunidade para que os estudantes

1 tenham contato com o mundo do trabalho, com as novidades em cada uma das áreas. Ocorreu
2 de 21 a 25 de agosto a 2ª Feira de Ciência e Tecnologia, com palestras, oficinas, apresentações,
3 inclusive de projetos integradores, pelo menos 52 atividades. Tiveram nessa oportunidade a
4 honra de receber o professor Fernando Coelho e também a professora Cristiane Megid, da
5 Deepu, e de 25 a 26 de agosto ocorreu o Cotel de Portas Abertas, quando abriram literalmente
6 as portas para receber a comunidade. Receberam cerca de 20 escolas para divulgar os cursos,
7 somando mais de 2.000 visitantes entre estudantes e professores. Tiveram também a felicidade
8 de contar com dez medalhistas na Olimpíada Brasileira de Física das Escolas Públicas, sendo
9 três medalhas de ouro, três de prata e quatro de bronze. Participaram também com sucesso da
10 Olimpíada Brasileira de Geografia, que inclusive tem como um dos seus organizadores o
11 Instituto de Geociências da Unicamp, e tiveram uma equipe medalhista, composta pelos
12 estudantes Isabelle Alves Pereira, Vinícius Furlan Vernier e Guilherme Lopes de Oliveira, com
13 orientação da professora Camila Fraisoli. Têm tido muito sucesso com os Jogos Escolares, o
14 que vai ao encontro da proposta de uma política de esportes da Unicamp, e premiados em
15 diversas modalidades, sempre com o treinamento do professor Every Pixitelli Junior.
16 Obtiveram também muito sucesso na 39ª Olimpíada de Matemática da Unicamp, que é uma
17 olimpíada muito difícil, mas muito instigante. E lá tiveram uma equipe vencedora das
18 estudantes Melissa da Silva Barbosa, Isabelly Ferreira Egílio, Yasmin Monteiro e Silva,
19 orientadas pela professora Carla Cristina Fonte. Para setembro há o Setembro Amarelo, com
20 uma programação de palestras, e o Outubro da Inclusão, que é um evento que está sendo
21 planejado pelos estudantes e também pelos coletivos atuantes no Colégio. O Conselheiro
22 RICARDO MIRANDA MARTINS manifesta seu apoio à proposta da professora Andréia para
23 que seja mais tranquilo o Expediente. Inscreveu-se para falar sobre a Olimpíada de Matemática
24 da Unicamp, que o professor Sandro acabou adiantando; dia 3 de setembro ocorreu a cerimônia
25 de encerramento desta que foi a 39ª edição e que contou com a participação de mais de 10.000
26 alunos. Tiveram a presença do professor Fernando Coelho na cerimônia de premiação, a quem
27 agradece bastante, em nome da comissão organizadora, não só pela presença, mas pelo apoio
28 que a ProEC sempre tem dado. A cerimônia foi no Teatro de Arena, em um domingo à tarde,
29 com muito calor, mas mesmo assim foi um clima bem legal. O pessoal vem para Campinas, faz
30 a prova no sábado, não sabe o resultado e fica sabendo durante a premiação. A Olimpíada de
31 Matemática da Unicamp difere de outras olimpíadas científicas porque tem sido disputada em
32 equipe desde algumas edições anteriores. Houve 3.000 equipes de todo o país, com alunos de
33 fim de ensino fundamental e ensino médio. As duas primeiras fases são on-line, eles têm uma
34 semana para fazer prova, e a terceira fase é aqui em Campinas; foram 230 equipes na fase final
35 este ano. Este ano é especialmente importante para a Olimpíada de Matemática da Unicamp
36 porque ela vai começar a integrar o rol de Olimpíadas que podem ser usadas no edital de vagas
37 olímpicas. Por conta disso, os alunos tiveram de realizar uma prova individual, com modelo
38 totalmente inspirado no modelo da Olimpíada Nacional de História, que já faz isso desde alguns
39 anos atrás, e o resultado final dessa prova individual sairá na sexta-feira. No dia 13 de setembro,
40 o Imecc recebeu a visita de pesquisadores da Universidade Normal de Xangai, que é focada na

1 formação de professores, principalmente na formação de professores de Matemática. A palestra
2 foi uma explicação sobre como é o processo de formação de professores lá e mesmo até como
3 é a dinâmica da formação em pós-graduação, após o professor formado, como funciona.
4 Participando da palestra, que infelizmente não foi gravada, perceberam bem os motivos pelos
5 quais Xangai está em primeiro lugar do Pisa, superando vários países da Europa e Estados
6 Unidos. E conversando com os palestrantes no final, descobriram porque a Unicamp está em
7 décimo de trás para frente no Pisa. A vinda dos pesquisadores foi proporcionada por uma outra
8 Olimpíada, que é realizada com o apoio do Imecc, a Olimpíada de Professores de Matemática
9 do Ensino Médio, que começou este ano, mas já começa com seu conselho acadêmico tendo
10 pessoas como o senador Cristóvão Buarque e Veveu Arruda, que é ex-prefeito de Sobral. Essa
11 olimpíada tem o apoio do Ministério Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia, e a
12 administração técnica é feita pela Funcamp, pois o comitê organizador entendeu que é a melhor
13 fundação para organizar esse tipo de coisa. Para receber esse pessoal de Xangai, contaram com
14 o apoio do Instituto Confúcio, ao qual agradece, que ajudou bastante na tarefa de suporte e
15 realização do evento. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que a
16 bancada combinou de falar sobre o problema do ponto eletrônico, e uma das questões que
17 levantam, e pelo menos na bancada parece ser consenso, é a possibilidade de fazerem uma
18 reunião aberta para tentar encaminhar de forma diferente, talvez, a implementação do ponto.
19 Então é diferente de discutir se vai ter ponto ou não; estão preocupados com a implementação
20 disso e por que poderiam ter um modo de implementação diferente, dado que possuem algum
21 tempo para implementar, para ver se esses problemas, mal-entendidos e posições políticas
22 podem se resolver. Não que achem que não existe conflito necessariamente em uma questão
23 como essa, que mexe com as relações de trabalho das pessoas. Mas sabem das dificuldades,
24 sabem que há uma questão jurídica, sabem que a implementação do ponto aconteceu nas
25 universidades públicas, sabem que há uma exceção em relação aos professores, inclusive a
26 legislação federal menciona isso. Sabem que o ponto eletrônico é para um tipo de jornada, para
27 um tipo de trabalho, e 146.000 professores das universidades federais estão de fora disso. Há
28 outros problemas, se tiverem algum problema jurídico, não é em relação ao ponto eletrônico.
29 Então isso tem de ficar claro e é muito importante que não fiquem com essas acusações mútuas,
30 muitas vezes, de que ponto eletrônico é para todos etc., porque sabem que não é, e não é por
31 muitas razões. As razões estão dadas do ponto de vista jurídico, do ponto de vista das leis
32 trabalhistas etc., mas acham que daria para fazer um pouco diferente a implementação. Então
33 talvez uma reunião aberta ou algumas reuniões abertas para discutir um pouco essa
34 implementação fosse uma coisa boa, porque há muitas dúvidas. Na própria categoria de
35 servidores essas dúvidas acabam não sendo dirimidas em notas e comunicados. Acha que é
36 importante restabelecer a confiança na Administração, no modo como isso vai se dar. Se houver
37 a possibilidade de fazer isso de baixo para cima, uma indicação talvez seja não começar pela
38 Reitoria, mas começar um piloto em uma unidade, fazer a discussão de como vai ser, quais são
39 os tipos de trabalho, o que podem fazer etc. Isso é complicado, há, por exemplo, o problema
40 dos tipos de controle que vão ser feitos, se é por celular, por computador etc. A Conselheira

1 ANDRÉIA GALVÃO lamenta que uma reunião que discutiu questões tão importantes, discutiu
2 e aprovou essas questões, inclusive algumas delas de forma consensual, termine dessa forma.
3 Acha que precisam reconhecer que estão diante de um impasse, diante de uma situação delicada
4 que exige um esforço de todos. Reconhecer que há um conflito e ponderar quais são as
5 alternativas que possuem para resolvê-lo, porque isso cabe a eles, como uma comunidade que
6 está diretamente afetada e interessada na preservação ou na restauração das suas relações
7 internas. A direção de IFCH compreende as demandas do movimento dos técnico-
8 administrativos, é verdade que a comunidade participou da discussão e tomou decisões em duas
9 instâncias nas duas sessões da CAD e no GT, mas uma parte da comunidade vem dizendo que
10 essa discussão não foi suficiente para pacificar o conflito e as diferenças entre as perspectivas
11 que estão aqui em discussão, e precisam escutar isso, como disse a professora Josely. Os
12 diretores se reuniram com a Reitoria em duas ocasiões, quando puderam esclarecer as dúvidas
13 que tinham sobre a minuta e também indagar sobre a margem de negociação com o Ministério
14 Público, se havia alguma margem de negociação. Também tiveram uma discussão com o STU,
15 que lhes relatou ter tentado entrar como terceiro interessado junto ao Ministério Público, mas a
16 solicitação do STU foi indeferida e a resposta do Ministério Público, que data da semana
17 passada, de 18 de setembro, diz que também rejeita qualquer possibilidade de alteração no TAC.
18 Então, pergunta o que podem fazer diante disso, entendendo que ambas as partes precisam
19 demonstrar boa vontade ao negociar, mas precisam reconhecer que o poder de negociação é
20 assimétrico e cabe à Reitoria conduzir esse processo. A direção do IFCH entende que essa
21 negociação pode se dar em diferentes espaços, inclusive no Consu, que é a instância superior
22 da Universidade, a despeito do parecer da PG. Porque se os regimentos não preveem formal e
23 explicitamente essa possibilidade de usar o Consu como uma instância recursal, também não
24 há proibição. Desafiar o STU a recorrer à Justiça não lhe parece uma postura construtiva de
25 diálogo, porque todos sabem que as normas e as decisões judiciais também comportam
26 diferentes interpretações e são alvo de disputa. Então faz um apelo à Reitoria, ao STU, ao
27 Conselho Universitário e à bancada de funcionários que interpôs esse recurso, reafirmando que
28 os diretores estão à disposição para ajudar a construir um entendimento que seja politicamente
29 e juridicamente viável. E, nesse sentido, talvez seja estratégico dar um passo atrás, retomar o
30 debate com o objetivo de recompor as relações, não apenas pensar o cronograma e os detalhes
31 da implementação, sem discutir as diferenças. Porque só resolvem os conflitos, combatem as
32 acusações recíprocas e o clima de desconfiança de parte a parte tendo a possibilidade de colocar
33 todas as cartas na mesa. Acha que não dá para limitar o debate àquilo que querem ouvir. Como
34 diretora do IFCH, tem a missão de ler uma moção de repúdio que foi aprovada por unanimidade
35 na última reunião de congregação por toda a bancada de funcionários, docentes e estudantes.
36 Passa à leitura: “A congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunida em sua
37 283ª sessão ordinária, no dia 6 de setembro de 2023, manifesta a sua consternação e críticas à
38 condução do Magnífico Reitor Antonio José de Almeida Meirelles, em sua proposta de
39 implementação de ponto eletrônico para controle da jornada de trabalhadores das Carreiras
40 Paepe e Pq. A postura apresentada até então, sem diálogo direto com entidades representativas

1 dos trabalhadores, o STU, valeu-se de notas públicas para se comunicar com a comunidade,
2 alimentando um clima de confronto entre as partes. A falta de negociação prévia à reunião da
3 CAD impediu uma discussão democrática e franca que tratasse não apenas da forma de
4 implementação, mas do próprio mérito da proposta, necessidade que já havia sido enfatizada
5 por moção desta mesma congregação em sua sessão de número 234, ocorrida em 14 de setembro
6 de 2022. A nosso ver, não se trata apenas de uma mudança na forma de controle, mas algo que
7 tem implicações mais profundas nas condições de trabalho vigentes na Universidade e que trata
8 desigualmente o conjunto de trabalhadores. Além da ausência de diálogo, as notas públicas que,
9 diga-se de passagem, foram emitidas somente ao final do processo, acenaram com
10 compromissos que não foram incluídos na minuta apresentada pelo GT nomeado pelo Reitor,
11 gerando dúvidas e incertezas com relação ao conteúdo da proposta. A reunião da CAD de 5 de
12 setembro de 2023, que aprovou a referida minuta de resolução, foi marcada por interrupções
13 frequentes do Reitor às falas dos conselheiros e por uma pressão para que a proposta fosse
14 aprovada, sob argumento de que uma decisão diferente poderia levar a uma responsabilização
15 legal desses conselheiros, uma vez que contraria decisão anterior da própria CAD e a assinatura
16 do TAC. Outra argumentação discutível se deu quando, em entrevista à rádio CBN, na manhã
17 do dia 5, o Magnífico Reitor relacionou a mudança do sistema de controle de jornada a uma
18 maior transparência na utilização de recursos da Universidade. Embora a prestação de contas à
19 sociedade seja algo imprescindível para um órgão público, a relação estabelecida se mostra
20 equivocada, pois a minuta foca nos servidores da menor faixa salarial da Universidade, que
21 recebem menos da metade dos recursos da folha de pagamento. Na mesma entrevista, o Reitor
22 dá a entender que o ponto eletrônico é uma imposição do Ministério Público, sendo que o TAC
23 que define sua implantação foi uma iniciativa da própria Reitoria. Diante do exposto, o IFCH
24 reitera a posição manifestada em setembro de 2022, contrária à implantação do ponto
25 eletrônico, e conclama o Magnífico Reitor a utilizar a reunião anunciada para discussão de
26 acordo coletivo – que já ocorreu – para abrir, de fato, negociações sobre a implantação do ponto
27 e não apenas sobre suas condições”. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que estão
28 vivendo momentos turbulentos com a implantação do ponto eletrônico. É necessário o diálogo
29 entre as partes, sendo que todos precisam ter como objetivo a situação política interna. Não é
30 momento de se preocupar com a política externa das universidades, pois possuem muitos
31 problemas internos e devem focar nessas questões. Pergunta qual a estratégia da Reitoria para
32 solucionar o impasse quanto ao ponto eletrônico, pois está sendo procurado por servidores e
33 ainda há dúvidas quanto à implantação do mesmo. A principal questão é quanto ao papel do
34 Ministério Público sobre o ponto eletrônico. Seria necessária uma audiência pública entre as
35 partes para elucidar o papel de cada um nessa questão, que afeta diretamente apenas os técnico-
36 administrativos. O Ministério Público está exigindo muito, então pergunta por que não vir à
37 Unicamp participar de uma audiência pública ou de uma reunião extraordinária. A democracia
38 e as leis vigentes garantem o sigilo absoluto do denunciante quando ocorre uma denúncia em
39 qualquer instância. Os servidores estão se movimentando para a realização de uma sessão
40 extraordinária do Consu para o dia 10 de outubro, o documento será encaminhado assim que

1 obtiver um terço das assinaturas necessárias. Considerando que a questão do ponto eletrônico
2 é de grande relevância para os trabalhadores da Unicamp e que a aprovação da CAD relacionada
3 a esse tema gerou preocupações significativas, solicitam a oportunidade de apresentar seus
4 argumentos em uma sessão extraordinária do Consu. De acordo com o artigo 29, parágrafo
5 único, do Regimento Interno do Consu, uma sessão extraordinária pode ser convocada por um
6 terço da assinatura dos membros de cada um dos colegiados. Esperam que a Reitoria atenda à
7 demanda de uma reunião extraordinária e também convide o Ministério Público para participar
8 e elucidar dúvidas. Propõe também a criação de um GT por parte do Consu para acompanhar
9 todas as demandas do ponto eletrônico. Sobre os números apresentados da progressão pela
10 PRDU, os servidores veem com bons olhos as ações da Reitoria/PRDU na questão das
11 progressões e sobre as demandas de que a PRDU está encarregada. Claro que há críticas, pois
12 nada é perfeito. Outro assunto é sobre a isonomia salarial: desde 2013, reafirma nesta Casa que
13 os servidores jamais esquecerão a isonomia salarial iniciada e não concluída. As universidades
14 paulistas precisam ter uma carreira igual nas três instituições. Hoje o nível fundamental tem
15 piso igual nas três instituições, falta igualar nos segmentos médio e superior. Quando se iniciou
16 a isonomia salarial com a USP, em 2013, a Unicamp investiu financeiramente no processo e,
17 devido à crise financeira no Brasil, o processo parou. Desde então solicita a continuação do
18 processo de isonomia e continuará a fazê-lo sempre, até a Universidade reconhecer esse direito.
19 Solicita à PRDU que disponibilize aos conselheiros a informação de quantos servidores estão
20 abaixo dos pisos salariais do segmento médio e superior comparado ao piso da USP. O Grupo
21 Apesar é a favor da equiparação salarial com a USP. Sobre os auxílios existentes na
22 Universidade, é necessário semestralmente termos gatilhos para reposição da inflação no
23 período, pois os preços nos mercados, escolas, transportes, material didático, etc. deixam clara
24 a necessidade de repor a inflação semestralmente. Sobre o *home office*, parabeniza a
25 Universidade por criar um GT para tratar sobre este assunto; é favorável ao estudo para
26 implantação do *home office*, inclusive na eleição para o Consu em 2022 se prontificou junto aos
27 servidores a defender esse assunto. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
28 HASHIMOTO reforça a fala da professora Andréia, entre os diretores há uma preocupação
29 muito grande e uma disposição em ajudar nesse processo. Os diretores têm se reunido e se
30 disponibilizado a tentar ajudar, então ressalta essa intenção que possuem de, se for possível,
31 participar do processo e tentar agir na resolução desse impasse. Quanto ao IA, agradece muito
32 ao professor Sarti pelo encaminhamento da proposta e a aprovação hoje da reposição
33 automática da carreira MA. Também agradece aos professores João, Ivan e Antonio José, ficou
34 nessa saga por cerca de três meses, inclusive se desculpa pela insistência, mas para o Instituto
35 era um tema muito crítico, com vários professores segurando a aposentadoria sem a certeza de
36 que poderiam ser repostos. Então, agradece muito pelo encaminhamento e aprovação da
37 reposição. Informa que ocorrerão dois eventos muito importantes na semana que vem, um deles
38 é o Feia, Festival do Instituto de Artes, que já tem duas décadas e que é organizado totalmente
39 pelos alunos do Instituto de Artes em todas as áreas do conhecimento. O Instituto para e todas
40 atividades acadêmicas são ligadas a essas atividades e, por coincidência, este ano a quinta

1 edição do Festival de Música Contemporânea vai ocorrer na mesma semana. Então, a qualquer
2 horário que a comunidade visite o IA haverá música contemporânea com vários artistas
3 europeus e americanos, e convida a comunidade a participar. A programação do Feia já está no
4 site do IA, é tudo gratuito, tudo aberto. Há atividades também no Imecc, então agradece a
5 parceria com as outras unidades. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES deixa aqui sua
6 crítica ao modo como foi conduzida e aprovada a minuta do ponto eletrônico. Acredita que por
7 ser um tema sensível, deveria ter sido mais debatido antes de entrar na pauta da CAD. Acredita
8 que uma proposta que atinge principalmente os menores salários e 55% da folha de pagamento
9 não cumpre o objetivo de prestação de contas à sociedade. Pede que a Reitoria e o STU
10 aprofundem o diálogo cordial sobre o tema. Outro assunto é que até o dia 08.10 estão abertas
11 inscrições para o Conpuesp, congresso importante para o compartilhamento de experiências dos
12 servidores das três universidades estaduais paulistas. Parabeniza todos que participaram dessa
13 retomada do evento e acha essencial para a gestão da Universidade conhecer as boas iniciativas
14 das universidades irmãs. Por último, parabeniza e agradece a gestão pela implantação do GT
15 para estudar a implantação de um projeto piloto de trabalho remoto, uma pauta que vem
16 defendendo há muitos anos. Agradece aos conselheiros Matheus Marcheti e Cláudio Servato
17 pela companhia na defesa do tema e agradece a confiança no seu nome para compor o GT, a
18 que espera corresponder. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz que, como
19 representante dos alunos da pós-graduação, sai frustrado hoje porque se falou muito em
20 dinheiro, professores e funcionários e os alunos sobraram em três ou quatro, já começaram a ir
21 embora. Trouxe uma moção de todos os alunos da pós-graduação e da graduação a favor do IA,
22 que gostaria de ler em uma próxima situação, porque agora não vai conseguir sensibilizar, e
23 também em uma próxima reunião vai apresentar um pedido, uma gentileza da Reitoria para que
24 os pós-graduandos possam obter o passe universitário, para que possam pagar mais barato no
25 transporte coletivo. Vai repassar para todos alunos da graduação e da pós-graduação que
26 ficaram um pouco para trás hoje, mas que vai trazer novamente as questões, ressaltando que
27 estão realmente lutando muito pelo Paviartes. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS
28 BIANCARELLI diz que se inscreveu porque esta longa sessão é sua última como conselheiro,
29 pois na semana que vem se encerra o seu mandato e assume no seu lugar o professor Célio
30 Hiratuka. Registra sua satisfação em ter sido parte deste Conselho durante quatro anos e ter
31 vivido intensamente a Unicamp nesse período. Esta é a 23ª sessão do Consu da qual participa
32 nessa condição, e como diretor associado devo ter participado de uma ou outra também. Além
33 disso, enquanto representante discente no final dos anos 1990, também participou de uma outra
34 sessão. Além do Consu enquanto diretor, participou de uma série de grupos de trabalho
35 definidos aqui, como comissão eleitoral da consulta para Reitor, foi titular da CAD durante boa
36 parte do tempo, suplente na Cepe por outro período, na COP foi titular o tempo todo, na CVND
37 uma fase, na CAI-Consu, Cplae, no conselho do Parque Científico e Tecnológico, na diretoria
38 da Funcamp e algumas outras tarefas, como comissões de sindicância. O diretor de unidade faz,
39 de fato, um mergulho, às vezes mais e às vezes menos divertido, nesse mundo diverso, curioso
40 e muito pouco conhecido no todo que é a Universidade. Aprendeu muito, com certeza.

1 Especificamente sobre a sua gestão no IE, vai deixar suas considerações e balanço para a
2 cerimônia de transmissão do cargo, na quarta-feira que vem pela manhã, e para o relatório de
3 gestão. Aqui só deixa registrado o seu empenho contínuo, não sabe se muito exitoso, mas
4 certamente muito trabalhoso e desgastante e, pelo menos do ponto de vista pessoal, gratificante
5 para tentar manter, em alguma maneira renovar a relevância, a excelência e a tradição do
6 Instituto de Economia da Unicamp, que tantas paixões, favoráveis ou contrárias, desperta Brasil
7 afora. Considera também que têm tido uma intensificação, uma expressiva melhora na relação
8 do IE comunicação com a Unicamp como um todo. E, evidentemente, isso não é tarefa ou
9 mérito apenas desta gestão, mas de algumas que a precederam. Ficam satisfeitos também com
10 a progressiva recolocação do Instituto de Economia no seu papel de destaque que sempre teve
11 na história da Universidade, como ficou claro, aliás, na cerimônia de entrega do título de
12 emérito ao professor Belluzzo, alguns meses atrás, um momento muito gratificante da sua
13 gestão, que vai guardar com orgulho e que teve apoio fundamental da Reitoria. Mas viver a
14 Unicamp intensamente no Consu, em todas essas outras instâncias que mencionou, foi também
15 um enorme desafio. Um não, vários. O maior e mais doloroso deles, óbvio, envolveu a
16 pandemia e tudo o que ela representou para o funcionamento e tudo o que a sociedade exigiu
17 da Unicamp naquele período. Sinceramente, olhando para trás, acha que conseguiram lidar bem
18 com eles e seguem avançando. Enquanto diretor do Instituto de Economia, pôde acompanhar
19 particularmente de perto uma situação orçamentária que já vinha muito difícil, que sofreu um
20 colapso nos primeiros meses daquele ano de 2020, momento em que chegaram na Cplae a
21 questionar mesmo se haveria recursos para o pagamento do décimo terceiro daquele ano, mas
22 que observou uma recuperação muito expressiva já no fim daquele ano e, principalmente, a
23 partir de 2021. Agora, como discutiram de manhã, estão na fase ruim novamente, mas, do seu
24 ponto de vista, protegidos por uma administração prudente da fase de bonança. Acha que é um
25 aprendizado que nunca deve ser esquecido, obviamente, pelos economistas, mas também pelos
26 gestores e por todos os atores relevantes de uma instituição complexa como a Unicamp: nunca
27 tomar uma conjuntura favorável ou desfavorável como permanente e sempre olhar os processos
28 com perspectiva, temporal e em outras dimensões também, olhando para fora dos muros.
29 Também registra a sua sensação, em meio a tantos desafios, conflitos e divergências de opinião,
30 de progresso, de evolução, não apenas na valorização da excelência acadêmica da Unicamp e
31 do mérito acadêmico científico, mas também no seu processo de institucionalização mais
32 racional e principalmente em relação à inclusão e permanência. A Unicamp talvez tenha
33 demorado um pouco, décadas atrás, em trazer essa última questão para o centro das suas
34 prioridades, mas quando o fez e continua fazendo, foi de maneira decisiva, inovadora e
35 relevante em termos de recursos e outras iniciativas. Como lhes deu uma ideia precisa a
36 apresentação da professora Mariana Neri hoje de manhã, a cara da Universidade nesses últimos
37 dez anos mudou para muito melhor, o que é fundamental, entre várias outras motivações, para
38 justificar a sua existência e a quantidade de recursos que a sociedade lhes destina. Por fim,
39 agradece o apoio ao IE e a condução geral da Universidade pela atual gestão, professor Antonio
40 José e professora Maria Luiza, também os professores Marcelo e Teresa, da gestão passada,

1 com quem conviveu durante boa parte do mandato, pró-reitores e pró-reitoras desta e da gestão
2 anterior. Agradece a todos os colegas conselheiros, especialmente os demais diretores e
3 diretoras de unidade, com quem teve intensa e produtiva colaboração. Diz que foi um prazer,
4 apesar de todo desgaste envolvido, trabalhar com todos, deixa seu abraço e o desejo de que a
5 Unicamp, da qual continuará fazendo parte por um longo tempo, siga seu caminho de sucesso
6 e destaque. O MAGNÍFICO REITOR, em nome de toda a Administração, agradece ao professor
7 André por toda a sua dedicação ao Instituto e à Universidade. Terá oportunidade de falar isso
8 também na transmissão de cargo. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
9 cumprimenta o professor André, que vai iniciar uma nova fase, parabeniza-o pela gestão e diz
10 que estará semana que vem na posse do novo diretor. Novamente agradece aos diretores pela
11 inclusão do item de pauta hoje relativo à aprovação da vaga docente para a área de línguas
12 indígenas, foi muito importante, também agradece publicamente o professor Fernando Sarti,
13 que se empenhou muito nesse processo para que pudesse estar hoje na pauta. Aproveita para
14 divulgar aqui dois eventos que vão acontecer no Centro Cultural do IEL: um deles já está
15 acontecendo, é a exposição Habeas Corpus, uma luta da população trans pelo reconhecimento
16 do seu direito de existir, uma exposição originalmente do Instituto do Arquivo Edgard
17 Leuenroth, do IFCH. Ela vai ficar até o dia 20 de outubro, e também no dia 20 de outubro vão
18 receber o roteirista, escritor e dramaturgo Marcelo Rubens Paiva, que como todos sabem é filho
19 do deputado Rubens Paiva, que foi torturado e assassinado pela ditadura militar. Ele é o artista
20 residente da vez no programa do Ideia, fará uma atividade inaugural, uma palestra no dia 20 de
21 outubro no anfiteatro do IEL, e depois haverá uma sessão de autógrafos no Centro Cultural.
22 Estão todos e todas convidados. Por fim, em relação à questão do ponto eletrônico, acha que
23 nenhum colega mencionou especificamente que na sexta-feira passada alguns diretores tiveram
24 uma reunião com representantes da diretoria do sindicato. Na ocasião, externou que achava que
25 um Consu extraordinário, por ter sido tomada uma decisão democrática na CAD, não seria o
26 melhor expediente, mas ao final fez uma sugestão: que isso pudesse voltar na própria CAD, e
27 não como expediente, mas na ordem do dia, como uma espécie de um aditamento ou mesmo
28 para rever alguns pontos da minuta que pudessem ser esclarecidos, tanto incluindo pontos da
29 nota da Reitoria, como também pontos sugeridos pelo STU. E que isso pudesse ser levado à
30 reunião da CAD para ser votado, mas que antes, obviamente, isso precisaria passar por uma
31 discussão em que esses pontos pudessem ser clareados. Acha que lá é a instância deliberativa
32 competente para decidir esse tipo de coisa, e se isso vai ser votado, talvez pudesse satisfazer de
33 alguma forma ambas as partes. Nesse processo, os diretores se colocaram à disposição para
34 fazer uma eventual intermediação e dirimir qualquer questão a respeito, porque acham que isso
35 é importante de ser feito. O MAGNÍFICO REITOR diz que conversou com a bancada de pró-
36 reitores e com a com a Coordenadora Geral e decidiram não usar a parte deles no expediente.
37 Dará somente três comunicados que estão um pouco associados, obviamente, ao ponto em
38 questão. Respondendo à professora Anna, diz que a ideia de começar a implantação pelos
39 órgãos centrais é no sentido de deixar essa situação, que às vezes cria um desconforto muito
40 grande nas unidades, para um momento posterior. Esse processo vai, obviamente, envolver um

1 problema aqui, ajustes ali, e acharam que era mais adequado fazer isso próximo dos órgãos que
 2 estão junto à Administração Central, que isso permitiria acompanhar melhor a implantação
 3 e ir ajustando os detalhes e construindo, ao longo do caminho, uma posição de implantação
 4 mais adequada. Sinceramente tem muitas dúvidas se serão novas reuniões que resolverão esse
 5 problema. Na sua avaliação, existe um grau de desconfiança, que até acha natural, e acredita
 6 que será a implantação adequada, com todos os cuidados possíveis, que poderá desarmar um
 7 pouco os espíritos. Não vê muita saída nisso, porque no fundo voltam sempre ao primeiro ponto,
 8 a não implantação do ponto eletrônico, e essa é uma história que de alguma forma está vencida.
 9 Precisam dar o passo para frente, que é como vão resolver os problemas dessa implantação, e
 10 aí são detalhes que precisam ser enfrentados no processo de implantação. Não tem muito jeito
 11 de esclarecer toda e qualquer questão previamente, será uma construção que vai envolver o
 12 conjunto de pessoas que estão nas unidades e órgãos, e quiseram fazer isso nos locais próximos
 13 à Administração Central para poderem acompanhar isso com um cuidado maior. Não tem
 14 dúvida de que é um ponto delicado, que pode gerar problemas, e querem observar de perto para
 15 que isso não tire direito de ninguém. Discorda um pouco da observação do IFCH, primeiro
 16 porque atribui a ele a responsabilidade. Falou várias vezes que foi um TAC sugerido pelo
 17 Ministério Público, mas obviamente é um direito interpretar como quiserem, fica tranquilo com
 18 isso. Poderiam deixar isso correr na Justiça e assim se desobrigariam de uma responsabilidade
 19 junto a servidores e à comunidade como todo, esse desgaste não ocorreria e poderiam ficar
 20 malhando a Justiça. São opções. Não tem receio de assumir as responsabilidades das decisões
 21 que toma, acha que isso é uma parte do ônus de estar na posição em que está. Desde antes de
 22 outubro do ano passado tem feito isso, estão discutindo, essas coisas transitam na Universidade.
 23 Talvez as pessoas tenham acordado um pouco tarde, mas o fato é que isso está correndo há
 24 muito tempo. Então acabam pegando um processo que é difícil, não tem dúvida, mas os detalhes
 25 são aquilo que ganham a maior relevância, e não a necessidade de resolver um problema que
 26 existe de fato. Tem dificuldade de achar que será uma boa solução para esse impasse se ficarem
 27 no primeiro ponto, de não implantação. Nesse caso a questão está previamente resolvida, porque
 28 não há condição de diálogo, se essa é a imposição; para haver diálogo, precisam dar o passo à
 29 frente. Ontem foi feito um ofício dirigido à professora Silvia Gatti e aos coordenadores gerais
 30 do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, que passa a ler: “Em atenção ao ofício conjunto
 31 do STU e ADunicamp, convidamos o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp e a Associação
 32 de Docentes da Unicamp para reunião técnica com o Gabinete do Reitor, com a presença dos
 33 chefes e assessores do Gabinete do Reitor, no dia 29 de setembro de 2023, sexta-feira, às 11h,
 34 na sala do Consu. A reunião terá como pauta, proposta por nós, o item 01 mencionado no ofício
 35 encaminhado ao STU em resposta a um ofício anterior que trata da necessidade de priorizar a
 36 discussão do acordo coletivo”. Portanto, estão dispostos a discutir um acordo coletivo. Tem
 37 dificuldade com um outro ponto do ofício do IFCH que é achar que é um absurdo a Reitoria
 38 fazer comunicados para a comunidade. É como se a Administração da Unicamp não pudesse se
 39 posicionar junto à sua comunidade sobre o que ela acha de como resolver esse problema. Não
 40 está impedindo que o STU faça isso, não está impedindo que a ADunicamp faça isso, que os

representantes façam isso, que os diretores façam isso. Entretanto, a moção do IFCH diz que ele não pode fazer isso e que a Administração não pode. Pergunta se será ele o antidemocrático aqui. Não sabe se está interpretando errado, mas tem o dever de comunicar à comunidade o que acha que tem de ser feito nessa questão. Assumiu vários compromissos que estão expressos naquilo que está escrito, mas alguns deles, para serem cumpridos, dependem de acordo coletivo. Querem usar celular, computador de trabalho ou o equipamento propriamente do ponto eletrônico. Podem usar esses três procedimentos, no caso dos trabalhadores Esunicamp, e para os profissionais CLT podem fazer banco de horas, que é um compromisso, mas necessitam de um acordo individual se não fecharem um acordo coletivo com o STU. Para usar celular para o CLT, precisam também de um acordo coletivo, não tem jeito. Não pode se comprometer mais do que isso, pois se não houver um movimento do STU, não há como permitir aos funcionários Paepe CLT usarem o celular para assinar o ponto eletrônico, é um impedimento legal. Querem fazer banco de horas, já esclareceram que não vão descontar o recesso, que os feriados que fazem parte do calendário são garantidos. Se há dúvida se isso valerá na próxima gestão da Reitoria, com o acordo coletivo garantem o piso dos direitos. Então, pergunta o que pode fazer mais para mostrar que está disposto a negociar. O que desejam ouvir é que não haverá ponto eletrônico, mas não existe outra alternativa, a negociação exige um movimento agora do STU, essa é a situação. A autonomia de não assinar o ponto eletrônico não existe; podem regular a forma de realizar isso em algum grau, mas vai existir uma normativa geral. Reitera o convite para a reunião protocolado no ofício enviado, observa que não está mentindo para a comunidade e acredita que tenha direito, como Reitor, a dialogar com a comunidade através de notas e comunicados. Informa que saiu hoje de manhã no Diário Oficial a montagem do GT ao qual o conselheiro Bruno se referiu, para discutir trabalho remoto. Durante a campanha, grande parte da Unicamp estava deserta, mas fez campanha na área da Saúde, correndo HC, Caism etc., e sentiu uma tensão brutal na Universidade. Para algumas pessoas que são obrigadas a fazer trabalho presencial, eram significativos os casos que ficavam sabendo de uma pessoa que estava na praia, outra bebendo no bar, e isso ganhava uma dimensão imensa. Na sua avaliação, no momento em que tiverem a chance de ter um controle, inclusive por celular, podem saber que um Paepe está, por exemplo, em uma reunião na PUC, ele está autorizado, está trabalhando naquele horário, podem implantar o trabalho remoto em algum grau, porque a pessoa pode ser controlada no trabalho dela em casa. No entanto, argumentam que controle é um absurdo, então não é possível discutir desse jeito, porque fica difícil. As pessoas têm responsabilidades, tem dois filhos que fazem trabalho remoto e eles sofrem controle. Pergunta se isso é um problema, se é isso o que estão discutindo. Não é soberania, o recurso que entra precisa ser bem utilizado; possuem uma margem para negociar, mas não é possível imaginar que podem, por exemplo, ter trabalho remoto com as pessoas na Enfermagem ficando indignadas pensando se os funcionários de outras áreas da Universidade estão trabalhando ou não. Elas precisam se sentir confortáveis com essa decisão, e para isso elas têm de saber que na hora que a pessoa clicou no celular, entrou no sistema, que isso está sendo feito. Não há saída disso, mas tudo se torna problemático, a apresentação sobre o Hids, a apresentação sobre insalubridade, é uma tendência

1 a ficar girando em torno de si mesma. A Universidade tem de sair disso. Ser democrático não
2 significa ficar anos a fio remoendo em torno do mesmo assunto, precisam reconhecer às vezes
3 que perdeu, passou, outras coisas ganharam, vão em frente, vão melhorar aquilo que acontece.
4 Não é falta de querer fazer diálogo, tanto que sexta-feira, às 11h, a Administração Central estará
5 disponível para discutir um acordo coletivo. Em alguns momentos houve climas ruins nesta
6 reunião, mas às vezes não tem solução, precisam seguir em frente. Nada mais havendo a tratar,
7 declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral,
8 lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à
9 aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 26 de setembro de 2023.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **184ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 28 de novembro de 2023, sem alterações.*

Conselho Universitário - CONSU⁴⁴⁹

183ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023

Resultado da votação

Item 01 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
61	0	0

VOTANTES

Nomes	Votos
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável
Luiz Seabra Junior	Favorável
José Leonardo de Oliveira	Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha	Favorável
Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Verónica Andrea González-López	Favorável
Adilton Dorival Leite	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Anderson de Souza Sant´Ana	Favorável
André Martins Biancarelli	Favorável
Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Rodolfo Jardim de Azevedo	Favorável

Samuel Rocha de Oliveira	Favorável
Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Rodrigo Ramos Catharino	Favorável
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
Silvia Cristina Franco Amaral	Favorável
Juliana Freitag Borin	Favorável
Jose Luis Pio Romera	Favorável
Fernando Sarti	Favorável
Andreas Karoly Gombert	Favorável
José Antonio Rocha Gontijo	Favorável
Rachel Zuanon Dias	Favorável
Daniel Martins de Souza	Favorável
Muriel de Oliveira Gavira	Favorável
Márcio Alberto Torsoni	Favorável
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
Joana Froes Braganca Bastos	Favorável
Elaine Cristina de Ataíde	Favorável

Anna Christina Bentes da Silva	451	Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins		Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury		Favorável
Márcio Antonio Cataia		Favorável
Elaine dos Santos Jose		Favorável
Rafael Silva Marconato		Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy		Favorável
Mônica Alonso Cotta		Favorável
Marcelo Alves da Silva Mori		Favorável
Ignacio Maria Poveda Velasco		Favorável
Eduardo Gurgel do Amaral		Favorável
Francisco Hideo Aoki		Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger		Favorável
Sandro Dias		Favorável
Odilon José Roble		Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues		Favorável
Rachel Meneguello		Favorável
Wagner de Melo Romão		Favorável
Augusto César da Silveira		Favorável
Cláudio José Servato		Favorável
Renê José Trentin Silveira		Favorável

452	
Ângelo Roberto Biasi	Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
João Marcos Travassos Romano	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Maria Luiza Moretti	
Leandro Aparecido Villas	
Cláudio Francisco Tormena	
Cesar José Bonjuani Pagan	
Eliana da Silva Souza	
Gláucia Maria Pastore	
Arlindo Alemão Gregório	
Adilce Joelma Veiga Ferraz	
Rafael de Jesus Soudre	
Aasha Hafa Macêdo Ferreira	
Ellen Alves Menezes	
Matheus Alves Albino	
Renan Dias Oliveira	

Conselho Universitário - CONSU⁴⁵³

183ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023

Resultado da votação

Item 01 da Ordem do Dia Suplementar

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
60	0	1

VOTANTES

Nomes	Votos
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável
Anderson de Souza Sant ´Ana	Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins	Favorável
Matheus Alves Albino	Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy	Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Fernando Sarti	Favorável
José Leonardo de Oliveira	Favorável
Fernando Antônio Santos Coelho	Favorável
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	Favorável
Augusto César da Silveira	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
André Martins Biancarelli	Favorável

Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Ivan Felizardo Contrera Toro	Favorável
Flávio Henrique Baggio Aguiar	Favorável
Verónica Andrea González-López	Favorável
Luiz Seabra Junior	Favorável
Marcelo de Oliveira Terra Cunha	Favorável
Samuel Rocha de Oliveira	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Ângelo Roberto Biasi	Favorável
Anna Christina Bentes da Silva	Favorável
Adilton Dorival Leite	Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
Márcio Antonio Cataia	Favorável
Renan Dias Oliveira	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável
Odilon José Roble	Favorável
Francisco Hideo Aoki	Favorável
Elaine Cristina de Ataíde	Favorável

Jose Luis Pio Romera	455	Favorável
Marcelo Alves da Silva Mori		Favorável
Silvia Cristina Franco Amaral		Favorável
Eliana da Silva Souza		Favorável
Renê José Trentin Silveira		Favorável
Rachel Zuanon Dias		Favorável
Eduardo Gurgel do Amaral		Favorável
José Antonio Rocha Gontijo		Favorável
João Marcos Travassos Romano		Favorável
Rachel Meneguello		Favorável
Rodolfo Jardim de Azevedo		Abstenção
Sandro Dias		Favorável
Wagner de Melo Romão		Favorável
Josely Rimoli		Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury		Favorável
Arnaldo César da Silva Walter		Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger		Favorável
Rodrigo Ramos Catharino		Favorável
Maria Luiza Moretti		Favorável
Joana Froes Braganca Bastos		Favorável
Mônica Alonso Cotta		Favorável

456	
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Márcio Alberto Torsoni	Favorável
Juliana Freitag Borin	Favorável
Andreas Karoly Gombert	Favorável
Rafael Silva Marconato	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Leandro Aparecido Villas	
Cláudio Francisco Tormena	
Daniel Martins de Souza	
Cesar José Bonjuani Pagan	
Muriel de Oliveira Gavira	
Cláudio José Servato	
Ignacio Maria Poveda Velasco	
Gláucia Maria Pastore	
Arlindo Alemão Gregório	
Adilce Joelma Veiga Ferraz	
Rafael de Jesus Soudre	
Aasha Hafa Macêdo Ferreira	
Ellen Alves Menezes	